

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS EM ABRIGO

Karine Cardozo Rodrigues Machado

Natal – RN

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Karine Cardozo Rodrigues Machado

SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS EM ABRIGO

Dissertação elaborada sob orientação da Prof^a Dr^a Rosângela Francischini e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal

2009

“(...) Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violou antes; e o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado (...).” (Herbert de Souza)

Para todos os profissionais que ofertam um pouco do seu tempo na busca de reflexões e ações que possam contribuir de forma efetiva para o desabrigoamento de crianças e adolescentes no Brasil, priorizando o direito à convivência familiar desses.

Agradecimentos

A Deus-Pai, minha mãe Maria e meu irmão Jesus Cristo, por serem presenças constantes de fé e amor em minha vida, fazendo com que minha existência seja a mais feliz possível, impedindo que eu fraqueje ou desista perante os obstáculos que surgem no decorrer do caminho.

Aos meus pais, grandes exemplos de família e amor em minha vida que desde a graduação me possibilitaram a realização de exercer a profissão que eu sempre desejei, pois eu jamais poderia estar aqui hoje sem seus incentivos.

Ao meu esposo, Vinícius, principal incentivador desse mestrado, companheiro amoroso e amigo presente em todos os momentos. Agradeço especialmente por ter me dado, com a graça de Deus, o maior presente de minha vida: o nosso filho.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Rosângela Francischini, pelo privilégio de dispor de sua confiança, competência, compreensão, enriquecendo-me sempre com seus ensinamentos. Além de tudo, agradeço pela amizade sincera com que me acolheu em sua vida.

Aos amigos do grupo de orientação: Clariana, Emmanuelle, Leonardo, Joana e Tatiana, por todo o apoio e carinho que me dedicaram desde o processo seletivo para ingressar nesse Programa de Pós- Graduação. Agradeço a Antonielli, aluna da graduação e colaboradora voluntária de iniciação científica desse trabalho.

Às professoras, Maria Cláudia e, Geórgia Sibebe, por aceitarem o convite para contribuir com este trabalho.

A Cilene, por toda dedicação e empenho ao atender minhas solicitações.

Aos queridos amigos Cássia, Deliane, Doriana, Dilcio, Ellen e João Paulo pelo incentivo, ajuda e torcida na concretização desse mestrado.

Às companheiras de mestrado, em especial, a Aline, Carla, Márcia e Michelle, pelos momentos de amizade e companheirismo que compartilhamos.

À Casa de Passagem II, e todos seus funcionários, que souberam me acolher e ajudar, possibilitando que essa pesquisa fosse desenvolvida.

E finalmente, às crianças, sujeitos da pesquisa que partilharam um pouco de suas vidas, levando-me a conhecer várias nuances de suas histórias familiares.

Sumário

Lista de Figuras.....	ix
Resumo.....	x
Abstract	xi
1. Apresentação	12
2. Capítulo I: A Criança Institucionalizada em Abrigo	18
2.1 A história de crianças institucionalizadas no Brasil.....	18
2.2 Medidas de internação: o abrigo para crianças.....	26
3. Capítulo II - A criança e a família	38
3.1 História da família: o papel da criança no interior das relações e da dinâmica familiar	39
3.2 A criança e a família na contemporaneidade	46
3.3 O direito à convivência familiar e comunitária: o estatuto da criança e do adolescente e o plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária	66
4. Capítulo III - Método	73
4.1 A pesquisa – o trabalho de campo.....	73
4.2 O caminho percorrido.....	75
4.3 A pesquisa empírica e os sujeitos.....	76
4.4 Condições de realizações das atividades	87
4.5 Procedimentos.....	88
4.6 As atividades.....	88
5. Análise e discussão dos dados.....	92
5.1 Configuração do espaço geográfico	94
5.2 Composição familiar	115
5.3 Dinâmica interna da família.....	136
6. Considerações finais	152
7. Referências	157
8. Anexos	164

Lista de Figuras

Figura 1: Construção no Lego representando a casa de Mafalda	96
Figura 2: Representação da casa de Mafalda na planta baixa	97
Figura 3: Construção livre no Lego	99
Figura 4: Representação da casa de Batman e Robin no Lego.....	104
Figura 5: Representação da casa de Robin na planta baixa.....	108
Figura 6: Representação da casa de Batman na planta baixa	110
Figura 7: Bolinhas que representam pessoas da família para Mafalda	118
Figura 8: Desenho da família de Mafalda	120
Figura 9: Desenho da família de Batman	124
Figura 10: Desenho da família de Robin.....	126
Figura 11: Bolinhas que representam pessoas da família para Batman	128
Figura 12: Bolinhas que representam pessoas da família para Robin	134
Figura 13: Desenho de uma família qualquer para Robin.....	136

Resumo

Esta pesquisa investiga quais os significados que crianças abrigadas atribuem à sua família. E mais especificamente, identifica como são as relações entre a criança e sua família. A instituição onde foi desenvolvido o trabalho de campo é um Abrigo municipal do Natal/RN, que abriga crianças entre 7 a 11 anos. Participaram como sujeitos da pesquisa três crianças, sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino. Como critérios de escolha, consideramos a faixa etária, que possibilita uma maior facilidade na utilização da linguagem oral e no manejo com os procedimentos propostos. O outro critério diz respeito às crianças que possuíam configurações familiares semelhantes. Para o alcance do objetivo proposto foram utilizados brinquedos, desenhos, colagens e entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Temática, com o pré-estabelecimento de três categorias temáticas, quais sejam: Configuração do espaço geográfico, Composição familiar e Dinâmica interna da família. Dentre os resultados encontrados, destacamos que a família para as crianças se fundamenta principalmente na existência de laços afetivos, independente das relações de parentesco. Com este estudo, esperamos contribuir para a discussão referente ao direito à convivência familiar e comunitária das crianças acolhidas institucionalmente.

Palavras-chave: Família; Criança; Abrigo.

Abstract

This research explores the meanings of family for institutionalized children. It identifies, more specifically, how the relationship between the child and his/ her family is. The field work was developed at a municipal shelter in Natal/RN, which houses children aged between 7 and 11 years old. The subjects of research consisted of three children: two boys and one girl. Besides age-group criterion, which facilitates the use of oral language and the procedures, we took into consideration another selection criterion: children whose family configurations were similar. In order to achieve the objectives, we used toys, pictures, collages and semi-structured interviews. Data were examined under the Thematic Content Analysis, with three thematic categories previously chosen: Configuration of geographic area, family composition and family's internal dynamics. Among the results, we highlight that, for children, the concept of family is based essentially on existence of affection ties, regardless of kinship. Through this study, we hope to contribute to the discussion on the rights of institutionalized children, concerning their need of experiencing family life and living in community.

Key words: Family; child; institutionalized child.

1. Apresentação

Algumas inquietações relativas às crianças que se encontravam em contextos familiares fragilizados foram surgindo em meu percurso profissional, ao me deparar com realidades bastante delicadas no Programa Sentinela no Estado do Piauí, no ano de 2004. Esse Programa era destinado a atender crianças e adolescentes, vítimas de abuso e exploração sexual comercial, hoje chamado de *Serviço de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, tendo seus serviços oferecidos no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

Após todo o ano de 2004 nesse Programa, ficou em mim a expectativa de desenvolver algum trabalho com crianças, envolvendo a temática da família, mesmo que não fosse nesse contexto da violência sexual. Somente em 2006, quando tive a oportunidade de residir em Natal, comecei a participar do Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência – NESCIA, coordenado pela professora Dra. Rosângela Francischini. Esse núcleo tem como uma de suas linhas de pesquisa o estudo da experiência da infância em situação de risco, com o objetivo de produzir conhecimento acerca dessa temática e poder subsidiar práticas (psicológicas ou não) de intervenção, proteção e políticas públicas de atendimento a essa população.

Assim, a partir de discussões referentes à violação de direitos de crianças e adolescentes no NESCIA e ao ter sido aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cursei a disciplina Políticas Públicas para a Infância e Adolescência, oferecida pela professora Rosângela Francischini. Essa disciplina me ajudou a compreender um pouco mais sobre a temática

que perpassa a infância em situação de risco pessoal e/ou social, ajudando na decisão de estudar crianças que se encontravam abrigadas.

A opção por trabalhar com crianças abrigadas também se deve ao fato de que o abrigo consiste em uma medida de proteção, visto que a criança teve violado um de seus direitos fundamentais, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que é a convivência familiar e comunitária. Assim, a pesquisa em questão tem como objetivo geral investigar como crianças que se encontram abrigadas significam suas famílias e, a partir desse objetivo, identificar como são as relações entre a criança e sua família. Nesse sentido, a escolha desse grupo se justifica pela urgência de se conhecer esse fenômeno e de compreendermos como as crianças pensam, sentem e percebem a sua família. Compreender uma face do fenômeno, portanto, pode contribuir para a elaboração de programas sociais que ajudem as crianças a terem seus direitos fundamentais preservados.

Após essas considerações iniciais, apresentaremos o presente texto. Este trabalho de pesquisa chama a atenção para o fato que, desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990, os direitos das crianças e adolescentes passam a ser ainda mais discutidos, principalmente no que diz respeito ao direito de convivência familiar, como já nos referimos.

No nosso país, esse direito vem sendo violado ou ameaçado pelos mais diversos motivos, como situação de abandono familiar, casos de violência, situação de pobreza, entre outros. Nos casos que necessitam de afastamento da família as crianças acabam sendo encaminhadas a abrigos. Esses espaços “são instituições destinadas a receber crianças em situação de risco pessoal ou social, costumando serem encarados como provisórios” (Rizzini & Rizzini, 2004; p. 57). Acontece, na realidade, que algumas

crianças permanecem em situação de abrigo por um tempo indeterminado, seja esperando seu retorno à família de origem, aguardando o encaminhamento a uma família substituta, para serem adotadas ou mesmo levadas a outro tipo de instituição. Assim, a criança acaba, muitas vezes, sendo privada do contato com sua família, existindo aí uma violação em seus direitos de ser criada e educada no seio familiar, como o ECA propõe.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária¹ (Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, 2006), a família tem um papel essencial junto ao desenvolvimento da socialização da criança pequena. A criança pode atribuir vários significados para a sua família, pois essa comporta sujeitos de referência para ela e, nas mais variadas formas de contato entre a criança e sua família, essa trará significados que vão repercutir ao longo de toda a sua vida, mediando sua relação com o mundo, com as outras pessoas. O modelo conceitual trazido pelo Plano supracitado sobre o que é considerando família é compreendido nesse trabalho como sendo o mais atual e o que engloba as várias formas que a família pode ser abordada. Tal conceito abrange não apenas as famílias que são formadas por laços consanguíneos, mas aquelas que se formam a partir de laços de solidariedade, afinidade e afetivos.

Abordamos, no presente trabalho, o direito à convivência familiar das crianças, que pode ser compreendido como um dos direitos fundamentais, sendo reconhecido a partir do ECA e do Plano Nacional, que enfatiza que o contato da criança com sua família é um fator essencial para crescer e se desenvolver de forma satisfatória, e isso

¹ O referido Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (SEDH, 2006), também poderá ser citado no decorrer do texto, apenas como Plano Nacional.

ocorre, é claro, quando os direitos das crianças estiverem sendo plenamente respeitados dentro desse ambiente familiar.

O Plano Nacional e o ECA também reconhecem que a família é uma instituição central no processo de garantia dos direitos da população infanto-juvenil, embora saibamos que para exercer plenamente a função de *lócus* de desenvolvimento, ela precise de políticas públicas e uma rede de apoio social adequada para que mantenha o seu papel de cuidadora, educadora e socializadora junto aos seus membros. Sendo assim, a família não precisa necessariamente ser formada pelo núcleo familiar tradicional; para a criança, o importante é ser cuidada por alguém que possa interferir de forma positiva em sua vida, proporcionando-lhe condições para o atendimento de suas necessidades físicas, psicológicas, afetivas, educacionais, possibilitando a ela uma convivência familiar. Independente da família, de quem tenha gerado a criança, qualquer que seja a criança, ela tem o direito fundamental de crescer numa família, e, para crescer e se desenvolver, precisa se sentir parte de um *lócus* maior, de considerar com amor os adultos que cuidam dela como seus pais.

Os conceitos de família atuais não obedecem ao conceito tradicional de família nuclear, pois as famílias são compostas por grupos que, com variadas composições, são unidos por laços de aliança, afinidade, solidariedade, respeito, cuidados mútuos, para além dos traços de consanguinidade (Acosta & Vitale, 2007; SEDH, 2006). Além disso, as diferenças socioeconômicas e culturais alteram os vínculos familiares. A diversidade também é uma característica das sociedades modernas, em que as famílias se tornam espaço de interação entre várias raças, etnias e religiões. Homens e mulheres compartilham funções que antes eram mais precisamente definidas por gênero. Nas

famílias tradicionais, ao homem era atribuída a função de sustento da família, enquanto a mãe cuidava das crianças e do lar.

Atualmente, observa-se, mesmo em um modelo de família nuclear, um grande número de pais que participam dos cuidados de seus filhos enquanto a esposa trabalha fora. Sobre as transformações ocorridas na família moderna, as que mais compõem na literatura da área são: a separação dos pais, o que gera algum prejuízo à criança, e a participação feminina na força de trabalho, que pode acarretar um distanciamento dos filhos, pois eles acabam passando menos tempo com os pais, e, provavelmente, sendo educados e cuidados em outros ambientes e por outras pessoas. Nas famílias contemporâneas ainda encontramos as famílias resultantes de uniões homoafetivas e os netos que são criados principalmente pelas avós.

Após essa rápida contextualização sobre as crianças e famílias, apresentaremos sucintamente a estruturação do texto da dissertação, que se configurou em cinco capítulos. O primeiro discorre sobre a institucionalização de crianças e adolescentes desde o Brasil Colônia até a atualidade, em que procuramos observar como a família estava inserida nesse contexto; o segundo capítulo da dissertação reflete a história da família e da criança, dando ênfase, principalmente, às famílias e às relações entre seus membros na contemporaneidade. Abordamos ainda, nesse capítulo, o direito à convivência familiar, enfatizado pelo ECA e o Plano Nacional.

No capítulo três, será tratada a parte referente ao método da pesquisa, o que abrange a caracterização dos sujeitos, a instituição pesquisada e as atividades realizadas para o alcance do objetivo proposto. O penúltimo capítulo aborda a análise e discussão dos dados. Encerramos o nosso trabalho com apontamentos sobre todo o processo de

pesquisa percorrido, salientando desafios, contribuições e considerações acerca do nosso estudo.

2. Capítulo I: A Criança Institucionalizada em Abrigo

2.1 A história de crianças institucionalizadas no Brasil

A história da criança, bem como de suas famílias vem sendo reconstruída ao passar das décadas e sofrendo muitas transformações, principalmente no que diz respeito aos direitos dessas crianças, como também à violação deles. Sabemos que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) as crianças que, por algum motivo, possuem seus direitos ameaçados ou violados dentro da família são afastadas desta, mesmo que temporariamente, e podem ser levadas a algum tipo de instituição de abrigamento.

Para entendermos como se chegou a esse tipo de medida aplicada pelo ECA e compreendermos como a família se insere e influencia nesse processo, faz-se necessário uma pequena síntese da história de institucionalização das crianças no Brasil até os dias atuais. Sabemos que nos séculos XIX e XX as famílias em situação de pobreza que tinham dificuldades de criar seus filhos, sempre que pediam apoio do Estado sabiam que seus filhos tinham uma orientação quase certa, que era o encaminhamento para uma instituição (Rizzini & Rizzini, 2004).

Assim, através dos trabalhos de Rizzini e Rizzini (2004) e Marcílio (2006) faremos um breve resgate da longa trajetória de institucionalização no Brasil, desde o seu período Colonial.

No Brasil Colônia, as crianças que fossem abandonadas ou órfãs eram assistidas por Câmaras Municipais, que tinham a tarefa de prover assistência aos pequenos enjeitados. Essas Câmaras tinham que criar os órfãos e desvalidos, como eram

chamadas as crianças na época, caso não fosse encontrada nenhuma família para criá-las. Sendo assim, sem apoio de nenhuma família, as Câmaras contratavam uma criadeira e a pagavam para esse serviço. Era esperado pelas Câmaras que, se alguém recolhesse uma criança exposta, a levasse à igreja para batizá-la e só então poderia recorrer a uma Câmara local, solicitando auxílio para a sua criação. As Câmaras, segundo Marcílio (2006), foram negligentes e raramente assistiram a todas as crianças, fazendo com que algumas dependessem da caridade das pessoas que as criavam gratuitamente. O que se percebia era que existia nas pessoas que acolhiam as crianças um componente religioso, e essas pessoas esperavam receber a salvação de suas almas, como era preconizado pela igreja na época. Além do componente religioso, a sociedade era escravista, ou seja, não assalariada, e ter crianças em casa representava um complemento da mão-de-obra gratuita. Isso fazia com que muitas mulheres, mães solteiras e amas-de-leite, assim como homens pobres, criassem os abandonados para terem uma ajuda complementar e gratuita em casa.

Ainda no período colonial, por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia, foi criado o sistema da Roda de Expostos, onde eram acolhidos recém-nascidos abandonados, sendo que outras instituições, também de cunho religioso, foram criadas para a educação de órfãos. Nessa fase, ainda não existia nenhum tipo de pretensão a mudanças sociais por parte do governo. O que geralmente ocorria é que as pessoas ajudavam os que tinham menos, e em contrapartida, continuavam esperando o reconhecimento da sociedade e a salvação de suas almas, pelos preceitos religiosos de ser um bom cristão. Já as Rodas tinham sido criadas como um meio para evitar o infanticídio e o aborto. Essas primeiras instituições de proteção à infância desvalida

surgiram no século XVIII, sendo as primeiras Rodas construídas em Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

O que ocorria nesse período era que, primeiramente, as crianças abandonadas ou órfãs ficavam sendo criadas por amas-de-leite até os três anos de idade e, caso não arrumassem famílias, em seguida retornavam para as Rodas dos Expostos. As Rodas apresentavam os maiores índices de mortalidade infantil na época, por questões de falta de higiene e também porque as amas-de-leite contratadas para cuidar das crianças eram insuficientes, e mesmo as que existiam só se preocupavam com a ajuda financeira que ainda recebiam das Câmaras Municipais, deixando as crianças viverem em condições precárias.

Posteriormente, já no Brasil Império, em 1830, através da criação da Lei dos Municípios, as Câmaras Municipais foram isentas do pagamento de cotas a qualquer pessoa que criasse alguma criança. Com isso, as Rodas passavam a contar somente com subsídios do Estado e recursos privados.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004) foram criados nesse período Institutos para a instrução primária e profissional das crianças da Corte, visando à formação da força de trabalho, a colonização do país e a contenção de pessoas consideradas desvalidas. Existiam instituições chamadas de Recolhimentos, criadas para as meninas pobres que não haviam encontrado famílias. Essas instituições ofereciam instrução, treinamento profissional, formação moral e religiosa. Para os meninos pobres, foram criados Seminários, colégios de Aprendizes Marinheiros e Arsenais de Guerra, onde eles permaneciam até completarem a maioridade. As Companhias de Aprendizes Militares se tornaram verdadeiras unidades de internação para os filhos de pessoas pobres, como para os órfãos e expostos. Quando essas Companhias foram extintas, as Casas das

Rodas procuravam lares de artesãos ou outros profissionais que pudessem aceitá-los na condição de aprendizes. Quanto às Rodas dos Expostos, estas foram extintas em 1920, mas apenas na década de 50 foram abolidas as últimas em São Paulo e na Bahia.

No século XX, vigorando a República, vários debates começaram a tomar conta da questão da assistência à infância no país. Ocorriam nessa fase várias transformações sociais, quando muitas pessoas migravam do campo para a cidade, por causa das oportunidades de empregos nas indústrias. Isso, no entanto, levou a um aumento da situação de pobreza nas grandes cidades, principalmente no que se refere à mulher. A mulher que migrava perdia seu contexto cultural e, longe de sua família, submetia-se a serviços domésticos ou mesmo à prostituição. Crescia, portanto, o número de pobres e nesse contexto aumentava a quantidade de crianças abandonadas.

De acordo com Rizinni e Rizzini (2004), se no Império a preocupação era da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica estava relacionada a identificar e estudar as categorias que necessitavam de proteção e reforma, visando salvar a infância brasileira. Ocorria, portanto, um deslocamento do poder da Igreja para o Estado, que passa a articular parcerias com o setor privado.

Nesse período, passam a existir designações para a infância. O termo *criança* era usado para os filhos das famílias favorecidas economicamente, enquanto o termo *menor* era empregado para a infância desfavorecida, delinqüente. Portanto, a distinção entre a criança rica e a pobre estava mais delineada. A criança rica era alvo de atenções e das políticas da família e da educação, sendo preparada para dirigir a sociedade, enquanto o menor, ou seja, a criança pobre era tida como um objeto, que precisava ser controlado socialmente. Desse modo, recebia apenas a educação elementar e profissional, para que pudesse trabalhar.

Nesse contexto, a atuação dos médicos higienistas era vinculada à ideia de educar as famílias, para que seus filhos fossem colocados a serviço do Estado. Corroborando com essa ideia, Pinheiro (2006) chama a atenção para o fato de que “formava-se uma mão-de-obra subalterna e submissa aos interesses do País e, ainda evitava-se que, ociosos e despreparados para o trabalho, eles se voltassem para a consecução de atos delinquentes” (p. 57). Assim, a família que era responsável por educar e proteger seus filhos passa a dividir com o Estado essa responsabilidade, além de ter que servir aos interesses desse. A infância pobre trazia, portanto, uma ameaça aos projetos de uma nação organizada, civilizada. Surgiram então, medidas para enfrentar ações praticadas pelos que eram considerados delinquentes. Em 1923 foi criado o primeiro Juízo de Menores do país, na cidade do Rio de Janeiro. Ao juiz cabia a função de encaminhar os chamados menores abandonados e delinquentes para as instituições oficiais existentes. O objetivo da internação era preservar ou reformar os menores apreendidos.

Diante disso, em 1.927 foi criado o primeiro Código de Menores, com o intuito de “regulamentar a infância em geral, visando organizar novas formas de trabalho, educação, prevenção e a recuperação dos delinquentes” (Rizzini, 1997; p. 28). Esse Código foi um marco na segregação e diferenciação da infância dos pobres, que logo passou a ser identificada como a infância dos abandonados e delinquentes. Quanto a essa designação do termo menor, Pinheiro (2006) argumenta que “a denominação “menor” é institucionalizada, consagrando-se como uma classificação com forte teor discriminatório. Refere-se basicamente, à infância e adolescência pobres, enquadrando os seus integrantes em um das seguintes subcategorias: carente, abandonado ou infrator” (p. 70).

A ideia de criança abandonada se referia à criança como vítima da família e da sociedade, enquanto que o delinquente era visto como ameaça a ambas. A partir daí, vários órgãos foram criados para resolver a situação dos chamados menores. Em 1941, o governo tenta centralizar todas as instituições, criando o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). O SAM tinha o objetivo de sistematizar e orientar os serviços de assistências a menores, mantendo contrato com instituições particulares para o encaminhamento dos menores que passavam por sua triagem. Com a criação do SAM, as funções de organizar os serviços de assistência ao menor foram retiradas do poder do juiz. Porém, o SAM não foi eficaz em suas propostas, acabou pregando um assistencialismo do tipo clientelista, em que algumas famílias internavam seus filhos nos melhores educandários, enquanto os que realmente necessitavam ficavam sem ajuda. O SAM se tornou um lugar que servia como um verdadeiro depósito para todas as crianças e adolescentes que andavam pelas ruas. E, como argumentam Rizzini e Rizzini (2004), os estabelecimentos recebiam um *per capita* para cada menor internado do SAM.

Ainda de acordo com as pesquisas das autoras supracitadas, nos deparamos com questões referentes às famílias desses menores que eram usuários do sistema de internação. Os dados indicam que as famílias desses menores internados passaram a manejar o sistema de internação, de modo a adquirir benefícios desse sistema. A preocupação da maioria das famílias pobres era de garantir a formação escolar dos filhos, e grande parte das famílias tinha mais de um filho internado. Era criada, diante de tais ações das famílias, a imagem de que eram incapazes de criar seus filhos.

Com a ineficácia dos planos que o SAM propunha, foi então criada, em 1964, a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), que tinha por meta criar

novas diretrizes de ação no combate ao depósito de menores que o SAM havia se transformado. Com isso, pretendia-se, através da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), valorizar a vida familiar e a integração do menor na comunidade, internando-o apenas em último caso. Segundo Marcílio (2006), até 1960 as ações do Estado estavam voltadas a funções de estudo, vigilância, controle da assistência ao menor, e com a FUNABEM, a questão do menor passa a ser identificada como uma questão de segurança nacional, sendo tratada diretamente pela forte presença do Estado no enfrentamento das questões sociais. A FUNABEM era o órgão que regia as normas para que a Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor (FEBEM), órgão executivo, pudesse atuar. As FEBENS eram de responsabilidade dos governos estaduais, servindo como instituições de internação.

Em 1979, houve uma reformulação do Código de Menores de 1927, passando a ser criada a categoria de menor em situação irregular, e isso continuava expondo a família por sua situação de pobreza à intervenção do Estado. O menor em situação irregular dizia respeito ao menor de 18 anos de idade, que se encontrava abandonado materialmente, que fosse vítima de maus- tratos, estivesse em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta e ainda autor de infração penal (Veronese, 1999). O Código de 1979 regulamentou o papel da FUNABEM, dando direitos ao órgão de não somente atender aos menores, mas que pudesse adotar meios de prevenir e corrigir as causas de possíveis desajustamentos encontrados nessa população.

Apesar de todas as tentativas do governo para que as crianças e adolescentes tivessem um atendimento adequado, a preocupação com esses e com suas famílias aumentou na década de 80. Conforme Rizzini e Rizzini (2004), a criação da FUNABEM não foi suficiente, pois ela não conseguiu suprir as necessidades das

crianças que estavam nas ruas. Foram encontrados nos textos da própria FUNABEM, descrições de como as famílias demonstravam interesse em internar seus filhos. As famílias “buscavam internar seus filhos em idade escolar, desejando um local seguro onde os filhos estudam, comem e se tornam gente” (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 40). As famílias dessas crianças e adolescentes internados eram constituídas, em sua maioria, apenas pela mãe, em decorrência do abandono por parte dos pais. Nesses casos, a ocupação predominante das mães das crianças institucionalizadas era a de empregada doméstica.

Na década de 80, como já aludido, a cultura institucional no país começava a ser amplamente questionada; buscavam-se alternativas que não fossem a internação. A FUNABEM tenta reformular sua política, fazendo diagnósticos com análise detalhada da sua política de atendimento, mas o governo reconhecia que suas práticas tiveram efeitos desastrosos, e realmente precisavam ser extintas, sendo substituída pelo Centro Brasileiro para Infância e Adolescência. Também nessa época, vários movimentos foram surgindo e marcando uma nova fase da preocupação com a infância no país, dentre eles, protestos de meninos em situação de rua, que organizaram rebeliões e tiveram seu I Encontro Nacional em Brasília no ano de 1985. A partir de então, o tema sobre os direitos da criança e do adolescente passa a ser discutido na Constituinte, sendo feita a inclusão do artigo 227 na Constituição de 1988, que trata sobre esses direitos. Esse artigo passa a ser ampliado e em 1990 ocorre à substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é a lei para garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O ECA representa legalmente uma reformulação das políticas públicas para a infância e juventude, fazendo com que as crianças e adolescentes sejam vistas como

sujeitos de direitos e não objetos. Essa concepção de sujeitos de direitos vai romper com estigmas relativos aos chamados *menores* no passado, não tendo como foco somente as classes populares e subalternas, mas, sim, compreender todo o universo da infância e da adolescência, independente de classe social. Sendo assim, “Não se trata mais de abordar a criança como menor, com tudo que esse conceito implica: menos, carente, a ser preenchido, dominado” (Marin, 1999; p. 10). O Estatuto vai resgatar com sua proposta um olhar individualizado à criança e uma relação mais viva entre ela e seu mundo social, procurando facilitar sua reintegração, de preferência à sua família de origem (nuclear ou extensa) e garantindo, assim, sua volta à convivência com a comunidade (Marin, 1999).

2.2 Medidas de internação: o abrigamento para crianças

A partir da promulgação do ECA fica claro que as crianças e adolescentes precisavam de alternativas à institucionalização, principalmente nos moldes em que essa se dava até então. Porém, para que isso ocorresse de fato, Pinheiro (2006) reforça que deveriam se concretizar práticas sociais que dessem oportunidades às crianças e adolescentes de estarem desenvolvendo atividades junto ao seu meio de origem, ou seja, com suas famílias e em sua própria comunidade. Essas práticas são completamente opostas aos modelos fechados e repressores das instituições ligadas ao SAM e à FUNABEM, como vimos anteriormente.

Assim, a partir das novas práticas sociais, os anos 90 foram marcados pelas mudanças na lei de Acolhimento Institucional. Quando a natureza da medida diz respeito à necessidade da colocação da criança e do adolescente em instituição, é

preciso que se respeite o ECA, que traz o abrigo como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças e adolescentes, que se encontrem em situação de risco pessoal e social. Mesmo nessas situações, o referido Estatuto enfatiza que esses sujeitos, mesmo sendo abrigados, possam voltar o mais rápido possível para seu contexto familiar e comunitário. Quando se trata do contexto familiar, não precisa ser necessariamente o retorno à família de origem, pois, dependendo do caso, crianças e adolescentes poderão ficar com famílias substitutas ou mesmo serem adotados.

Com as mudanças preconizadas pelo ECA foi necessário pensar em como os antigos espaços, ou seja, as antigas instituições, poderiam se adequar para contemplar a responsabilidade de educar e proteger crianças e adolescentes, bem como dar suporte às famílias desses que se encontravam vulneráveis. Nesse sentido, Guará (2006) enfatiza que essa nova modalidade de atendimento que é o abrigo precisa superar, de fato, as antigas propostas de atendimento, que eram marcadas por disciplinas rigorosas direcionadas aos internados, chamados na época, como apontado anteriormente, de menores.

No Brasil, podemos citar alguns exemplos de condições e/ou motivos pelos quais crianças e adolescentes chegam aos abrigos. São eles: órfãos ou em situação de abandono familiar, crianças e adolescentes em situação de risco, o que envolve a negligência e qualquer tipo de violência. Outros fatores dizem respeito à maternidade precoce, ao trabalho infantil, ao uso de álcool e de outras drogas e os que se encontram em situação de pobreza. Infelizmente a vulnerabilidade econômica, realidade essa que estigmatizava as famílias pobres nos séculos XIX e XX, ainda é recorrente nos dias atuais (Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini, Rizzini, Naiff & Batista, 2006). É constatado por Rizzini e Rizzini (2004) que, “Na atualidade, como no passado, famílias recorrem

ao Juizado e às instituições na tentativa de internar os filhos, alegando não terem condições de mantê-los, seja por questões financeiras ou por dificuldade em discipliná-los” (p. 52). Porém, no artigo 23 do ECA, é afirmado que a situação de pobreza, ou seja, a falta ou carência de recursos materiais, não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

Na pesquisa de Azôr e Vectore (2008), sobre o papel das famílias no processo de abrigar e desabrigar os filhos, são apontados outros fatores associados ao aspecto sócio-econômicos das famílias, que contribuem para o abrigamento, tais como: maternidade precoce, comprometimento psíquico, número elevado de filhos, maus-tratos, história de vida dos genitores marcada por sofrimentos e desamparos, ausência da figura paterna. Nos relatos dos pais entrevistados nessa pesquisa, ainda são citados fatores que facilitaram o abrigamento dos seus filhos. Entre eles estão a “possibilidade de reestruturação econômica da família; possibilidade de auxílio dos profissionais vinculados às instituições de abrigo (...), acesso à educação formal ou informal para os filhos, propiciada pela instituição.” (p. 86). Nota-se que esses fatores pouco se diferenciaram do que Rizzini e Rizzini (2004) apontaram em seus estudos acima descritos, com relação à situação das famílias com condições econômicas desfavoráveis.

Sobre as formas de encaminhamentos das crianças aos abrigos, essas são várias. Podemos, então, citar algumas que seriam: através da própria família, se encontrando sem condições de prover cuidados necessários aos filhos; do Juizado da Infância e Juventude, da Delegacia de Proteção à Criança, e, parte, do Conselho Tutelar. E ainda sabe-se que: “De acordo com a legislação, a criança deve permanecer abrigada, até que sejam providenciadas alternativas de retorno à família, à comunidade ou o direcionamento em família substituta” (Rizzini & Rizzini, 2004; p. 55). Com as

alterações realizadas no ECA referentes a adoção, temos atualmente em seu artigo 93 que

As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

Embora o abrigo possa ser aplicado como uma medida de proteção e que possa oferecer cuidados que a criança ou adolescente precisem, os quais não foram atendidos em seu contexto familiar, Siqueira e Dell’Aglío (2006) remetem ao fato de que o ambiente institucional poderá ser prejudicial ao desenvolvimento do sujeito. Em uma revisão de literatura sobre o impacto da institucionalização de crianças e adolescentes, são apontados pelas autoras supracitadas alguns prejuízos que são sofridos por crianças e adolescentes quando permanecem muito tempo em instituições. Alguns desses prejuízos são relativos à estigmatização social sofridas por esses sujeitos e, às vezes, pelas poucas condições de interação entre adultos e crianças. Embora o termo menor tenha sido abolido com a promulgação do ECA, ainda é comum vermos crianças e adolescentes institucionalizados serem chamados de marginal, trombadinha, vagabundo. Tais aspectos de estigmatização com relação a crianças e adolescentes pobres, segundo Rizzini e Rizzini (2004), não mudaram significativamente.

Tais prejuízos relacionados à institucionalização prolongada também podem interferir na sociabilidade e manutenção de vínculos afetivos na vida adulta dos sujeitos. Segundo Siqueira e Dell’Aglío (2006) as crianças e adolescentes institucionalizados são estigmatizados socialmente, carregando em sua história um valor pejorativo e

depreciativo, e somente a partir de todas as relações que perpassam a história desses sujeitos é que se torna possível avaliar de que forma está se dando o desenvolvimento humano dessa população. No trabalho de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), foi observado que a possibilidade de ocorrer o rompimento dos vínculos familiares é a principal ameaça que a criança pode sofrer no ambiente institucional, pois isso poderá gerar dificuldades na manutenção dos vínculos com outras pessoas, até mesmo dentro do abrigo. Em sua pesquisa, Cavalcante et al. (2007) também concluem que quanto maior for o nível de atenção e conhecimento sobre as condições gerais de encaminhamento, de cuidado e acolhimento no abrigo, maiores serão as chances de prevenção dos fatores que podem acarretar riscos ao desenvolvimento infantil.

No entanto, dependendo da família que a criança ou adolescente estejam inseridos, o Acolhimento Institucional ainda será a melhor opção, nos casos em que os direitos desses sujeitos estão sendo violados. É essencial, portanto, que algumas medidas sejam adotadas pelas instituições de abrigamento. O ideal seria que os abrigos acolhessem poucos integrantes, para que os atendimentos pudessem ser personalizados, contribuindo realmente para que fosse propiciado um espaço de desenvolvimento e socialização, mesmo que em caráter provisório.

Dentre os fatores que contribuem para o tempo de permanência da criança e do adolescente no abrigo, Siqueira e Dell'Aglio (2006) citam que a permanência breve ou demorada estará diretamente ligada à história singular de cada sujeito. Encontram-se também fatores relativos à falta de comunicação e interação entre as políticas sociais existentes, ausência de objetivos comuns às instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, fragilidades de recursos humanos nos abrigos, ou seja, equipes que não são capacitadas. Outro fator apontado,

diz respeito às instituições em que os trabalhos de apoio psicossocial que envolve diretamente as famílias são negligenciados.

O abrigo, para atingir os objetivos propostos pelo ECA e ter seu trabalho eficaz, voltado à garantia de direitos das crianças e adolescentes, precisa definir claramente que sua função é voltada para a socioeducação, podendo também ser um local de acolhimento, pois recebe um público com demandas complexas, que necessitam de proteção especial. Os sujeitos atendidos podem usufruir do local e o ambiente institucional poderá ser, de acordo com Guará (2006), um lugar para a criança ou o jovem vivenciarem vínculos de afetividade. Para o autor, isso não significa que os vínculos familiares serão substituídos, mas sim que a criança ou adolescente possam ter relações de amizade, compreensão. Essas relações de respeito e compromisso vão possibilitar novas estratégias de sobrevivência e inserção social para os abrigados. O importante, para Guará (2006), é que a criança ou o jovem saiba que existe alguém com que eles podem contar dentro da instituição. Nesse mesmo contexto, Siqueira e Dell'Aglio (2006) sinalizam que a relação entre os monitores e as crianças e adolescentes abrigados desempenha um papel central na vida desses últimos, pois quando os adultos assumem o papel de orientar e proteger esses sujeitos abrigados estarão constituindo, nesse momento, os seus modelos identificatórios, pessoas que servirão de referência.

A atuação dos educadores no abrigo é essencial para o desenvolvimento e resgate de vínculos. Isso ajudará as crianças e adolescentes a perceberem o abrigo como espaço de proteção, acolhimento, uma comunidade de socioeducação e cuidado. Outro aspecto que pode ser trabalhado e valorizado dentro dos ambientes de acolhimento são os trabalhos desenvolvidos com grupos, pelos educadores, pois esses espaços podem ser

essenciais para o desenvolvimento da ajuda mútua e negociações, no que se refere às próprias regras comuns a todos os abrigados, como também sobre questões relacionadas à rotina da instituição. O grupo, segundo Guará (2006), será benéfico com relação à promoção de ajuda entre os participantes, atuará na compreensão de diversidades entre as pessoas; além disso, nesse espaço podem ser criadas relações de amizade e companheirismo.

A esse respeito, Martins e Szymanski (2004) acentuam que, para propiciar um melhor contexto de desenvolvimento para as crianças que se encontram institucionalizadas, os educadores deveriam considerar a formação de um grupo com organização semelhante ao de uma família, possibilitando uma maior interação entre crianças de idades variadas, o que propiciaria uma maior troca de experiências. Martins e Szymanski (2004) em sua pesquisa apresentam como contribuição a essa discussão a possibilidade das instituições funcionarem de modo a formar grupos que se aproximem de um modelo familiar, em que os adultos estariam sempre por perto, fazendo acompanhamentos individualizados das crianças. Poderia também, segundo as autoras, possibilitar às crianças momentos para que elas pudessem externalizar suas situações, trocar experiências com seus colegas. Apontam ainda a importância da “participação da criança num maior número de ambientes possíveis, em contato com diferentes pessoas, dando a elas oportunidades de interações variadas” (p. 187).

Sobre a importância dos adultos em interação com as crianças, Barros e Fiamenghi Jr. (2007), pontuam que são os cuidadores, ou seja, os educadores das crianças, que mediarão seus comportamentos, regulando sua atenção, cognição, afetividade, curiosidades, emoções, pois a criança que vive em instituição sem a presença de alguém que seja significativo em sua vida poderá ter dificuldades de manter

vínculos afetivos com as pessoas. Os autores supracitados ressaltam que seria interessante pensar sobre outras possibilidades existentes para que o desenvolvimento de crianças e adolescentes ocorresse em um contexto adequado. Tal contexto se refere a um espaço mais personalizado e que pudesse estimular crianças e adolescentes tanto do ponto de vista físico, como afetivo.

Barros e Fiamenghi Jr. (2007) citam como uma alternativa ao Acolhimento Institucional as Famílias Acolhedoras, as quais teriam a guarda provisória dos sujeitos. Essa modalidade de atendimento é destinada a crianças e adolescentes, para que se evite o encaminhamento desses sujeitos às instituições, sendo tratada como uma medida também de caráter provisório e excepcional². Outro grande desafio apontado pelos autores seria o de tentar manter a permanência de crianças que sofreram maus-tratos no seu contexto familiar, tendo acompanhamentos sistematizados de profissionais que assegurassem sua proteção e desenvolvessem um trabalho junto à família. Nesse caso, o principal desafio é pensar como fazer para preservar o vínculo familiar, se o ambiente da família é o próprio local de violação dos direitos. Essa proposta do atendimento à criança e à família já vem sendo bastante ressaltada no Plano Nacional, quando ele aponta como essencial que em toda situação de violação dos direitos da criança e do adolescente possa ser priorizado não só o atendimento ao sujeito vítima, mas também à sua família.

Manter a criança junto à sua família realmente é um desafio quando falamos em um ambiente familiar marcado por violação dos direitos de crianças e adolescentes, mas, mesmo estando em abrigos, o ECA propõe que o contato entre crianças nessa

² Para um maior aprofundamento sobre a temática de Famílias Acolhedoras, ver o capítulo 4, dos autores (Rizzini et al. 2006), que diz respeito especificamente ao Acolhimento Familiar.

condição e suas famílias precisa ser mantido, salientando isso em seu artigo 92, onde afirma que as instituições precisam garantir a preservação dos vínculos familiares. Encontram-se os seguintes princípios referentes aos Programas de Acolhimento Institucional no ECA:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Percebe-se, então, como a família é uma referência importante para o abrigo, com quem a relação se faz indispensável. Marin (1999) aponta que essa é uma questão básica da mudança de mentalidades para a implantação de qualquer projeto que pretenda atender a criança enquanto um sujeito de direito, não esquecendo que ela tem história e faz história. A criança não pode ser pensada como alguém que é determinado, ela é um ser humano capaz de criar e reivindicar, e não pode apenas esperar para ser preenchida, ou mesmo em algumas situações de violação dos direitos, apenas ser dominada.

Em consonância com o ECA, temos o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (SEDH, 2006). Esse Plano foi o resultado de uma elaboração conjunta entre o Governo, a Sociedade Civil, o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e o Conselho Nacional da Assistência Social, trazendo, como principais objetivos, a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, a qualificação dos serviços de acolhimento e o investimento ao retorno da criança e adolescente à família. O Plano ressalta a importância dos abrigos prestarem plena assistência à criança, ofertando-lhes acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento. O Plano também constata que, a partir da implantação do ECA, é reforçado o papel da família na vida da criança e do adolescente como um elemento imprescindível dentro do processo de proteção integral e como um dos objetivos maiores do sistema de promoção e defesa dos direitos da criança.

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, o abordaremos no segundo capítulo de uma forma mais aprofundada, visto que essa é uma discussão fundamental em nosso trabalho.

Quando pensamos na história das famílias de crianças e adolescentes acolhidos em instituições, encontramos na literatura informações que esses sujeitos, na maioria das situações, são de famílias que vêm tendo seus direitos negados. Pais que foram abandonados e possuem vários filhos internados. É notável como o ciclo vai se repetindo, decorrente das situações de miséria, da falta de políticas públicas, de programas sociais de apoio às famílias. Na pesquisa de Cavalcante et al. (2007) encontram-se dados referentes a essas questões. De acordo com os autores, esse tipo de comportamento dos pais é avaliado como gestos que podem ser isolados, como produtos

de carências ou comportamentos que se repetem em várias gerações. Foi constatado, também por Cavalcante et al. (2007), que quase a metade das crianças possuía irmãos internados na mesma instituição, o que confirma que a prática de internar vários filhos é algo tão presente hoje como no passado.

Corroborando esse pensamento sobre as famílias com direitos negados ou negligenciados, sabemos que as famílias que vivem em situação de extrema miséria acabam vendo-se impossibilitadas de manter um mínimo de estabilidade em sua vida familiar. Por trás da história de crianças, existem também as histórias das famílias que foram, na maioria das vezes, penalizadas por vários tipos de violências, seguidas de sofrimentos causados pela pobreza (Guará, 2006; Rizzini, Rizzini, Naiff & Baptista, 2006).

E o que mudou na história de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil a partir da promulgação do ECA? Essas mudanças são paulatinas, envolvendo processos de adaptação, de mudança cultural. Os autores Rizzini e Rizzini (2004) e Rizzini, Rizzini, Naiff e Baptista (2006) relatam que, na atualidade, as causas predominantes da institucionalização não se modificaram tanto; entre elas encontram-se: a falta de condições por parte dos pais para cuidar, proteger e disciplinar os filhos.

Existe uma mudança de mentalidade em curso no que concerne às práticas de apoio junto à comunidade e à família. Felizmente os pais hoje são cobrados sobre os seus papéis parentais, porém sem esquecer que seus direitos também devem ser levados em consideração, pois eles precisam e devem participar de todo o processo de Acolhimento Institucional dos seus filhos. Mesmo que crianças e adolescentes sejam encaminhados a abrigos por outras pessoas, a sua família deve ser localizada e notificada sobre o que está ocorrendo com ela e o motivo que levou ao abrigamento dos

seus filhos. Se, por um lado, é possível observar um menor controle do Estado neste processo e uma maior participação da família, por outro, as crianças e adolescentes têm um papel mais autônomo e ativo hoje: observa-se que sua circulação não está restrita a transferências determinadas por órgãos ou autoridades; e “(...) os mesmos usam instituições para diferentes fins, por exemplo, para descansar, alimentar-se, dormir, afastar-se das ruas e se proteger de ameaças sofridas em seu local de moradia ou nas ruas” (Rizzini et al., 2006; p. 74).

Infelizmente a institucionalização ainda é presente nos dias atuais, sendo cada vez mais precoce e prolongada, contrariando o caráter provisório e excepcional dos abrigos, propostos pelo ECA. Seria interessante que os Abrigos pudessem prestar uma assistência às crianças no tocante a cuidados físicos, como alimentação, higiene e saúde. Porém, de acordo com a literatura pesquisada, poucos são os Acolhimentos Institucionais que procuram cuidar da parte emocional de cada criança, o que ocorre é realmente um atendimento impessoal. O que poderia ser priorizado, de acordo com Cavalcante et al. (2007), é que o olhar a cada criança fosse diferenciado, levando em conta toda sua história de vida e, assim, se pudesse proporcionar uma qualidade no atendimento. A convivência familiar é trazida como essencial no desenvolvimento saudável de crianças, sendo necessária uma reflexão sobre o contexto que essa convivência se dá e sobre as gestões públicas capazes de fortalecer as famílias em suas competências, promovendo essa preservação dos vínculos em diversos contextos, tais como pobreza, violência, desagregação familiar e uso de drogas (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

3. Capítulo II - A criança e a família

A complexidade presente em torno da questão família é apontada de forma recorrente na bibliografia; um único conceito é insuficiente para abrangê-la, diversas configurações são possíveis e a mobilização de profissionais ultrapassa uma área específica de conhecimento. As perspectivas sociais de análise e interpretação das configurações familiares enfatizam que essas configurações são construídas sócio-historicamente. Em relação à dinâmica interna dessa instituição social, como Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) afirmam, ao nascer um bebê, nascem simultaneamente tantos outros papéis familiares assumidos pelos pais, irmãos, tios, avós... São essas pessoas, através de suas interações com a criança, que vão favorecer algumas condições e direções para seu desenvolvimento, dentro de ambientes culturalmente organizados.

Como apontado, vários papéis vão surgindo e sendo assumidos dentro das famílias. Sobre os papéis parentais, Sousa e Rizzini (2001) pontuam que, apesar desses terem sofrido alterações profundas, a família ainda continua sendo a base de tudo. De acordo com as autoras supracitadas: “Parece ser universalmente aceito que, em última instância, a criança precisa mesmo é da família para seu desenvolvimento físico, mental, social, moral e espiritual” (p. 17).

Conforme argumentam o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (SEDH, 2006) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a família é apontada como uma instituição central no processo de garantia dos direitos da população infanto-juvenil, embora saibamos que, para exercer plenamente a função de *locus* para um melhor desenvolvimento, a família precisa de políticas públicas e uma rede de apoio social

adequada para que mantenha o seu papel de cuidadora, educadora e socializadora junto aos seus membros. Fonseca (2004) pontua que “A família é, sem dúvida, um lugar de indiscutível importância, fonte de pesquisa para todo aquele que pretende entender, a qualquer tempo, a conduta humana nas suas mais variadas expressões” (p. 79).

Assim, neste capítulo abordaremos o papel da criança em seu contexto familiar, fazendo um breve resgate de momentos importantes na história da família, procurando observar como se situa a criança na família contemporânea e de que maneira tem sido visto o seu direito à convivência familiar, explicitado no ECA e defendido no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

3.1 História da família: o papel da criança no interior das relações e da dinâmica familiar

De acordo com as ideias de Kaloustian (2005), a família vem se alterando nos últimos tempos, sendo impossível identificá-la como um modelo ideal ou único. A família se manifesta através de trajetórias individuais que são expressas nos mais diversos contextos.

Na Idade Média não existia um sentimento de família relacionado a afetos, compartilhar de emoções entre pais e filhos, os laços eram simbólicos ou consanguíneos, em que se dava apenas uma transmissão de bens e de nomes nas famílias. Nesse período, não existiam particularidades que definissem a infância; as crianças eram educadas junto aos adultos. A respeito de sentimentos existentes na família: “Poder-se-ia dizer que o sentimento da linhagem era o único sentimento de

caráter familiar conhecido na Idade Média. (...) Estende-se aos laços de sangue, sem levar em conta os valores nascidos da coabitação e da intimidade” (Ariès, 1981; p. 213). O casamento, nessa época, apenas legitimava a união, não possuindo um valor espiritual, apenas considerado como um contrato.

A partir do século XV, segundo Ariès (1981), “as realidades e os sentimentos da família se transformariam. (...) A educação passou a ser fornecida cada vez mais pela escola” (p. 231). A família concentrou-se em torno da criança, os pais não deixavam mais os filhos ficarem tanto tempo afastados deles, na convivência de outras famílias, como era o costume na Idade Média de algumas crianças serem mandadas para morar em outro lar que não o seu, realizando serviços domésticos, o que era visto na época como aprendizagem (Ariès, 1981). Os lares na Europa, no século XV, principalmente na Itália, eram formados por famílias que possuíam configurações diversas, como pessoas isoladas, famílias simples conjugais, famílias que acolhiam um ascendente ou descendente, famílias conjugais múltiplas como as que abrigavam também as famílias dos filhos e de irmãos. Não existia um limiar para definição de um grupo privado no lar. Os parentescos continuavam prevalecendo (Duby & La Roncière, 1990).

Com o surgimento do capitalismo, a partir do século XVI tendo seu auge no século XVII, baseado na propriedade privada dos meios de produção, configura o início da Idade Moderna. Nessa época, já não existia algo que fosse fixo, que pudesse determinar as configurações familiares. Sabe-se que a família continuava patriarcal e que prevalecia ainda um sentimento de linhagem, sendo a mulher dedicada apenas aos serviços domésticos.

No século XVII a família já começa a se organizar em função dos filhos, exercendo uma função moral e espiritual impulsionada pela Igreja e pelo Estado. As

relações de parentesco valorizadas na Idade Média são agora substituídas pela preocupação dos pais em relação às crianças, existindo uma vinculação afetiva. São levadas em consideração as necessidades da criança, como saúde e higiene. Portanto, passa a existir “(...) uma passagem da criança de uma educação pública comunitária e aberta, destinada a integrar a criança na coletividade para que incorpore os interesses e sistemas de representação da linhagem, a uma educação pública do tipo escolar” (Gélis, 1991; p. 325). Embora seja constatado, segundo Acosta e Vitale (2007), que essa mudança de atitude em relação à criança no sentido de considerá-la em sua individualidade, vem ocorrendo desde o século XV, devido às mudanças culturais associadas à emergência de uma vida urbana mais intensa e sua inserção na escola.

No século XVIII, com a Revolução Francesa, difundiu-se a ideia de que cada indivíduo deveria ter uma vida voltada para a dimensão pública da sociedade. Esse novo tipo de situação social fazia com que a família passasse a sofrer com intervenções estatais, pois era exigido que se legitimasse o casamento civilmente e, ao mesmo tempo, dava o direito ao divórcio, caso existisse necessidade (Nascimento, 2003). Outras funções do Estado nessa época são apontadas por Araújo (2007) como “a criação de tribunais de família e a normatização do processo de adoção” (p. 42).

Ao longo desse século, após a Revolução Francesa, a família ocidental começa a fazer uma separação entre o que é considerado espaço público e privado, tendo assim, o lar como um local de afeto e relações de sentimentos entre pais e filhos. A família passa a ser considerada “(...) como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe” (Acosta & Vitale, 2007; p. 271). De encontro a esse pensamento, encontramos na obra de Costa (1989) a afirmação de que

“O lar moderno deixou de cumprir suas antigas funções. Ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentado a guerra entre sexos e gerações” (p. 11). O autor supracitado chama a atenção para o fato de que a família vem se desestruturando devido à falta de regras de convivência que possam manter uma coesão familiar, citando a liberdade demasiada dos filhos e a emancipação da mulher como fatos que contribuem para essa desestruturação.

Independente da variedade de representações que o lar pode ter na vida das pessoas na Idade Moderna, os laços extrafamiliares passam a existir. Segundo Aymard (1991), o indivíduo não precisa estar com a família o tempo inteiro. As pessoas estabelecem relações de amizade, existindo também, nessa época, uma escolha livre e voluntária de companheiros. Fonseca (2004) acentua que é impossível pensar a família a partir de uma visão reducionista ou descontextualizada; ela e todas as suas manifestações nada mais são que o resultado de uma produção da cultura e do social em que se encontra inserida essa instituição social.

Sobre a criança nesse contexto, Donzelot (1980) afirma que a imagem da infância mudou no século XVIII, pois ocorre uma revalorização das tarefas educativas. Assim, dois pólos distintos reorganizavam comportamentos educativos, através da medicina doméstica, em que se apresentava um conjunto de técnicas e conhecimentos que orientavam os pais da classe burguesa a estarem mais próximos dos filhos, e o segundo pólo se direcionava aos pobres, no qual ocorria um trabalho filantrópico, em que as crianças e adolescentes filhos das camadas populares da sociedade eram educados em instituições de internação, sendo as famílias taxadas de incompetentes para criar seus filhos. Já no século XIX, a saúde ganha ainda mais atenção social, juntamente com a educação, apresentando-se com umas das maiores preocupações dos pais para

com seus filhos. A medicina continua tornando a família dependente de uma política higienista, ou seja, era trazida uma forma de educar os filhos moral, intelectual e sexualmente, isso no caso das famílias burguesas, pois em relação às famílias pobres, estas eram submetidas a campanhas de moralização e higiene coletivas (Costa, 1989; Donzelot, 1980). As crianças passaram a seguir normas que as disciplinassem e controlassem seus saberes, sendo moldadas de acordo com as necessidades sociais. “A partir do século XIX, a escola passa a ser local por excelência da educação e da aprendizagem das crianças, o meio privilegiado para a sua formação.” (Dornelles, 2005; p. 68). Com isso, as famílias passam a transferir para a escola algumas de suas responsabilidades como prepará-las para o trabalho e formar sua conduta e moral.

Seguindo a trajetória de acontecimentos que marcaram a história da família no Ocidente, analisaremos esse momento, a partir do percurso que a família brasileira vivenciou. Desse modo, destacamos algumas características peculiares a períodos distintos na realidade do nosso país.

No Brasil Colônia tínhamos uma política econômica controlada por Portugal, em que os donos das terras, ou seja, as famílias latifundiárias detiveram o poder. Costa (1989) acentua que “No Brasil Colônia, a família passou a ser sinônimo de organização familiar comunitária” (p. 37). A família colonial valorizava a sua casa, impondo sempre uma distinção entre o público e o privado. Nesse período prevalece a família patriarcal, em que “O pai, chefe do clã, concentrava funções militares, empresariais e afetivas, como exigia a estrutura social da colônia.” (Costa, 1989; p. 47). Os casamentos durante o Brasil Colônia ocorriam por interesses familiares, em que eram considerados apenas os benefícios sociais e econômicos do grupo familiar. Segundo Nascimento (2003), a Igreja era tida como a instituição reguladora e, por meio, dela eram propiciadas relações

entre as famílias, sendo o casamento visto como um *status* social. Já as famílias escravas viviam nas senzalas, sem individualidade, sem privacidade alguma, o que favorecia mais ainda a enorme quantidade de filhos ilegítimos entre os senhores brancos e as escravas.

Sobre a criança durante essa fase, Del Priore (2007) chama atenção ao fato de que existiam poucas palavras que a definissem. Era como se a infância ainda não tivesse uma personalidade maior. Atentando sobre a educação das crianças, estas recebiam forte influência da Igreja, pois era buscado que elas se transformassem em indivíduos responsáveis, que precisavam aprender a ler e escrever, como também, ter bases na doutrina cristã que as permitissem conhecer a Bíblia.

Nesse século, pelo menos no que se refere às famílias da elite no Império, nas quais as crianças já passam a receber afeto e cuidados especiais dos pais, a mãe era tida como a principal responsável pela saúde e bem-estar dos filhos, existindo também uma literatura médica que incentivava a amamentação como condição para um crescimento saudável. No entanto, isso não era uma regra em todas as famílias, pois era comum que em algumas famílias da Corte imperial se contratasse uma ama-de-leite. Corroborando essa ideia, Alencastro (1997) diz que “O aluguel de amas-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades. Pequenos senhores de escravos exploravam nesse mercado, alugando a terceiros suas cativas em período pós- natal” (p. 63). A partir de então, rápidas transformações de valores vão ocorrer nas famílias brasileiras, como a formação de uma classe burguesa, que seguia padrões de costumes da Europa na época. Passam a existir delimitações claras entre o que pode ser considerado espaço privado e público. Ocorre um acelerado crescimento das cidades e a medicina passa a ser de grande importância junto ao Estado nesse período.

Com a proclamação da República, a sociedade passa a sofrer as transformações e modernizações que marcam o fim do trabalho escravo e o início de uma fase de grande industrialização. A família, nesse momento, enquadra-se no padrão burguês nuclear. A mulher, além de mãe e educadora de seus filhos, deveria ser suporte do marido, enquanto este enfrenta o trabalho fora de casa (Neder, 2005). De acordo com Nascimento (2003), foi por meio do saber médico que se reforçou uma ordem familiar em que a mulher tornou-se responsável por essas funções e aliada na promoção do padrão de saúde delimitado pelo Estado burguês.

Referindo-nos ainda ao Estado e à medicina agindo sobre a família no período da República, Araújo (2007) comenta o fato das famílias populares serem alvo do Estado, no sentido de serem apontadas como centros causadores de epidemias, de desordem e promiscuidades. O poder público junto à medicina invadia as moradias com o propósito de vacinação contra determinadas doenças; quando detectavam algum sinal de risco sanitário, demoliam as habitações. No contexto de tais famílias, apesar dos problemas que enfrentavam junto às medidas estatais, existiam entre os moradores relações de solidariedade.

O modelo de família nuclear foi o que perpassou todos esses períodos e transformou-se em um modelo padrão que disseminava o papel do homem voltado à esfera do trabalho e à mulher como cuidadora do lar e dos filhos. No entanto, a partir século XX, o reconhecimento da mulher enquanto ativa no mercado de trabalho e consumo foi essencial para que novas configurações de famílias fossem ocorrendo. O papel das escolas também foi fundamental, por serem instituições responsáveis pelas crianças e jovens no processo que envolve a aprendizagem e cidadania.

Azôr e Vectore (2005) mostram em suas pesquisas que a família em nosso país, apesar de estar presente nas políticas públicas desde os anos 1930, passa a ganhar um maior destaque apenas no final do século passado, devido à pluralidade de suas possíveis configurações e à sua indiscutível importância para o desenvolvimento humano. No contexto dessa discussão, pretendemos nesse momento traçar algumas reflexões sobre algumas questões referentes às famílias de crianças existentes na contemporaneidade. Apresentaremos também a visão da abordagem sistêmica de família, e algumas ideias dessa sobre o contexto familiar.

3.2 A criança e a família na contemporaneidade

Na contemporaneidade encontramos um verdadeiro contingente de diversidades socioeconômicas e culturais que alteram os vínculos familiares. Com isso, temos nos deparado com realidades bem diversificadas no que tange às famílias; pois encontramos um grande número de divórcios, recasamentos, pessoas que moram sozinhas, ou apenas com amigos, casais homossexuais, ou seja, não podemos pensar em uma única forma ou modelo de família. Assim sendo, os conceitos de família atuais não obedecem ao conceito tradicional de família, apenas vista como a nuclear, pois hoje observamos famílias compostas por grupos que são unidos por laços de aliança, afinidade, solidariedade, respeito, cuidados mútuos e que são vistos como grupos culturalmente construídos (Acosta & Vitale, 2007; SEDH, 2006; Kaloustian, 2005; Martins & Szymanski, 2004).

A formação do conceito de família ocorre ao longo de um processo compreendido por fatores sociais e individuais. Para crianças pequenas, quando

indagadas sobre quem é sua família, elas tendem a citar como componentes as pessoas, animais e até mesmo objetos inanimados que estejam próximos a elas. Assim, a proximidade física parece ser um dos critérios que definem suas famílias (Cupolillo, Costa & Paula, 2001). Diferente do que ocorria antes do século XV nas relações familiares, percebemos que a criança passa a ser valorizada, respeitada e amada pelos seus pais. Nesse sentido, Dornelles (2005) aponta que a criança a partir da modernidade não é mais vista como um ser meramente biológico; ela passa a ser percebida como um acontecimento visível, um ser pensante, mas que precisa de cuidado e proteção dentro da família. Deste modo, quando compreendemos a criança como uma categoria construída, significa acreditar que ela possui um jeito de ser, de existir, de falar, de agir, que são históricos e culturais (Tedrus, 1998).

A criança não é mais vista como o adulto inacabado, imperfeito. Para Szymanski (2007), a criança está em constante formação, e com as práticas educativas passadas tanto pela família como pela escola, é que será possível fazer trocas intersubjetivas, em que os mais novos, no caso, as crianças e adolescentes, poderão aprender com os mais velhos, possibilitando a construção de saberes. Isso vai ocorrer na medida em que essas práticas educativas aconteçam de uma forma contínua e habitual. Portanto, a família pode ser considerada por muitos pesquisadores e estudiosos como “o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada” (Sousa & Peres, 2002; p. 65).

Dando prosseguimento à nossa discussão, apresentamos de forma breve algumas questões referentes às famílias contemporâneas e de que maneira a criança participa

desse contexto. Analisaremos primeiramente a família como instituição e local de desenvolvimento.

A família vista sob a ótica de uma instituição social é abordada no trabalho de Reis (1995). O autor concebe-a como uma instituição criada pelos homens em relação, que responderá as necessidades sociais, se constituindo sempre de diversas formas, dependendo do tempo e da situação em que está inserida. Além de ser uma instituição que orientará a conduta de seus membros, a família também é constituída por uma necessidade material, que seria a de reprodução, pois, segundo o autor supracitado, para que possa existir uma família é necessário que exista a função reprodutiva em seu contexto.

Outra função mencionada é referente à ideologia³ em que o sujeito é educado no ambiente familiar. A partir dessa ideia do que a família transmite e tem como princípios, de acordo com Reis (1995), é que os sujeitos darão continuidade à estrutura familiar socialmente e biologicamente. Através da ideologia é que a família será responsável pela formação do cidadão, ensinando como ele poderá se comportar nas relações extrafamiliares. Para o autor mencionado, a ideologia passada aos filhos pelos pais que procuram educar e transmitir valores sobre a família é de que ela é algo natural e universal, portanto, imutável. Dessa maneira, a família se torna o *locus* da estruturação da vida psíquica, ou seja, dependendo da forma como a família organiza a vida emocional de seus membros, dos valores e condutas que vão sendo transmitidos, é que seus sujeitos poderão assumí-los e transformá-los em sua visão de mundo.

³ O conceito de ideologia é bastante controverso, objeto de muitas reflexões e diferenças conceituais entre os autores, mas o autor consultado, em seu trabalho recorre principalmente para discorrer sobre a ideologia às obras de Althusser, Marx e Engels.

Contrapondo ao que Reis (1995) argumenta sobre o papel das famílias como transmissoras de uma estrutura biológica, Sarti (2007) afirma que a possibilidade de associar a família somente com os aspectos biológicos já não a sustenta, é preciso que existam mais fatores no contexto da família que possam dar conta de responder às necessidades humanas. Para a autora, a família precisa muito mais de um aparato social e cultural que estará disponível em contextos específicos. É sugerido, portanto, que a família seja definida levando em consideração histórias que os sujeitos vão escutando, e que através de gestos, atitudes ou mesmo silêncios, cada pessoa à sua maneira irá reproduzir e ressignificar sua história, e assim trará significados à sua experiência vivida. Sarti (2007) confirma, com isso, que a família é pensada como uma realidade que se constrói pelos discursos que a perpassam e que isso só pode ocorrer no espaço cultural em que essa família vive. Os discursos que atravessam a família estão permeados das singularidades e das experiências de cada um. Com isso, os modelos idealizados por dispositivos religiosos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos, que tentam ditar como a família deveria ser vão se rompendo.

A função da família como agente de socialização e reprodutora de padrões culturais é ressaltada no trabalho de Amazonas, Damasceno, Terto e Silva (2003), quando compreendem que é nessa instituição que as pessoas vão ter possibilidades de se constituírem enquanto sujeitos e cidadãos, ratificando o que Reis (1995) abordou sobre a formação do cidadão. Naiff, Caldeira, Pena e Diniz (2007) acentuam que “A família é o lugar da subjetividade e da identidade, ao mesmo tempo em que é, também, o primeiro e principal espaço social” (p. 2). É na família, portanto, que se espera que tenhamos um “lugar de proteção e expressão do indivíduo, lugar de socorro e, ainda, lugar da transmissão das regras e normas sociais” (Naiff et al, 2007; p. 3). Essas funções

confirmam o papel de formação que a família tem na vida do sujeito, independente da ideologia que ela esteja passando, mas o que se deve levar em conta é que ela servirá como referência, como o primeiro contexto de desenvolvimento para crianças.

No entanto, a função da família como agente de socialização e reprodutora de cultura entre seus membros poderá ser prejudicada devido à comunicação reduzida ou muitas vezes ausente entre pais e filhos na atualidade. Isso é ressaltado no trabalho de Valente e Waideman (2005), quando pontuam que uma marca registrada das famílias modernas é a redução do número de pessoas. O lar que antes servia para troca de afetos passa a ser visto apenas como um local de repouso, após um dia cansativo de trabalho; diante disso, a comunicação entre pais e filhos acaba se tornando restrita.

Ainda sobre as transformações ocorridas na família moderna podemos encontrar, a partir de Sousa e Rizzini (2001), algumas mudanças no âmbito familiar, tais como: separação dos pais, o que gera algum prejuízo à criança, a participação feminina na força de trabalho, o que acarreta um distanciamento dos filhos, que acabam passando menos tempo com os pais, e sendo educados e cuidados em outros ambientes e por outras pessoas. Essa nova atitude da mulher ao inserir-se no mercado de trabalho, também é trazida pela pesquisa de Martins e Szymanski (2004), na qual verificam que os filhos estão cada vez mais precocemente recebendo educação de escolas e creches, deixando de receber os cuidados antes oferecidos pela mãe. As autoras ainda enfatizam que as crianças precisam na verdade de um adulto que possa lhe dar atenção, respeito e carinho, não precisando ser necessariamente de sua família nuclear.

Outra característica encontrada nas sociedades modernas é a diversidade. Essa diversidade faz com que as famílias se tornem espaço de interação entre várias raças, etnias e religiões. Encontramos homens e mulheres compartilhando funções que antes

eram mais precisamente definidos a um ou ao outro. Nas famílias tradicionais, ao homem era atribuída a função de sustento da família, enquanto a mãe cuidava das crianças e do lar. Hoje observamos, mesmo em um modelo de família nuclear, um grande número de pais que cuidam de seus filhos enquanto a esposa trabalha fora (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003).

Outro fator associado às famílias contemporâneas está relacionado ao aumento da violência nas zonas urbanas, principalmente nas grandes cidades. Na tentativa de compreender as crianças que vivem em contextos urbanos, Sousa e Rizzini (2001) chamam a atenção, em seus estudos, para o fato dessas crianças possuírem uma menor autonomia, seus espaços para transitar são limitados, levando-se em conta que nas áreas urbanas ocorre o aumento de perigos relacionados à violência.

As autoras supracitadas ainda apontam que existe um processo de esvaziamento da família como autoridade na criação e educação dos filhos e que esse efeito tem produzido uma estigmatização da família, principalmente da família pobre. Como apontado anteriormente, quando foi descrita a longa trajetória de institucionalização de crianças e adolescentes nos séculos passados, ainda hoje existe uma alegação de que a família pobre é incompetente para criar e educar os filhos, sendo que este fato contribui para que o Estado possa interferir no âmbito privado desse contexto. Essa desqualificação da família irá fragilizar os seus laços afetivos e sua coerência interna, levando a criança a ter outras influências externas em seu processo de socialização, diminuindo o papel de mediação da família, como foi referido anteriormente nos trabalhos de Martins e Szymanski (2004). É negado, portanto, o direito que as famílias têm de exercer seu papel na educação dos filhos, elas ficam sem ter como mostrar que

podem desenvolver suas potencialidades e enfrentar as condições nas quais estão inseridas.

Outra questão que existe também em algumas famílias é um fator que envolve situações migratórias por motivos de sobrevivência, as famílias que sofrem por causa da falta de emprego em determinadas cidades acabam por mudar-se, buscando novas oportunidades. Isso ocorre principalmente nas famílias caracterizadas pela sua situação de pobreza e vulnerabilidade. Essas mudanças podem provocar, conforme aponta Kaloustian (2005), uma grande desestruturação no espaço doméstico, pois faltam acessos a serviços urbanos básicos e as crianças acabam saindo das escolas. Ainda segundo o autor, essa desestruturação se dá nas famílias monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres. Essa migração das famílias acarreta também uma geração de recursos sociais e financeiros adicionais, quando as políticas públicas e privadas tentam cobrir as demandas das famílias que chegam aos centros urbanos.

Em consonância com essa ideia, ainda sobre a questão do desemprego nas famílias de baixa renda contemporâneas, Vasconcelos e Sarmiento (2007) alertam que a falta de emprego para os responsáveis pelas crianças tem afetado diretamente a vida dessas, no que concerne às questões básicas como saúde, alimentação, assim como em termos de geração de sentimentos de insegurança, instabilidade quanto ao presente e ao futuro das crianças. Essa situação poderá gerar violência dentro do ambiente familiar e até mesmo a inserção de crianças no trabalho infantil, com o objetivo de ajudar no sustento da família. Como, então, pensar a criança nesse contexto vulnerável e em um ambiente desfavorável economicamente?

Para Miranda (1995), a criança passará por um processo de maturação biológica, independente de sua origem social, e seu desenvolvimento dependerá da mediação do

adulto. Sendo assim, no convívio com a família, a primeira instituição na vida da criança, ela poderá internalizar padrões de comportamentos, valores e normas de sua realidade social, decorrentes de sua condição de classe. As crianças de famílias de classes populares representam muitas vezes força de trabalho e ganhos econômicos, pois essas famílias necessitam desenvolver estratégias de sobrevivência que se adequem às suas condições de existência. Com isso, todas as famílias, inclusive as crianças, devem ajudar o grupo familiar.

Na pesquisa de Amazonas et al. (2003) foi encontrado o modelo de família monoparental como predominante nas classes populares, sendo que em sua grande maioria as famílias eram chefiadas por mulheres, ratificando o que Kaloustian (2005) retrata sobre as famílias monoparentais. No entanto, essa configuração familiar não significa que o modelo monoparental foi escolhido por quem o vive, mas, sim, que ele confirma a impossibilidade da realização do modelo de família nuclear. Nessas famílias, também é marcante, segundo Amazonas et al. (2003), a falta de diferenciação entre o público e o privado. A rua acaba tornando-se um prolongamento da casa e as crianças passam a conviver com pessoas além de seus pais, como tios, avós, madrinhas, vizinhos. Essas relações entre as famílias e a extensão da casa trazida pelo contato com outras pessoas, faz com que se criem estratégias de sobrevivência pelas famílias pobres. Essas estratégias estão “calcadas na criação de uma rede de sustentação mútua para momentos de dificuldade. As famílias partilham alimentos, vestimentas, moradia e até a criação dos filhos” (Naiff, Caldeira, Pena & Diniz, 2007; p. 4).

Ainda sobre as famílias pobres, Coelho (2006) nos apresenta uma reflexão sobre as representações sociais da família nesse contexto de pobreza. Nessa situação, a família tem um valor que envolve honra, solidariedade e reciprocidade como constituintes de

sua moral. Assim: “A delimitação moral da família se traduz por aquela em que se pode confiar, contar” (p. 230). As famílias pobres tendem a valorizar a rede de parentesco, em que uns ajudam aos outros. Esse tipo de família se orienta por padrões tradicionais, em que o homem é o chefe da família, quem garante o sustento, possuindo autoridade e sendo respeitado dentro da casa, enquanto a mulher é a chefe da casa, quem cuida e zela desta e dos gastos, mantendo unidade do grupo familiar (Sarti, 2007). Essa ideia se confirma no pensamento de Sarti (2007), quando a autora acentua que “o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa” (p. 28). Para a autora citada a autoridade do homem refere-se à respeitabilidade familiar, enquanto que a autoridade direcionada a mulher diz respeito à manutenção do grupo familiar.

Outra característica destacada sobre as famílias menos favorecidas economicamente é que, como estão sujeitas a condições econômicas frágeis, essas famílias facilmente poderão ser desfeitas. Quando existem rupturas, a mulher geralmente assumirá o controle e a responsabilidade econômica, e ainda criará os filhos sozinha. Assim, como observado no período da intensa atuação do Estado sobre as famílias consideradas com situações financeiras desfavoráveis para criar seus filhos, atualmente ainda ocorre que “Numa visão descontextualizada da estrutura social, costuma-se avaliar as famílias pobres como incapazes de cumprir suas funções no processo de socialização de crianças e adolescentes” (Coelho, 2006; p. 231).

Porém, apesar de todas essas situações relacionadas principalmente às famílias de baixa renda, a partir do século XX, a família brasileira tem experimentado muitas mudanças. São observadas diversas transformações nesse contexto, em que são mudados os papéis, funções e as configurações dentro de cada família.

Sousa e Rizzini (2001) parecem estar de acordo sobre as transformações ocorridas na família, por essas possuírem estilos próprios que alteram suas estruturas e se transformam, assumindo uma multiplicidade de formas e singularidades. Enfatizando esse aspecto de singularidades, são observadas algumas características únicas em cada sujeito no seu âmbito familiar. Kaloustian (2005) também argumenta que existem trajetórias individuais dentro da família, e que esta não se constitui apenas como um somatório de comportamentos, mas como um processo que leva seus integrantes a interagirem. Se cada sujeito em seu ambiente familiar traz na sua história de vida aspectos próprios de sua personalidade, características únicas, os pais e os filhos precisam de alguma maneira dialogar, estabelecer limites e respeito dentro da dinâmica familiar.

Essas ideias encontram ressonância nos trabalhos de Corsini (2008). A autora traz uma discussão importante, no que concerne à questão da autoridade dentro das famílias e de que forma ela pode ser vista nas famílias contemporâneas. A legitimidade de uma autoridade familiar ocorre à medida que pensamos nessa autoridade como uma relação de poder, principalmente nas famílias nucleares, em que essa autoridade é respaldada na condição parental. Ou seja, em que os filhos seguem uma hierarquia familiar e os pais são detentores do poder.

A autora chama a atenção para o fato de que essa autoridade dentro da família segue padrões de temporalidade, entendendo isso pelo que ocorre nas histórias familiares de separações e de divórcios, em que os papéis sociais vão se modificando na medida em que saem e entram novas pessoas na família. Com isso, principalmente os filhos são afetados, tendo em vista que precisam construir novas figuras de referências em suas vidas, como, por exemplo, a aceitação de possíveis irmãos, filhos dos pais em

suas novas relações, ou filhos trazidos das relações anteriores. A autoridade também pode ser assumida por apenas um dos membros da família, no caso das famílias monoparentais, em que só a mãe ou somente o pai passam a chefiar e tomar decisões em seus lares.

No entanto, em muitas famílias, os limites e respeitos entre pais e filhos não são valorizados. Segundo Petrini (2003), muitas das mudanças que a família vem passando a torna vulnerável, principalmente nas suas relações sociais, como se o ambiente sociocultural estivesse desgastando-a. E, em meio a todos esses desgastes, a família vem tentando se reconstituir, se estruturar a partir de novos valores sobre o modo de viver o amor, a sexualidade, os vínculos familiares, os papéis de pai e mãe, e novas formas de relacionamento entre homem e mulher. Assim, os modelos familiares vão se compondo e recompondo de acordo com circunstâncias históricas, sociais e culturais.

Sobre as diferenças encontradas em relação aos diversos modelos de famílias, Amazonas et al. (2003) afirmam que ainda são grandes as dificuldades encontradas na sociedade para aceitar essas diferenças, pois ainda hoje encontramos a transmissão do modelo de família nuclear tradicional, em que o pai é o provedor e a mãe continua sendo a dona-de-casa em tempo integral. Devemos entender cada família de acordo com o contexto em que ela está inserida. Assim, não podemos elencar apenas um modelo de família, acreditar que exista uma forma ideal para seguir na educação dos filhos.

Embora saibamos que a família tenha passado por várias transformações em sua configuração, Losasco (2007) enfatiza que mesmo as famílias que apresentam problemas em sua estrutura continuam sendo um porto seguro para suas crianças e adolescentes. Acreditamos, portanto, que o aspecto emocional é o principal elo que une pais e filhos, sejam eles biológicos ou não. A nova concepção de família se constrói

atualmente “baseada mais no afeto do que nas relações de consangüinidade, parentesco ou casamento” (Losasco, 2007; p. 64). Sobre as relações de afetividade entre as crianças e entre elas e os adultos, encontramos nos trabalhos de Rossetti-Ferreira (2006) a importância de analisar todas as pessoas que fazem parte do ambiente em que a criança se encontra, pois essas também podem estabelecer relações significativas com as crianças. De acordo com a autora supracitada, é preciso sair do foco apenas no sujeito, em especial quando situado exclusivamente na criança e na relação mãe-criança, procurando observar elementos outros além dessa díade e do determinismo dos primeiros anos de vida em relação a todo devir da vida do sujeito. A forma de perceber as relações afetivas como sendo a base das relações entre a criança e outras pessoas, independente de sua família de origem ou extensa, faz com que sejam vistas como essenciais também as relações de amizade, apadrinhamento, vizinhança, entre outras. Essas relações, por vezes, são permeadas por sentimentos e cuidados mútuos que possibilitam vivências mais intensas do que aquelas decorrentes da consanguinidade e do parentesco.

Devemos, portanto, apreender a rede de relações e significações em que a criança está imersa, a partir de uma perspectiva processual, relacional, situada e discursiva. O ser humano precisa ser percebido de forma integrada nos seus aspectos biológico, cultural, contextual e relacional. Isso a partir, então, da consideração da relação dialógica entre as pessoas e entre as pessoas e seu meio sócio-histórico, percebendo as relações e interações como constituintes permanentes dos sujeitos em um processo dinâmico de comunicação, entre todos os atores e o entorno, e de atribuição de sentidos – ao ambiente, aos outros e a si mesmo. Essas novas atribuições de sentidos nas relações vão trazer as novas perspectivas, ou seja, ressignificações de maternidade e

paternidade para as crianças e suas famílias, bem como o desejo de conviver com novas realidades e singularidades próprias de cada relação construída (Costa & Ferreira, 2009)

No que diz respeito ainda ao aspecto emocional e sobre como a família é um espaço indispensável para o desenvolvimento da criança, a Psicologia vem se inserir nesse contexto apontando, através da Abordagem Sistêmica, que a família funciona como um sistema total, em que “as ações e comportamentos de um dos membros influenciam e, simultaneamente, são influenciados pelos comportamentos de todos os outros” (Coelho & Amazonas, 2004; p. 156). Corroborando esse pensamento, Romagnoli (2003) pontua que o trabalho com famílias embasado nesse modelo sistêmico abordará cada membro do grupo como elemento do sistema familiar e, a partir desse sistema, serão determinadas as formas de relacionamento e da família organizar-se enquanto grupo em relação.

A família vista sob essa ótica, enquanto um sistema permeado de relações poderá propiciar à criança a construção de realidades, valores, formas de se organizar no mundo, se constituindo enquanto sujeito. Ainda de acordo com Romagnoli (2003), “a relação é um processo ininterrupto de atribuição de significados, construindo a realidade que nos cerca” (p. 24). Nesse sistema relacional que é a família, torna-se importante privilegiar a intersubjetividade das pessoas, pois elas existem em um contexto de troca, de afetos, mas também de traumas, frustrações ou decepções que muitas vezes rompem os laços familiares.

A família, nesse contexto de relações entre seus membros, propiciará à criança aprender com essas pessoas os primeiros modos de existir no mundo. A partir dessas relações o mundo da criança adquire significados e ela se constitui enquanto sujeito. Para Szymanski (2004), existirá uma troca intersubjetiva entre a criança e as pessoas de

sua família, construída na afetividade, o que consistirá no primeiro referencial para a sua constituição identitária. A autora retrata em seu trabalho que, quando se pensa a família como *lócus* de desenvolvimento, é importante lembrar que existem divergências quanto à concepção de infância e, como consequência dessas divergências, cada família irá possibilitar diferentes oportunidades à criança. Além disso, talvez não ocorram as condições de desenvolvimento que a família poderia, saberia ou gostaria de oferecer. Szymanski (2004) também afirma que quando a família é olhada como um contexto de desenvolvimento, não poderá ser analisada isolada das demais instituições sociais.

Para Macedo (1994), a família, de acordo com o discurso *psi*, é o primeiro ambiente em que se desenvolverá a personalidade do ser humano, servindo também como um espaço psicossocial, em que as relações serão estabelecidas com o mundo a partir dela. Ao mesmo tempo em que a família é um lugar de formação para a identidade pessoal e social, também poderá constituir-se como espaço que fundamentará o sentimento de autonomia e independência do sujeito. Sentimento esse, baseado em um processo de diferenciação, que diz respeito ao conhecimento que o sujeito tem de que ele é diferente das outras pessoas. Esse diferenciar-se do outro é o que, segundo a autora supracitada, experimenta-se nas diferentes posições ocupadas dentro da família, como por exemplo, ser irmão, primo, tio, sobrinho ao mesmo tempo. Não existir possibilidades ainda maiores do sujeito ser diferenciado dentro dos grupos extrafamiliares, como em escolas, clubes, amizades, onde são aprendidos outros costumes e valores.

Dando continuidade, sobre o contexto familiar, poderemos entender os processos intrafamiliares e a dinâmica relacional afetiva entre seus membros percorrendo um pouco sobre a abordagem sistêmica. De acordo com Calil (1987), a Terapia Sistêmica é

baseada na Teoria Geral dos Sistemas. Segundo essa teoria, a família pode ser considerada um sistema total, em que os membros afetam uns aos outros. Assim, a autora aborda dois conceitos para uma melhor compreensão no que diz respeito à organização e funcionamento desse sistema familiar. O primeiro deles é a globalidade. Essa se refere à ideia de que estamos falando de um sistema coeso, inseparável e interdependente, em que qualquer mudança em uma das partes afetará os demais componentes do grupo. O segundo aspecto trabalhado é o conceito de retroalimentação ou *feedback*, em que existe uma circularidade, um movimento em que todos estão juntos, e o comportamento de cada um afetará e será afetado pelo do outro. Com isso, um membro da família que possui determinado comportamento pode ser visto como uma forma de sequenciar atos entre as várias pessoas desse grupo familiar. Nesse aspecto, será a relação familiar que ocasionará alguma perturbação que gere desequilíbrio e desordem dentro da família, dependendo de seu tipo de comportamento.

Para que a família possa estar equilibrada, precisa estar passando por dois processos básicos que, de acordo com Calil (1987), são a homeostasia e a transformação. A homeostasia ocorre na família quando um dos membros apresenta mudança em relação ao outro, e este outro atua de forma a diminuir e modificar a mudança apresentada. Assim, ocorre um processo de regulação, em que as relações dentro da família passam a se equilibrar, e um membro afetará o outro de forma positiva. Já a transformação é o processo através do qual a família poderá produzir novas informações e adquirir novas estruturas, passando pela quebra de padrões e comportamentos rígidos, que antes eram mantidos.

O contexto familiar é compreendido através dos seus estilos específicos de relacionamento entre seus membros. Assim, os padrões de comportamento vão refletir a

maneira como a família está organizada e para isso, Aun, Vasconcellos e Coelho (2006) pontuam que a abordagem sistêmica de família não olha o sujeito separado de seu contexto, sempre está focando as relações e esses padrões de interação que se repetem no sistema familiar. Assim, mais do que observar as relações intrafamiliares, outras formas de relação devem ser analisadas, como a escola dos filhos, a comunidade em geral, e os outros familiares.

Dentro desse espaço familiar e nessa teia de relações, vão se configurando os papéis que cada pessoa desempenha na família. Bucher (2003) enfatiza que cabe aos pais propiciarem limites e estruturação de atitudes e comportamentos dos filhos, desde que consigam exercer algum poder sobre eles. O papel de provedor da família, ou seja, a atividade econômica, antes ligada apenas ao pai como chefe de família, é compartilhada nas famílias atuais com a esposa. As funções de cuidado e sustento da família estão sendo exigidas de forma mais igual. Considerando as afirmações sobre o compartilhamento de funções dentro da família entre os pais, Coelho (2006) afirma que “Mudam-se as relações e seu significado, do pai-masculino, modelo de autoridade e poder, para uma visão mais humanizada do homem” (p. 125). Mudar os parâmetros, ter uma visão mais humanizada, significa pensar que antes de ser pai, o sujeito é homem, um ser humano que pode colocar e sentir afeto na sua relação com o filho. Sendo assim, Coelho (2006) ressalta que as relações de afeto é que nomearão o lugar que será ocupado pelo pai ou pelo filho dentro da família.

Considerando que os papéis estão mais compartilhados entre os pais dentro da família contemporânea, Coelho (2006) também traz uma reflexão sobre como a paternidade e a maternidade se apresentam em momentos diferentes da história e do processo de transformação das relações familiares. A paternidade, na

contemporaneidade, adquire um *status* diferente; anteriormente, o pai era quem perpetuava a família, dava continuidade ao nome de seus descendentes, como vimos na família da Idade Média. Atualmente, a paternidade é valorizada por alguns homens, pois não só a mulher, mas igualmente seu companheiro tem desejo de ter filhos, participa mais do processo de gravidez, bem como nos cuidados com o filho que nasce.

Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes e Tudge (2004) investigaram como se dá o envolvimento do pai durante o período da gestação, trazendo uma reflexão sobre a preparação do homem para assumir esse novo papel. Observaram, nos relatos dos pais, que ainda existem algumas barreiras a serem vencidas, sejam essas subjetivas ou externas. Alguns pais apresentaram dificuldades de se aproximarem do filho durante o período de gestação, não conseguindo percebê-lo como vivo e real. E mesmo os pais mais envolvidos durante o período da gestação não manifestaram o desejo de assistir ao parto de seus filhos. Essas dificuldades, segundo os autores, podem prevalecer nos casos em que algumas mães limitam a participação dos companheiros nos cuidados com o bebê. Lyra et al. (2007) apresentam reflexões acerca da participação do homem no contexto do cuidado com seus filhos, compreendendo que a função do pai na contemporaneidade é de um papel mais ativo, pois seu desempenho não se restringe mais à disciplina e ao suporte econômico familiar, como apresentado quanto ao período da Idade Média. Hoje, são desenvolvidos contatos mais próximos entre pais e filhos, são realizadas ações e cuidados que antes eram reservadas às mães. Como exemplos da participação dos pais nos cuidados com os filhos, são citados: cuidados com a higiene, a saúde e com a alimentação, acompanhamento aos serviços médicos e educacionais.

No que concerne à maternidade exercida na família contemporânea, a ideia da mãe enquanto aquela que protege e dá amor aos filhos ainda é mantida. Refletindo a

partir das ideias de Coelho (2006), a maternidade é relacionada com questões que envolvem a procriação e educação dos filhos. Apesar de a mulher estar inserida no mercado de trabalho, mesmo diminuindo a quantidade de filhos, tendo um controle maior sobre a procriação com o uso de métodos contraceptivos, ainda exerce seu papel de mãe que consegue se dedicar aos filhos, tentando protegê-los, dedicando-lhes cuidados e atenção. A permanência da mulher no mercado de trabalho faz com que a maternidade seja vivida como uma opção, pois além de ser mãe, ela poderá desempenhar outros papéis na sociedade.

Nesse complexo sistema familiar, além da maternidade e paternidade, encontramos na obra de Calil (1987), questões ligadas aos subsistemas existentes dentro da família nuclear especificamente, os quais os processos interacionais podem ser analisados. São mencionados quatro subsistemas dentro do sistema familiar nuclear: o dos pais, esposos, filhos e irmãos, em que cada um possui atribuições específicas, ou seja, tarefas pertinentes a cada um. O subsistema dos pais diz respeito ao cuidado que terão com os filhos, como cuidados físicos, ensinar as relações de amor, respeito, solidariedade, desenvolvimento profissional entre outros. Quanto ao subsistema dos esposos, devem funcionar preenchendo necessidades sexuais e tomadas de decisões conjuntas. Encontramos na pesquisa de Braz, Dessen e Silva (2005) sobre relações conjugais e parentais, que os pais, ao viverem uma relação marital harmoniosa, influenciam diretamente na sua relação com os filhos, “isto é, casamentos bons estão ligados positivamente com a sensibilidade parental e casamentos ruins, à insensibilidade dos genitores e, conseqüentemente, a um desenvolvimento infantil bem ou mal ajustado, respectivamente” (p. 152).

As consequências negativas das relações maritais insatisfatórias e, possivelmente, do divórcio ou da separação do casal, podem incluir, de acordo com os autores referidos acima, o aumento do risco de os cônjuges apresentarem psicopatologias, de se envolverem em acidentes automobilísticos, exposição à incidência de doenças físicas, cometerem suicídio, homicídio ou atos de violência, mortalidade em função de doenças em geral, entre outras. Ainda é ressaltado nessa pesquisa que as influências negativas produzidas nas crianças, em decorrência de relações conjugais insatisfatórias, são variadas, incluindo desde problemas de saúde, depressão, baixa competência social e baixo rendimento escolar, até vários outros distúrbios de conduta correlacionados. Portanto, existem fortes evidências de que os prejuízos causados pelas disfunções familiares podem afetar o desenvolvimento dos filhos, isto é, há uma conexão entre os distúrbios na relação conjugal e/ou dos genitores enquanto indivíduos e os problemas de comportamento da criança (Braz, Dessen & Silva, 2005).

Sobre o subsistema dos filhos e o dos irmãos, estes envolvem apoio mútuo, brincadeiras, competições. A autora não diferencia especificamente esses dois subsistemas. No entanto, Calil (1987) enfatiza que cada subsistema estará em interação com os outros subsistemas familiares, não deixando de lado as suas fronteiras, suas características próprias, suas delimitações. Para estar em contato com os outros subsistemas é importante que exista uma troca ou interação, de forma que todos consigam aprender alguma coisa, mas sempre deixando claro o papel que cada um representa dentro dessas relações.

Rabinovich e Moreira (2008) apontam que nos contextos menos favorecidos os irmãos são considerados muito importantes. Segundo as crianças paulistas que foram

sujeitos da pesquisa desses autores, os irmãos são aqueles com quem elas podem dividir tarefas domésticas, recebem e dão ajuda, com quem brincam e ainda servem como companhia. Corroborando com essa ideia, Oliveira (2006) retrata o relacionamento fraterno como uma relação rica e complexa, em que várias experiências comuns são compartilhadas, tendo sempre um grande impacto na vida um do outro, impacto esse que se traduz, segundo a autora, em socialização, comportamentos de ajuda, tarefas e atividades cooperativas, companheirismo, mas também acarreta comportamentos negativos, agressivos e conflitos.

Ressaltamos que dentro do sistema familiar existirão fronteiras a serem respeitadas. Sobre as fronteiras estabelecidas entre os membros de uma família, o que existe para Macedo (1994) são pessoas que dependem umas das outras, que obedecem a regras, formadas nas próprias relações, em que todos estão envolvidos; porém, sempre vão existir fronteiras. Dentro dessas fronteiras as regras estarão implícitas, e quando as expectativas não são atendidas por um sujeito dentro desse grande sistema, os outros membros vão reagir, cobrando ou mesmo exigindo ações condizentes com as expectativas relacionadas com os papéis desempenhados por cada um dentro desse grupo familiar.

A perspectiva sistêmica nos estudos com famílias, de acordo com Böing, Crepaldi e Moré (2008), trouxe implicações da ampliação do foco, como também uma mudança de visão e de uma nova postura diante das famílias. Passamos a visualizar a família não somente a partir de uma visão negativa, que envolva apenas os desajustes, conflitos, déficits ou mesmo os fracassos de seus membros. Hoje são focalizados os recursos e o sucesso que o grupo familiar pode ter nos seus mais variados contextos. Os autores ainda acrescentam que no Brasil existem tantas variáveis ambientais,

econômicas, sociais, políticas, históricas, religiosas e culturais, que torna impossível a composição ou mesmo uma definição completa do que seja uma família.

Sabemos, portanto, é que a família no contexto contemporâneo está associada a mudanças de papéis intrafamiliares. Conforme argumenta Sarti (2006), a família está marcada por diferenças que se complementam, tanto na relação entre pais e filhos como entre os próprios casais, de modo que “Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos” (p. 44). Os direitos e deveres que antes eram predeterminados nas famílias são passíveis de negociações e assim, as pessoas vão fazendo suas escolhas de acordo com seus projetos individuais. O individualismo traz uma nova perspectiva para as famílias, valorizando o sujeito, independente da posição que possa ocupar dentro da família.

As famílias, segundo Macedo (1994), vão se adaptando, estando sujeitas às pressões do contexto que estão inseridas, dependendo, portanto, de condições históricas, sociais, econômicas. E a mudança em cada membro implicará mudanças em todos os outros sujeitos dentro desse sistema total que é a família.

3.3 O direito à convivência familiar e comunitária: o estatuto da criança e do adolescente e o plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária

Falar da criança como sujeito de direitos, principalmente quando esse direito está relacionado à sua família, é acreditar que a criança é um ser autônomo, possuidora de personalidade e vontade própria, devendo ser respeitada e valorizada de acordo com suas capacidades e etapas de desenvolvimento (SEDH, 2006). O direito à convivência familiar e comunitária pode ser compreendido como um dos direitos fundamentais da

criança, sendo reconhecido pelo ECA e pelo Plano Nacional que estar em contato com a família é um fator essencial para a criança crescer e se desenvolver de forma satisfatória, ou seja, ter seus direitos plenamente respeitados.

Analisar a criança em seu contexto familiar ou estando fora dele quando existe algum direito ameaçado ou violado, traz uma reflexão sobre o processo de reconhecimento de direitos na vida da criança, a partir da promulgação do ECA em que ela passa a ser reconhecida como um sujeito de direitos. Rizzini, Barker e Cassaniga (2000) corroboram com essas ideias nos falando sobre como a infância antes do ECA era dividida entre os termos criança e menor. O termo menor era designado para as crianças pobres e marginalizadas, que eram alvos das políticas estatais, enquanto que criança era o termo que designava a criança filha de famílias com boas condições econômicas, que frequentava os bons colégios, e era preparada para ocupar um importante trabalho na sociedade. Como afirmado anteriormente no capítulo sobre a institucionalização de crianças e adolescentes, a partir da promulgação do ECA, a criança passa a ser concebida como um sujeito de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento, tendo prioridade absoluta no atendimento de suas necessidades.

Os novos referenciais legislativos do ECA irão enfatizar a responsabilidade da família e o direito da criança permanecer em seu meio familiar (Rizzini et al., 2006). Enfatiza-se ainda que cabe ao poder público assegurar as condições necessárias para que as famílias possam criar seus filhos em um ambiente saudável, garantindo um melhor desenvolvimento, pois “Ainda recai sobre as famílias, social e economicamente desfavorecidas, a percepção de que são incapazes e inadequadas para criar seus filhos” (Rizzini et al., 2006; p. 34).

Sobre o direito à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu artigo 19 afirma que “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

No ECA, temos a definição de família em seu artigo 25, sendo chamada a família natural, “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Com a Lei nº 12.010, de 29 de Julho de 2009, que traz modificações sobre a adoção, o conceito de família abrange também a família extensa que é compreendida como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Quando nos referimos aos direitos de crianças e adolescentes em que a família está envolvida diretamente, temos que o artigo 4º do ECA aponta

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O ECA pontua a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, em assegurar o cuidado e a proteção integral das crianças e adolescentes, sempre com o objetivo de promover os seus direitos, fazendo com que esses sejam garantidos, sem qualquer discriminação entre todos os sujeitos (Rizzini, Barker & Cassaniga, 2000).

Ainda no artigo 4º, o ECA ressalta a importância do direito à convivência familiar e comunitária, sendo esse ampliado e bastante enfatizado no Plano Nacional de

Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (SEDH, 2006). O Plano Nacional valoriza a importância da família, independente das configurações que ela venha a apresentar. A família que a criança tem não precisa necessariamente ser composta do pai ou da mãe, mas de alguém que possa interferir de forma positiva em sua vida, ajudando-lhe em suas necessidades físicas, psicológicas, afetivas, educacionais.

O que se destaca no Plano Nacional é que a família permaneça na vida do sujeito, que sirva de referência, que possa ser um lugar de desenvolvimento. Segundo o referido Plano, “A família é compreendida como um grupo de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (p. 69). Ainda sobre a família, o Plano enfatiza que qualquer tentativa de conceituação sobre a mesma deveria recorrer a uma reflexão de base sócio-antropológica, afetada pelo contexto social, político, econômico, cultural, por tudo que nos constitui enquanto seres sociais. Por exemplo, em uma família extensa, não pode ser levado em conta apenas os pais e filhos ou mesmo só o casal, mas um contexto mais amplo, que possa envolver a família composta também por meio-irmãos, primos, tios, avós. Os vínculos não precisam ser apenas de ordem biológica ou oficializados pela lei, mas também existem vínculos que pressupõem relações e obrigações de caráter afetivo e simbólico, relações espontâneas que muitas vezes podem ser mais importantes para as pessoas, que suas próprias relações de parentesco.

A família, de acordo com o Plano Nacional, é de extrema necessidade para o processo de socialização da criança, em que ela pode atribuir vários significados para a sua família, pois essa possui sujeitos de referência, podendo permitir à criança se sentir

amada, rejeitada, insegura, protegida. Nas mais variadas formas de contato entre a criança e sua família, essa trará significados que vão repercutir ao longo de toda a vida, mediando sua relação com o mundo. Além de todos esses cuidados referentes à criança pela sua família, essa ainda apresenta outras funções ligadas às crianças. Segundo Prado (1981), estas funções são: a socialização, educação, cuidados com a saúde, alimentação, vestuário, remédios, brinquedos e lazer.

O Plano Nacional aponta que muitas transformações e mudanças ocorreram nas famílias no decorrer dos anos, e que não podemos ter um modelo único ou ideal; essas questões estão diretamente relacionadas ao contexto em que a família está inserida, devendo ser levadas em consideração as condições econômicas e sociais que a família tem vivido a tornando vulnerável. No entanto: “Quando a separação da família e do contexto de origem for necessária, um cuidado de qualidade deve ser prestado à criança ou ao adolescente, enquanto a integração à família definitiva (de origem ou substituta) não for viabilizada” (SEDH, 2006; p. 32). O Plano chama atenção ao fato de que o afastamento da criança e do adolescente do seio familiar só seja realmente considerado a partir de um estudo diagnóstico realizado por uma equipe multidisciplinar. E que, quando seja efetivado, todas as medidas e cuidados devem ser repensados para que se garanta a provisoriedade da medida de abrigo como prevê o ECA, permitindo que as crianças possam retornar ao convívio familiar de maneira rápida. No entanto, caso elas permaneçam abrigadas, é necessário que os abrigos prestem plena assistência, ofertando-lhes acolhida, cuidado, espaço para socialização e desenvolvimento. É importante que se reflita que “É na convivência familiar que a criança iniciará a constituição de sua subjetividade e também colaborará na constituição da subjetividade

dos outros membros (...) essa dimensão processual e dialética na constituição da subjetividade humana não deve ser esquecida” (Sousa & Peres, 2002; p. 65).

Conforme o Plano Nacional (SEDH, 2006) o desenvolvimento da criança e do adolescente vai ser caracterizado pelos seus “processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que exigem do ambiente que os cerca, do ponto de vista material e humano uma série de condições, respostas e contrapartidas para realizar-se a contento”. (pp. 26-27). Sendo esse papel desempenhado pela família e o contexto sócio-comunitário, em que esses sujeitos de direitos podem crescer e se desenvolver, justificando, assim, o reconhecimento da convivência familiar e comunitária como um direito fundamental (SEDH, 2006).

O Plano Nacional respalda seus pressupostos de que a convivência familiar e comunitária é importante através dos estudos de autores como Bowlby (1998), Dolto (1991), Nogueira (2004), Pereira (2003), Spitz (2000), Winnicott (1999) (SEDH, 2006)⁴. Esses autores afirmam que, ao separar uma criança do seu ambiente familiar e esta ser institucionalizada, ocorrerão repercussões negativas sobre o seu desenvolvimento, sendo preciso o acompanhamento de um adulto, pelo qual possa ser estabelecida uma relação de afetividade estável, até que chegue o momento da reintegração ao convívio familiar.

A família que passa segurança e afeto às suas crianças acaba influenciando positivamente o futuro destas, preparando-as para as situações que ela terá que enfrentar. Valente e Waideman (2005) argumentam que, independente da família, de quem tenha gerado a criança, qualquer que seja a criança, ela tem o direito fundamental

⁴ Embora o Plano Nacional recorra a esses autores, não aprofunda suas ideias. As referências apresentadas sobre os autores são encontradas no próprio Plano Nacional.

de crescer numa família, e que para crescer e se desenvolver, precisa se sentir parte de um *locus* maior, de considerar com amor os adultos que cuidam dela como seus pais.

Para que se priorize de fato o direito à convivência familiar e comunitária, o Plano Nacional traz algumas medidas que podem ser levadas em consideração. Entre elas, está a existência de políticas preventivas de apoio à família e seus filhos, para que se evite o afastamento das crianças e dos adolescentes de seu contexto familiar. Caso isso venha a ocorrer, que esse afastamento do seio familiar seja realmente de caráter provisório e excepcional. É necessário que desde o primeiro dia da separação da criança ou do adolescente de sua família, seja realizado um trabalho de reintegração familiar pela instituição em que o sujeito se encontre, para que os filhos sempre tenham direito às visitas dos pais, salvo restrições judiciais, quando os direitos das crianças foram violados ou ameaçados pelos próprios pais. O Plano enfatiza que deve existir um constante fortalecimento de laços afetivos entre as famílias e os filhos que estão abrigados, não se devendo levar em conta apenas os laços biológicos. Porém, o que ocorre em muitas situações, é que esses laços têm sido mais priorizados, deixando de lado as verdadeiras relações de afetividade que a criança ou adolescente construíram com outras pessoas, que não são necessariamente da família de origem.

O Plano destaca também que precisa haver uma comunicação constante entre os serviços de acolhimento e a Justiça da Infância e da Juventude. Ainda acentua que as situações sejam avaliadas caso a caso, levando em conta a história de vida e aspectos singulares de cada sujeito acolhido institucionalmente, e, por fim, caso a criança ou o adolescente não possa voltar à sua família de origem, que seja buscada a adoção, pensada sempre como uma medida excepcional, quando forem esgotadas todas as possibilidades do retorno à família da criança ou do adolescente.

4. Capítulo III - Método

4.1 A pesquisa – o trabalho de campo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como as crianças que estão em situação de abrigo significam sua família. Para sua realização, optamos pela abordagem qualitativa, que permite uma interação maior entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, possibilitando um discurso de ordem subjetiva, produzido socialmente. Essa característica da pesquisa qualitativa vem ao encontro do enfoque sócio-histórico que orienta as pesquisas do Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência, em que o homem é concebido com um ser histórico, que se concebe e se forma a partir das relações que mantém.

Através da pesquisa qualitativa podemos manter uma relação subjetiva com os sujeitos da pesquisa, levando em consideração que as perspectivas destes são relevantes, principalmente porque a pesquisa em questão tem como objetivo dar voz às crianças, escutando-as em seu contexto de desenvolvimento, possibilitando um espaço para que sejam ditas suas reflexões e significados atribuídos ao seu universo, neste caso, às suas famílias.

A pesquisa qualitativa permite um olhar interpretativo, ou seja, um olhar compreensivo que possa ter profundidade, para que se tenha acesso aos sujeitos pesquisados, visualizando melhor sua condição na situação em que estão inseridos. Essa afirmação vem ao encontro do que Goldenberg (2005) diz sobre o fato de que “Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis, os métodos

qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimental, concretamente, a realidade pesquisada” (p. 63).

Além do mais, na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos é fundamental, possibilitando que através da fala, possamos ter várias revelações da vida do sujeito pesquisado em sua condição sócio-histórica e cultural específica. Sendo assim, a postura do investigador contempla o afetivo, o contexto do dia-a-dia, as experiências e linguagens utilizadas pelo sujeito investigado, aprofundando a relação intersubjetiva (Minayo, 2000).

Ao construirmos o *corpus* da pesquisa, podemos, por meio de diversificados instrumentos e procedimentos, como a observação participante, o uso de entrevistas semi-estruturadas, diário de campo, brinquedos, desenhos e imagens as mais diversas, obter uma compreensão mais profunda do fenômeno investigado. Além do mais, na pesquisa qualitativa o critério de participantes não é numérico; por isso também se justifica nossa escolha por esse tipo de pesquisa e o número reduzido de participantes, o que permite uma maior abrangência e aprofundamento das questões a serem investigadas.

No tocante aos riscos decorrentes da pesquisa, eles foram minimizados, tendo em conta os procedimentos utilizados. Como utilizamos entrevistas com recurso ao desenho, à construção com Lego e à colagem, os efeitos psíquicos causados por essas entrevistas foram reduzidos, já que não inquirimos as crianças acerca de temas que mobilizassem recordações ou emoções traumáticas. Sabia-se, no entanto, que algumas temáticas mobilizadoras de sentimentos poderiam ocorrer em relatos espontâneos, os quais foram acolhidos com os devidos cuidados de uma escuta tecnicamente preparada e eticamente comprometida. Além do mais, contamos com a possibilidade do

encaminhamento de alguma criança que necessitasse de atendimento ao Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Outrossim, entendemos que as crianças já produzem sentidos acerca de suas próprias condições de existência e que tais sentidos são válidos como conhecimentos acerca dessas condições. Assim, as crianças foram participantes no processo de realização da pesquisa, de modo que as estratégias metodológicas escolhidas pudessem lhes dar voz acerca do fenômeno estudado. O uso de recursos lúdicos é mais um minimizador do risco apontado, já que evita um diálogo frio com a criança, propiciando o alcance sutil dos objetivos da pesquisa, tornando os procedimentos desta adequados ao desenvolvimento infantil.

4.2 O caminho percorrido

Primeiramente, foi pedida autorização da Vara da Infância e da Juventude para a realização do trabalho com as crianças, pois só com o consentimento do juiz poderíamos entrar na instituição onde foi desenvolvida a pesquisa. Em seguida, pudemos ir à instituição apresentar o projeto de pesquisa e pedir autorização da coordenadora da Casa, para que o trabalho fosse iniciado. Informamos também que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estando de acordo com a resolução 196/96- CNS, registro do protocolo 010/2009 que regula a investigação com seres humanos.

4.3 A pesquisa empírica e os sujeitos

No caso específico do Município de Natal, no que concerne à política de proteção à infância e à adolescência, essa se dá no campo político-administrativo, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS). Este órgão municipal, no cumprimento do ECA, aparece como proponente e executor das políticas nos campos de trabalho, habitação e assistência social, por meio de programas, projetos e ações, com prioridade para os segmentos vulnerabilizados pela pobreza. Tem como perspectiva o resgate e a construção da cidadania por meio do acesso aos direitos básicos via políticas públicas, no intuito de diminuir o já tão agravado quadro das desigualdades sociais. Nessa perspectiva situam-se, organizações como as Casas de Passagens I, II e III, que são abrigos provisórios, divididos por faixas etárias (Galvão & Souza, 2008). A Casa de Passagem I atende crianças de zero a seis anos; a Casa de Passagem II recebe crianças de sete a onze anos e a Casa de Passagem III atende a faixa etária de doze a 18 dezoito anos.

A instituição onde foi realizado o trabalho de campo da pesquisa é a Casa de Passagem II. Foi fundada em março de 1997 e atendia, inicialmente, uma clientela na faixa etária de 0 aos 12 anos, vítimas de maus-tratos, violência sexual, negligência e abandono. Em março de 1999, inaugurou-se uma instituição específica, para atendimento de crianças de 7 a 11 anos. A estrutura da referida instituição compõe-se de dois andares: o primeiro pavimento é composto da sala da coordenação, sala do serviço social, sala de atendimento individual, sala de atividades lúdicas, banheiro dos funcionários, lavanderia, almoxarifado de materiais, almoxarifado de alimentos, cozinha e refeitório. O segundo pavimento é composto de um quarto de meninas, um quarto de

meninos, uma sala de televisão, sala dos educadores, banheiro para os educadores, banheiro para as crianças e uma área de brincadeiras livres.

De acordo com o regimento interno a referida instituição:

É um Abrigo gerido pelo Departamento de Proteção Social Especial/SEMTAS, sendo uma alternativa de moradia provisória, dentro de um clima residencial para as crianças em situação de risco pessoal e social, de 07 a 11 anos, com o objetivo de trabalhar o seu retorno ao convívio familiar, através de um processo de orientação, apoio e acompanhamento (s/ página).

Ainda de acordo com seu regimento, a instituição segue a caracterização do que é indicado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 98, sobre o abrigo em entidade ser considerado como medida de proteção sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados. Já no artigo 101 do ECA, parágrafo único, “O Abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação de crianças e adolescentes em família, seja a original ou substituta” (p. 29).

O público alvo do abrigo são crianças de ambos os sexos, com idade entre 07 a 11 anos, vítimas de violência doméstica (abuso físico, abuso psicológico, abuso sexual, negligência e abandono), para os quais o retorno à família biológica se mostre inviável naquele determinado momento. Os encaminhamentos dos sujeitos à instituição são realizados através de encaminhamentos do Conselho Tutelar, do SOS Criança, da Vara da Infância e da Juventude, Polícia Militar, Delegacia de Defesa do Adolescente e da Criança, entre outros. O abrigamento já está oficializado à medida que as crianças chegam com um encaminhamento de abrigo feito pelo Conselho Tutelar. Ao chegarem encaminhados de outros lugares, é comunicado ao Conselho Tutelar e à 1ª Vara da

Infância e da Juventude sua presença no abrigo através de um ofício. A principal demanda do abrigo atualmente tem sido a situação de risco, que envolve qualquer forma de negligência.

A instituição tem como objetivo geral “Acolher provisoriamente crianças que se encontrem em situação de risco social e pessoal, prestando assistência material, moral e educacional, buscando reinserir-los ao convívio familiar” (Regimento interno, s/ página).

Ainda de acordo com o Regimento interno, os objetivos específicos são:

- “Oferecer assistência nutricional, médico-odontológica e jurídica às crianças abrigadas;
- Estimular e encaminhar as crianças abrigadas ao ingresso, reingresso, permanência e êxito ao ensino, obrigatório e gratuito;
- Desenvolver atividades sócio-educativas, culturais e esportivas às crianças abrigadas;
- Articulação com instituições afins e setores da Semtas, que trabalhem com o mesmo público alvo;
- Estimular e encaminhar as famílias das crianças abrigadas para serviços e programas das políticas públicas, tais como: centro de saúde, serviço de orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos, hospital, educação esportiva, oficinas culturais, creche, escola, bolsa-escola, cesta básicas, etc.” (Regimento, s/p)

Quando a criança chega ao abrigo, na maioria das vezes não consta o endereço em seu encaminhamento. Portanto, a psicóloga e/ou assistente social perguntam à criança onde ela reside, para que possam realizar uma visita domiciliar e, assim, deixar os pais informados sobre a situação atual da criança e que ela permanecerá abrigada até

que sejam resolvidos os problemas que a trouxeram ao abrigo, explicando que à esta instituição compete apenas cuidar da criança temporariamente, pontuando os riscos a que a família está sujeita, caso não cuide da criança com as devidas recomendações e respeitando seus direitos. O serviço social da instituição, portanto, encaminha as famílias para o Cadastro Único do Governo Federal e, de acordo com as necessidades, a família é inscrita em um determinado programa, como por exemplo, Bolsa Família, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o Centro Cidadão, Trabalho e Renda.

Em relação à criança, a assistente social ou a psicóloga a atendem nessa fase inicial de abrigamento, explicando porque está lá nesse momento, que a instituição é um lugar que ela não ficará por tempo prolongado, que está lá até que sua família possa ter condições de cuidá-la e protegê-la. A psicóloga relatou que não é dito em momento algum que elas correm o risco de não voltarem para sua família ou mesmo de serem adotadas, pois não querem criar falsas expectativas nas crianças. Na entrevista inicial são passadas algumas regras às crianças sobre o funcionamento do abrigo, que elas terão que compartilhar o espaço com outras crianças e que os horários para estudar, se alimentar, cuidar da higiene pessoal, dormir, brincar e receber as visitas dos familiares precisam ser respeitados. Segundo a psicóloga, a rotina diária das crianças ocorre como descrito a seguir.

Os abrigados podem receber visitas dos familiares em dois dias da semana, sempre nas terças e quintas-feiras, no período entre as 15 horas e as 17 horas, abrindo-se exceções, caso os pais estejam realmente impossibilitados de visitar os filhos nos dias marcados.

Pela manhã às crianças vão à escola; ao chegarem, perto de meio-dia, tomam banho e almoçam. Após o almoço elas fazem um repouso até as 15h. Fazem o lanche da

tarde, em seguida vão estudar e resolver as atividades escolares. O jantar é servido às 17h30min e antes de dormir eles lancham novamente. Após o jantar eles ficam com tempo livre para brincar ou ver televisão. As crianças que não estudam pela manhã ficam com a terapeuta ocupacional ou com a pedagoga realizando atividades escolares ou lúdicas.

Quando a criança precisa sair desse abrigo, ou seja, a partir do momento que precisam ser transferidas para outra instituição, por causa da idade que não corresponde mais a faixa etária abrangida por essa entidade, ou porque as famílias tiveram seu poder familiar destituído, depois de tentadas todas as possibilidades junto à família original, é explicado pela assistente social e/ ou psicóloga que elas irão a outro lugar para ficar por mais um tempo, como por exemplo, a instituição que abriga adolescentes ou para um abrigo estadual que funciona como uma Casa Lar. A psicóloga e a assistente social realizam um relatório, sugerindo ou não o desabrigamento da criança somente depois analisar e investigar as reais condições da família de permanecer ou não com a criança. Conversam com a pedagoga, que acompanha o comportamento das crianças na escola, e com a terapeuta ocupacional, que também realiza atividades diárias e observa as crianças durante o período em que se encontram abrigadas. É, então, encaminhado esse relatório psicossocial ao Conselho Tutelar, a fim de que, a partir disso, seja possível viabilizar ou não o retorno da criança ao ambiente familiar, de acordo com avaliação do conselheiro responsável pelo caso.

O desligamento das crianças pode ocorrer das seguintes formas: quando o Conselho Tutelar achar viável, observando que a família de origem está preparada ou oferece condições de reassumir a criança; quando a criança for assumida por família substituta de acordo com deliberação do Poder Judiciário; ou ainda quando a criança for

atendida por outro abrigo em função especializada, como os abrigos de longa permanência, também denominados Casas Lares.

No momento da realização da pesquisa de campo, faziam parte dos recursos humanos da instituição 41 funcionários: uma coordenadora, duas assistentes sociais, uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga, uma pedagoga, uma técnica de enfermagem. Existem ainda seis auxiliares de serviços gerais, dois vigias, um zelador, um motorista, duas cozinheiras e um auxiliar de cozinha, um almoxerife e dezenove educadores. A instituição tem sempre presente uma equipe de educadores de plantão, trabalhando, seja durante o dia ou durante a noite, pois, como as crianças abrigadas passam a morar temporariamente nessa entidade de abrigo, a assistência tem que ser contínua. Geralmente são três ou quatro educadores por turno. Os vigias e as cozinheiras também atuam em regime de plantão.

Sobre a equipe multidisciplinar do abrigo, temos de acordo com o Regimento Interno da instituição que o coordenador do abrigo possui funções conforme o artigo 92, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma que “O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito” (p. 27). Assim, mais do que administrar o funcionamento do abrigo, o coordenador é responsável legal para cuidar, assistir e educar as crianças que estão abrigadas. Segundo o Regimento do abrigo, ao coordenador compete:

- a) “Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores e as normas descritas neste regimento;
- b) Coordenar de modo geral o planejamento, organização, execução e supervisão das atividades sócio educativas e administrativas da unidade, atividades específicas e técnicas;

- c) Avaliar em conjunto com toda equipe o processo de trabalho sócio educativo desenvolvido pelo abrigo;
- d) Solicitar recursos humanos e materiais necessários às instâncias superiores para melhorar o funcionamento do abrigo;
- e) Propor treinamentos, estudos em grupos e encontros, visando aperfeiçoar a equipe de funcionários;
- f) Convocar reuniões administrativas ou técnicas com os funcionários, quando necessário;
- g) Encaminhar à autoridade competente estudos sociais de caso, notas de ocorrências e outros que se fizerem necessário, nos termos do ECA;
- h) Zelar pelo cumprimento deste Regimento Interno;
- i) Orientar e verificar a escala de plantões;
- j) Promover a escuta com as crianças abrigadas, a fim de tomar ciência das contradições que o cotidiano institucional apresenta;
- k) Assinar qualquer documentação expedida pelo abrigo como: ofícios, memorandos, recibos, circular, e outros;
- l) Elaborar e executar juntamente com todos os funcionários, de forma participativa, o plano de trabalho do abrigo;
- m) Tomar decisões com vistas à melhoria do funcionamento do abrigo;
- n) Facilitar a harmonia das relações interpessoais entre os funcionários;
- o) Devolver funcionários que apresente conduta inadequada ao perfil da proposta de trabalho do abrigo;
- p) Comunicar de imediato casos de irregularidade no serviço como um todo, solicitando abertura de sindicância administrativa". (s/página)

O assistente social e o psicólogo fazem o atendimento social/psicológico, o acolhimento, a visita domiciliar, o acompanhamento dos casos e os encaminhamentos, enquanto o Educador Social é o cuidador/ orientador das crianças.

O trabalho da pedagoga é realizar visitas às escolas, para que seja contínuo o acompanhamento das crianças da Casa que estão matriculadas. Quando a criança chega ao abrigo e sabe-se que sua estadia não vai ser breve, devido à complexidade do caso, a pedagoga passa a providenciar a matrícula na Escola Estadual próxima, na qual todas as crianças abrigadas são matriculadas. Assim, é buscada junto à família a localização da escola anterior, para que se possa efetuar a transferência da criança de uma escola para outra. Todas as crianças estudam pela manhã, enquanto que no período da tarde a pedagoga e os educadores auxiliam as crianças nas atividades escolares.

O técnico de enfermagem realiza o levantamento da situação de saúde dos abrigados, de modo a encaminhar os que necessitam de acompanhamento médico, odontológico e psicológico para Unidades Públicas de Saúde. É também responsável por elaborar relatório mensal das atividades que realiza e entregar à coordenação. Promove, também, ações preventivas de educação à saúde junto às crianças acerca de cuidados básicos.

O terapeuta ocupacional colabora com a ação educativa dos educadores, não permitindo a ociosidade dos abrigados, promovendo atividades sócio-educativas, e criando um espaço criativo com oficinas diversas, trabalhando com a alfabetização, a música, o teatro, a dança, o esporte, o lazer, o artesanato, os jogos, as brincadeiras, a televisão e o vídeo, além de promover as festas em datas comemorativas.

Por fim, a equipe de apoio, dentro de cada uma de suas atribuições (vigia, zelador, cozinheira, ASG), é responsável por cuidar da alimentação, segurança,

vestuário, zelando pelo prédio, equipamentos, e garantindo condições higiênicas adequadas ao local de trabalho.

Sobre os sujeitos da pesquisa

A pesquisa em questão contou com a participação de três crianças, sendo duas crianças do sexo masculino e outra do sexo feminino. Procuramos trabalhar com crianças que estivessem com idades entre 7 e 12 anos, correspondente à faixa etária que a instituição acolhe. A escolha por essa faixa etária possibilitou um maior processo de interação entre a pesquisadora e as crianças, por questões referentes à linguagem oral mais desenvolvida nesse período. O outro critério de escolha diz respeito a crianças com configurações familiares semelhantes.

Em seguida, caracterizaremos de forma sucinta os sujeitos da pesquisa. Vale ressaltar que os nomes utilizados são fictícios, para que seja preservado o sigilo sobre a identidade das crianças e das informações recebidas.

Mafalda – Abrigada em 11.2008, por encontrar-se em situação de risco, sem mais detalhes sobre essa especificação de abrigo. A criança tem 9 anos no momento da realização da pesquisa de campo. Estuda no terceiro ano do ensino fundamental I. Tem 10 irmãos apenas por parte de mãe e, segundo, a assistente social da instituição, nem mesmo a própria mãe sabe os nomes dos filhos e onde eles estão, dos quais somente uma das filhas mora com ela. Por parte de pai, tem apenas uma irmã mais velha.

A mãe da criança teve que se internar por problemas pulmonares. Sendo assim, o Serviço Social do hospital procurou o Conselho Tutelar, explicando a situação da criança e esta foi retirada do convívio familiar porque sua irmã, que morava no

momento com a mãe, era usuária de drogas. Ainda, segundo a assistente social, não há condições de a criança retornar ao lar, porque sua mãe também se tornou usuária de drogas. O pai de Mafalda se aposentou e pretende levá-la para morar com ele.

A criança chegou ao abrigo com suspeita de abuso sexual, informação dada pelo Conselho Tutelar à assistente social da Instituição. A partir de então, a criança passou a ser acompanhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), mas a psicóloga concluiu que Mafalda não apresentava indícios de que teria sido abusada, suspendendo assim o acompanhamento. A suspeita do abuso, levantada pelo Conselheiro Tutelar, se deu pelo fato da irmã se prostituir e pela situação que Mafalda vivenciava, pois ela própria relatava que ouvia a irmã na sala com homens. A criança nunca disse nada no CREAS e tampouco no abrigo sobre o fato de ter sido abusada.

Segundo a criança, ela possui 10 irmãos, tendo contato anteriormente apenas com a irmã que mora com a mãe e com um irmão de 20 anos que está preso. Mafalda tinha contato com um sobrinho filho de sua irmã, que mora com a avó paterna dele.

Robin – Abrigado duas vezes por encontrar-se em situação de risco. O primeiro abrigamento ocorreu em 03.2008 e o segundo em 09.2008. A criança tem 7 anos, no momento de realização da pesquisa e estuda no segundo ano do ensino fundamental I.

Possui pais separados, quatro irmãos também abrigados na instituição que recebe sujeitos a partir de 12 anos de idade. Além desses quatro irmãos, Robin tem outro irmão mais velho, filho apenas do pai. O primeiro abrigamento se deu pelo fato de que a mãe alegava não ter mais condições financeiras de pagar o aluguel de sua casa. Já fazia mais de cinco anos que a mãe não convivia com o pai de seus filhos, visto que ele batia muito nela, além de maltratar os filhos e ser usuário de drogas.

No primeiro abrigo, a mãe das crianças alegou que não tinha nenhum familiar que pudesse ajudá-los, e que sua irmã, que era a pessoa que poderia dar-lhe ajuda, estava presa. Porém, o Conselho Tutelar descobriu que eles tinham muitos parentes e que as crianças ficariam no abrigo por pouco tempo. Nesse período, a mãe foi internada com problemas psiquiátricos e, apesar de ter dito que não tinha condições financeiras, o Conselheiro constatou que ela trabalhava como SG no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, recebia Bolsa Família e outros ganhos com programas sociais, não especificados.

As crianças, então, foram desabrigadas para morar com um tio, que foi buscá-las no abrigo com sua esposa e com o avô paterno. Na época, os irmãos adolescentes que estavam abrigados não queriam ir morar com esses tios, pois a casa deles era muito pequena e eles já tinham cinco filhos. Nesse contexto, a mãe saiu do hospital e ela e os filhos alugaram uma casa na zona norte da cidade. A filha mais velha era quem tomava de conta do dinheiro da mãe, mas quando alugaram a casa, a mãe teve outra crise, referente a problemas mentais. Assim, os meninos foram todos abrigados novamente. Sabe-se através de informações obtidas com a Assistente Social da instituição que a mãe quase não visita as crianças e está morando com uma amiga.

Batman - A criança é irmão de Robin, possuindo a mesma história de abrigo. Está abrigado por encontrar-se em situação de risco. A primeira ocorrência de abrigo deu-se em março de 2008 e, a segunda, em setembro de 2008. Tem 10 anos e estuda no terceiro ano do ensino fundamental I.

A seguir, serão apresentadas as condições nas quais as atividades propostas para a pesquisa de campo foram realizadas.

4.4 Condições de realizações das atividades

Antes de iniciarmos as atividades com as crianças, primeiramente foram realizadas entrevistas abertas com a equipe técnica da instituição, para que pudéssemos entender como se dava o processo de entrada e a permanência das crianças, para compreendermos a dinâmica relacional entre os acolhidos e suas famílias, bem como conhecer um pouco sobre a história de vida das crianças.

Todas as atividades programadas foram desenvolvidas nos espaços físicos indicados pela Coordenadora da instituição. Inicialmente foram realizadas atividades de leituras envolvendo todas as crianças abrigadas, bem como de desenhos livres, para que ocorresse uma aproximação de forma descontraída entre a pesquisadora e as crianças existentes na instituição, possibilitando um vínculo inicial. Porém, quando selecionamos os sujeitos da pesquisa, as atividades passaram a ocorrer de forma individual.

Na maioria das vezes, era utilizada a sala da pedagoga do abrigo. A sala da pedagoga era de tamanho bastante reduzido, possuindo duas estantes com brinquedos e materiais escolares, e algumas carteiras onde as crianças podiam sentar para escrever. As atividades realizadas apenas com os sujeitos da pesquisa ocorreram de forma individual, como já mencionado, tendo a presença apenas da pesquisadora e, algumas vezes, de uma aluna da graduação de Psicologia da UFRN, voluntária de Iniciação Científica. As funções da voluntária durante todo o desenvolvimento da pesquisa foram relacionadas à realização de leituras e fichamentos sobre os eixos temáticos família, abrigo e institucionalização, participação nas reuniões e orientações sobre a pesquisa, além da sua colaboração nas transcrições das entrevistas realizadas com as crianças pesquisadas.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio. Somente nas atividades com o brinquedo Lego foi utilizada a máquina fotográfica. Todos os sujeitos da pesquisa foram informados que esses instrumentos seriam utilizados, não havendo nenhuma oposição da parte deles.

Iniciávamos o trabalho sem nenhuma gravação, com conversas informais, para que os sujeitos ficassem à vontade, permitindo o favorecimento da espontaneidade e confiança entre a pesquisadora e a criança. Explicamos às crianças participantes da pesquisa que estávamos fazendo um trabalho da Universidade e que nosso objetivo era conhecer um pouco sobre a história delas, que com frequência nos encontraríamos para brincar, desenhar e conversar. Tendo em vista esse primeiro momento, todos os sujeitos selecionados aceitaram participar da pesquisa sem nenhuma objeção.

4.5 Procedimentos

Os procedimentos foram elaborados passo a passo, nas orientações para a realização da pesquisa, visando cercar o objeto de estudo, de maneira que todos os mais variados instrumentos utilizados pudessem incluir aspectos relevantes relacionados ao tema da pesquisa. Apesar das especificidades de cada procedimento, todos foram elaborados considerando-se o objetivo da pesquisa, qual seja, investigar como as crianças do abrigo significam suas famílias. As atividades organizadas com esse propósito serão descritas a seguir.

4.6 As atividades

Primeira atividade: *Brincadeira livre*

Material utilizado: Lego (caixa vermelha)

Instruções: Inicialmente apresentamos o material à criança e solicitamos que ela construísse alguma coisa, como por exemplo, um prédio, uma casa, clínica, escola.

Com essa atividade pretendemos possibilitar às crianças, o contato com o material - Lego - e observar como elas lidavam com ele.

Observação: Apenas a atividade do Lego foi realizada em díade, com as crianças Batman e Robin. Como eles construíram uma casa para a família deles já nessa primeira atividade, na segunda atividade foram-lhes dadas às instruções referentes à terceira atividade.

Segunda atividade: *Construção de uma casa*

Material utilizado: Lego (caixa vermelha)

Instruções: Pedimos que a criança construísse uma casa para uma família morar. A partir dessa orientação, solicitamos que ela pensasse em quantas pessoas morariam nessa casa e quem seriam essas pessoas.

Terceira atividade: *Construção da própria casa da criança*

Material utilizado: Lego (caixa vermelha)

Instruções: Nessa atividade, solicitamos que a criança construísse o que considerasse sua casa, definindo que pessoas morariam lá, qual o tamanho da casa, a distribuição das pessoas nos quartos e o que as pessoas fariam na casa.

Quarta atividade: *Desenho na planta baixa da casa da criança*

Material utilizado: Cartolina, lápis, borracha, régua, coleção, hidrocor

Instruções: Esclarecemos para a criança que ela deveria sinalizar na planta baixa desenhada na cartolina pela pesquisadora, os cômodos da sua casa com móveis, objetos que ela se recordasse, bem como sobre as pessoas que estavam lá e do que elas mais gostavam naquela casa. O desenho da planta baixa foi realizado de acordo com as descrições da casa, realizada pela da criança, quando da construção da mesma com o Lego.

Observação: Essa atividade foi retomada com as crianças Mafalda e Robin em momentos distintos. Pedimos que Mafalda pudesse esclarecer dúvidas referentes à atividade anterior, relacionadas ao desenho do quarto de sua irmã. Quanto a Robin, precisaria apenas concluir a atividade que não foi finalizada por falta de tempo no encontro anterior.

Quinta atividade: *Bolinhas adesivas*

Material utilizado: Papel, lápis, bolinhas adesivas, cola, tesoura.

Instruções: Solicitamos que a criança fizesse uma colagem de bolinhas adesivas do tipo Pimaco TP -12VD. As bolinhas estavam em uma cartela, da qual a criança deveria retirar algumas para que pudesse colar no papel da atividade. As bolinhas representariam as pessoas que haviam sido citadas nas atividades anteriores pela criança, pessoas que ela pudesse ir lembrando e colando no papel.

Observação: A atividade das bolinhas foi retomada com Batman, pois no encontro anterior a atividade havia sido interrompida. Pedimos que a criança colasse o que deixou de fazer e ela também poderia alterar a ordem das que tinha colado, caso achasse necessário. Também pedimos que a criança explicasse quem eram algumas das pessoas que ela havia citado.

Sexta atividade: *Desenho livre, de uma família qualquer e da família da criança.*

Material utilizado: Papel, lápis, borracha, hidrocor, coleção de lápis de cor, apontador

Instruções: Inicialmente, pedimos que a criança fizesse um desenho livre, qualquer coisa que ela quisesse. Caso a criança conseguisse finalizar o desenho livre e ainda houvesse tempo, solicitávamos que ela desenhasse uma família qualquer, que ela conhecesse ou tivesse ouvido falar, mas que não fosse a sua.

Finalizando essa atividade, ela poderia desenhar a sua família, pessoas que ela considerasse de sua família. Cada instrução foi dada à medida que a criança finalizava a atividade anterior e se, no decorrer de cada desenho, a criança não expressasse nada ou falasse do que estava fazendo, no final da atividade pedíamos que ela falasse um pouco sobre quem eram as pessoas que havia desenhado.

Observação: Existiram peculiaridades envolvendo cada criança nessa atividade. Apenas Batman conseguiu realizar a atividade em um único encontro. Com a criança Mafalda realizamos essa atividade em quatro encontros, tendo sido no primeiro o desenho livre, no segundo, o desenho de uma família qualquer e o terceiro de sua família. No quarto encontro, retomamos o desenho da família da criança, para o esclarecimento de dúvidas sobre as pessoas que a criança desenhou. Com relação a Robin, a atividade se deu em dois momentos. No primeiro a criança fez o desenho livre e o de uma família qualquer e no segundo encontro desenhou sua família.

5. Análise e discussão dos dados

A seguir, passamos a realizar a análise e discussão dos dados que foram construídos. Enfatizamos mais uma vez que os nomes dos três sujeitos pesquisados são fictícios, visando preservar suas identidades e o sigilo das informações. Assim, eles serão representados pelos nomes: Mafalda, Batman e Robin.

Para atingir o objetivo proposto, de investigar os significados de família para as crianças que se encontram abrigadas, transcrevemos as entrevistas⁵ na íntegra, respeitando a linguagem utilizada pelos sujeitos da pesquisa. As falas das crianças são reveladoras “(...) de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas” (Minayo, 2000; p. 110).

Após a leitura das transcrições resultantes dos procedimentos, o *corpus* da pesquisa foi avaliado a partir de uma Análise de Conteúdo Temática, que, como o próprio nome diz, o seu conceito central é o tema, em que leituras devem possibilitar uma visão do conjunto, apreendendo todas as particularidades a serem analisadas. Isso permite uma elaboração de pressupostos iniciais que servirão de condutores para a análise e interpretação dos dados e assim, determinarão os conceitos teóricos que orientarão a análise dos segmentos dos discursos selecionados (Minayo, Deslandes & Gomes, 2007).

⁵ Todas as transcrições das entrevistas podem ser encontradas no Núcleo de Estudos Sócio- Culturais da Infância e Adolescência (NESCIA- UFRN).

Considerando o objetivo do nosso trabalho, elaboramos uma estrutura de três eixos temáticos pré-estabelecidos, que são: *A configuração do espaço geográfico, a composição familiar e a dinâmica interna da família*. Apesar de termos eixos pré-estabelecidos, deixamos a possibilidade de novos eixos surgirem, decorrentes do processo de leitura desses dados. Assim, houve a inclusão de outros eixos ou subcategorias decorrentes dos eixos temáticos. Assim, ao eixo temático *configuração do espaço geográfico* foram acrescentadas duas subcategorias, quais sejam: *a ocupação do espaço pelas pessoas; a(s) função(ões) das pessoas*. Ao eixo temático *composição familiar*, foram acrescentadas as subcategorias: *Família natural; Família extensa, Pessoas sem relações de parentesco*.

Entendemos por *espaço geográfico* o espaço que a criança faz referência relacionada com a moradia de pessoas da sua família. O espaço de forma genérica é a própria casa da criança, subdividido em compartimentos internos e externos. Observamos também como o espaço geográfico é ocupado pelas pessoas que são citadas pela criança. É essencial pensar que essa divisão em subcategorias é mantida de modo a facilitar didaticamente sua análise, pois à medida que falamos em espaço geográfico, estamos pensando na ocupação do espaço pelas pessoas, e não no espaço geográfico em si mesmo, isolado.

Quando ressaltamos a *composição familiar*, não nos deteremos aos discursos das crianças que citem de forma direta sua família, e sim abrangeremos tudo que as crianças sinalizam sobre qualquer pessoa que faça parte da composição familiar dela de uma forma geral. A *dinâmica interna da família* inclui todos os segmentos dos discursos das crianças que fazem referências às relações existentes entre elas e os membros de sua composição familiar, dentro do espaço geográfico.

5.1 Configuração do espaço geográfico

Ressaltamos, tanto no referencial teórico como na análise dos dados, alguns pontos considerados importantes sobre a configuração do espaço geográfico, ou seja, como algumas pessoas coabitam os mesmos espaços. Priorizamos as falas em que as crianças fazem referência ao espaço geográfico com a inclusão de pessoas consideradas por elas pertencentes a sua família. Observamos também, como essas pessoas estão distribuídas dentro das casas. Além do que, abordamos dentro do espaço as funções que as pessoas desempenhavam.

Para uma melhor compreensão do espaço geográfico construído pelas crianças, passamos a descrever de forma sucinta o que foi construído por elas durante as atividades.

A criança Mafalda percebe o seu espaço geográfico como uma casa composta por uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro e duas áreas externas, uma na frente da casa e outra que fica na parte de trás. As crianças Batman e Robin, nas primeiras atividades, tiveram dificuldade de construir a casa em que moravam e o que fosse mais parecido com a casa deles. Inicialmente o espaço que construíram era um prédio com 3 andares, com 5 quartos, 4 banheiros, sala, cozinha. Esse espaço foi construído por ambos, em conjunto, no Lego. Quando realizamos as atividades individualmente, Robin passa a sinalizar no desenho da planta baixa de sua casa um espaço também bastante extenso, compreendendo sete quartos, dois banheiros, sala e cozinha. Já Batman, quando realiza a atividade da planta baixa de sua casa, constrói uma casa formada por uma sala, dois quartos, dois banheiros, uma cozinha e uma área na parte de trás da casa.

Espaço geográfico e a ocupação do espaço pelas pessoas

Inicialmente, pontuamos que Mafalda, em todas as ocorrências dentro dos procedimentos que fazem referência ao espaço geográfico, faz alusão à sua família natural e somente depois inclui apenas o seu sobrinho, que pertence a sua família extensa. Procuramos mostrar nesse espaço a relação existente entre as crianças e as pessoas que o ocupam. Sendo assim, para Mafalda, existe nesse espaço uma ocupação relacionada à família natural, envolvendo apenas a mãe, a irmã e o irmão, não citando o pai nesse contexto. A família natural, já pontuada no ECA em seu artigo 25, é “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Em outro momento, tanto Mafalda, quanto os sujeitos Batman e Robin nos seus espaços geográficos, não elencam como pessoas que o coabitam apenas sua família natural; para eles, a família natural pode se situar no mesmo espaço junto a uma família extensa, como os tios, primos, sobrinhos e avós. Os sujeitos Batman e Robin imaginam um grande espaço geográfico, que possa acolher todas as pessoas consideradas, por eles, pertencentes à sua família. Porém, quando tentam fazer o que consideram o mais parecido com suas casas, encontramos nos discursos de Batman e Robin segmentos que incluem apenas sua família natural. Nesse sentido, apresentaremos segmentos dos discursos que identifiquem as situações ora expostas.

Nessa primeira situação, elencamos segmentos dos discursos das falas de Mafalda. No segmento do discurso abaixo, Mafalda cita o espaço geográfico ocupado inicialmente pela sua mãe; quando solicitamos que a criança montasse sua casa (Figura 1) no Lego, ela cita além da mãe seus irmãos.

K: Na hora que eu entro, abro a porta da casa, eu chego onde?

Mafalda: Chega na sala.

K: Certo, aí tem uma sala. Que mais?

Mafalda: Um quarto.

K: Quem dorme nele?

Mafalda: Eu e minha mãe.



Figura 1: Construção no Lego representando a casa de Mafalda

K: Mas, essas pessoas que moram na sua casa. Quem são? Quem é que mora lá com você?

Mafalda (inaudível)

K: I? J, você e I.

K: Quem é J e quem é I?

Mafalda: Minha irmã.

K: J é sua irmã e I, seu sobrinho?

Mafalda: Não, meu irmão também.

Quando pedimos que a criança desenhasse os móveis para preencher a planta baixa de sua casa (Figura 2), mais uma vez, Mafalda deixa explícita no compartilhamento de seu espaço geográfico, a sua relação com a mãe. Quando a criança

cita seu quarto, esse espaço geográfico se apresenta com a característica de ser o maior da casa, em comparação ao quarto da irmã. E esse espaço maior é o ocupado pela criança e pela mãe.

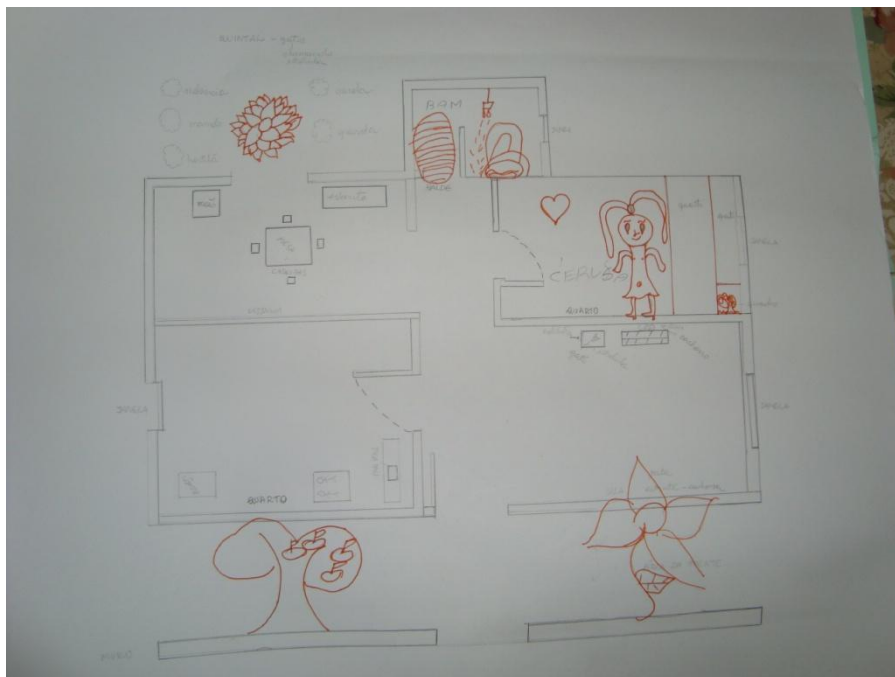


Figura 2: Representação da casa de Mafalda na planta baixa

K: Aí você quer ir pra onde agora, pra esse quarto? Ou pra gente botar o que tem dentro?

Mafalda: O mais grande é o meu! (fazendo referência ao quarto desenhado)

K: Esse?

Mafalda: É o meu e da minha mãe, tem um colchão bem grandão.

K: Aqui vou desenhar o colchão! Aí dormem vocês duas? Certo, aí quem dorme aqui?

Mafalda: Eu e minha mãe.

K: Então é de quem esse quarto? (mostrando o outro quarto no desenho)

Mafalda: O outro quarto é da minha irmã!

Quando retomamos o desenho da planta baixa da casa da criança, visto que precisávamos esclarecer algumas dúvidas, Mafalda, durante o desenho, expressa o desejo que em seu espaço geográfico o sobrinho também possa morar com ela, sua mãe e sua irmã. Observa-se, nesse momento, que o irmão já não é mais citado nessa casa a que a criança está se referindo, quando damos a possibilidade para incluir mais pessoas nesse espaço, ela cita somente o sobrinho.

K: E na casa aí quem vai morar?

Mafalda: Só eu, minha mãe e minha irmã!

K: E se você pudesse botar mais gente aí, quem você botava?

Mafalda: Meu sobrinho, G.!

K: E ele tá morando onde?

Mafalda: Com a avó!

K: A mãe do pai dele?

Mafalda: Sim.

Mafalda refere-se ao espaço geográfico, como um ambiente que compreende apenas a coabitação de pessoas pertencentes à sua família natural, citando o sobrinho em uma única situação, o que engloba sua família extensa. O compartilhamento do espaço para Mafalda, diz respeito à coabitação de uma família considerada monoparental, sendo a do tipo que é chefiada apenas pela mulher, no caso a mãe da criança. As famílias monoparentais, como descrito na pesquisa de Amazonas et al. (2003), foram encontradas como predominantes nas classes populares, sendo que em sua maioria as famílias eram chefiadas por mulheres. Também foi apontado que essa configuração familiar não implica uma escolha por tal modelo e sim, que ele confirma a impossibilidade da realização do modelo de família nuclear.

Sobre os sujeitos Batman e Robin, realizamos somente a atividade do Lego com ambos, conjuntamente, pelo fato de serem irmãos e de estarem juntos no momento que fomos falar com eles sobre as atividades que pretendíamos desenvolver. Nos exemplos a seguir, apontaremos segmentos de suas falas. Como citado anteriormente, na maioria dos discursos os sujeitos abrangem um maior número de pessoas em seu espaço geográfico. Tanto Batman como Robin configuram suas casas como um espaço extenso, em que muitas pessoas podem morar.

Solicitamos que as crianças construíssem no Lego alguma coisa (Figura 3), como uma casa, um prédio, uma clínica, que eles ficassem à vontade para fazer o que quisessem e que cada um poderia montar alguma coisa. Quando iniciaram a construção, inicialmente perguntamos a Robin o que ele estava construindo e a criança disse que estava construindo um prédio para a pesquisadora morar.



Figura 3: Construção livre no Lego

Robin: O que é isso? (mostrando uma peça do Lego)

K: Uma gradezinha! O que você vai construir já pensou?

Batman: Um prédio!

K: E você Robin? Já pensou?

Robin: Um prédio.

Enquanto as crianças construía no Lego, indagamos:

K: E vocês já pensaram quem vai morar aí?

Robin: Sua mãe, seu pai!

K: A minha ou a de vocês? (se referindo à mãe da criança)

Robin: A senhora!

Inicialmente as crianças estavam fazendo construções separadas, mas Batman até então não sabia bem o que ia construir quando a pesquisadora pergunta:

K: Certo, seu irmão disse que vai construir um prédio e você é o que? Um prédio, uma casa, um hospital, uma clínica?

Batman: Não sei.

Perguntamos mais uma vez quem poderia morar no espaço que a criança estava construindo. A criança reafirma que a construção é para a pesquisadora morar.

K: Agora o seu edifício Robin, quem vai morar nele? As pessoas que vão morar lá, você está construindo pra quem?

Robin: Tô construindo pra tu.

Em seguida, questionamos a Batman quem iria morar no prédio que o irmão estava construindo para pesquisadora.

K: A dele é pra mim, mas eu vou morar só nessa casa?

Batman: Vai morar a senhora e seu marido.

K: Tá certo.

Robin: Seu marido e sua família!

Continuamos questionando às crianças sobre as pessoas que morariam nesse prédio.

K: Aí quer dizer que essa casa a entrada é por aqui? Aí vai morar só eu quem mais?

Robin: Sua família, seu marido, bebê.

K: Pois é, mas a família é quem? Eu meu marido, quem mais?

Batman: Sua mãe.

Robin: Seu padrinho!

K: É.

Batman: Seu pai!

K: Meu pai!

K: Lá na casa de vocês é muita gente?

Batman: Um bocado.

À medida que as crianças estavam construindo o prédio continuamos a investigar sobre quantas outras pessoas poderiam morar na construção das crianças no Lego. Assim, Batman incluiu sua família natural e em seguida citou a sua família extensa. Como já apontada pela Lei 12.010 de julho de 2009, a família extensa é a que se estende para além da unidade pais e filhos, ou da unidade do casal, e abrange também os parentes próximos. O que se confirma nos discursos é que o espaço geográfico amplo possibilitava a inclusão de outras pessoas da família das crianças.

K: Isso é o prédio, já tem quantos andares aí?

Batman: Tem um, dois, três!

K: Isso, aí dá pra morar muita gente! Num prédio de 3 andares. Tirando eu, vamos supor que não fosse eu, quem poderia morar aí nesse prédio?

Batman: Minha família!

K: Aí ia dar todo mundo? Porque você disse que sua família é grande! Aí quem era que ia, conte aí!

Batman: Minha mãe! Meu pai!

K: São quantos irmãos?

Batman: 6!

K: Seis com você?

Batman: 4 na casa III e 2 aqui.

Batman depois faz referência ao prédio que construiu com o irmão dizendo que é uma casa bem alta:

Batman: A casa dele é bem altão.

Robin: E a tua porta bem baixinha! (porta que o irmão tinha colocado na entrada do que estava construindo sozinho anteriormente)

Batman: A porta bate no chão.

Batman, após um período, passa a ajudar o irmão na construção do prédio. Em seguida questionamos a Batman:

K: E aí cada andar tem o que? Você disse que são 3, tem o que no primeiro?

Batman: No primeiro, vai morar meu pai e minha mãe. No segundo vai morar minhas tias, meus primos.

K: Ê vai morar a família toda!

Batman: E lá no de cima vai morar eu, meus irmãos.

K: Eita vai levar os tios e os primos, você tem muitos primos?

Batman: Tem é muito!

Perguntamos em seguida para Robin quem ele levaria para morar na construção do Lego. A criança também enfatiza nesse espaço a ocupação dele por sua família extensa.

K: E você Robin, oh ele já me disse que outra família que poderia morar lá é a de vocês, e na sua casa se não fosse eu quem poderia morar lá?

Robin: Na minha casa, minha família ia morar aqui.

K: Mas ele disse que a família era tio, primos, você também ia levar todo mundo, ou só você seus irmãos, seu pai e sua mãe?

Robin: Todo mundo!

Retomamos a atividade de construção no Lego em outro momento, agora solicitando que as crianças dessem continuidade à construção de suas casas, que fizessem o que achassem mais parecido com suas casas (Figura 4). Perguntamos inicialmente:

K: E quantas pessoas moravam lá na casa?

Batman: Tinha era muita!

K: Mas você não me contou ontem que era sua mãe, você, seus irmãos, quem mais?

Batman: Minha família: meu pai, minha mãe, meus irmãos.

Embora Batman, em outro contexto do procedimento, quisesse levar para o espaço de sua casa a sua família extensa, quando perguntamos novamente à criança quem morava na sua casa, ele faz referência apenas à sua família natural.

No decorrer da construção, Batman diz estar construindo um prédio.

Batman: Fazendo um prédio.

K: Ah você tá fazendo um prédio? Mas a gente combinou de fazer agora foi o que, não foi sua casa? A casa que você morava. O que vocês lembrarem da casa vocês vão

botando, ah eu acho que lá tinha isso, então vou fazer isso, entendeu? Ah na minha casa tinha um quarto ou dois, se eram muitas pessoas onde é que elas dormiam? Você lembra Batman? Como seus irmãos dormiam?

Batman: Meus irmãos dormiam tudinho. Dormia tudo junto.

K: Era em um quarto, em uma sala, onde vocês dormiam?

Batman: Era num quarto.

K: Aí cabem os seis no mesmo quarto? E sua mãe?

Batman: Também.



Figura 4: Representação da casa de Batman e Robin no Lego

Solicitamos ainda que as crianças pensassem sobre a casa que estavam construindo, sobre as pessoas que poderiam estar morando na casa com eles. Nos segmentos selecionados e transcritos acima, percebemos que não existe um espaço privado que delimite a ocupação desse espaço geográfico em função do papel social que

cada pessoa desempenha na casa das crianças. O espaço da casa das crianças era compartilhado, independente da função que cada pessoa representasse, não existindo nenhuma privacidade.

Já nos segmentos abaixo, as crianças voltam a incluir sua família extensa. Como apontam DUBY e La Roncière (1990), encontramos algumas famílias que não possuem um limiar que defina um grupo privado no lar, os parentescos ainda prevalecem em algumas situações.

K: Vocês tem que pensar agora em quantas pessoas vão morar aí!

Batman: Umas 10.

Robin: Umas 20.

K: Umas 10 ou 20, quem seria, vamos dar nome pra essas pessoas!

Batman: Minha família todinha.

K: Sua família toda? Mas vai incluir quem? Seus irmãos, sua mãe? Quem mais?

Robin: A senhora!

K: Sim eu quero saber, vão construindo e me respondendo, quem são as pessoas da sua família, depois a gente pensa em quantas coisas vai ter na casa! Quem vai dormir onde.

Robin: A senhora vai morar junto com seu marido!

K: Sim, vocês não responderam ainda, quem vai morar na casa de vocês?

Batman: A minha mãe, o meu pai, tudinho!

Robin: O meu tio.

K: Qual tio?

Robin: Tio C.

É presente, mais uma vez, nos segmentos acima, um espaço que possa incluir a família extensa das crianças. Como apontado por Naiff et al. (2007), as relações entre as famílias e a extensão da casa trazida pelo contato com outras pessoas, faz com que se criem estratégias de sobrevivência pelas famílias pobres. As estratégias dizem respeito à criação de uma rede de sustentação mútua para momentos de dificuldade que a família possa atravessar. No caso específico dessas crianças, as pessoas que elas consideram além de sua família natural, são pessoas marcadas pelo grau de parentesco.

Nas falas de Batman e Robin, existia uma oscilação constante entre incluir em seus espaços geográficos pessoas de sua família natural e de sua família extensa. Quando perguntamos sobre o espaço geográfico e a ocupação desse espaço pelas pessoas, observamos nas falas das crianças que, além da família extensa, também compareceu a divisão das pessoas em um padrão de família nuclear, em que o marido e a mulher estão juntos.

K: E quem vai dormir onde? Como vai ser a divisão das pessoas no quarto?

Dentro do apartamento de vocês como vai ser?

Batman: Eu vou dormir com minhas irmãs, meus irmãos tudinho!

K: E o seu pai e sua mãe?

Batman: Vai dormir com o marido dela.

K: Seu pai?

Batman: É.

K: E sua mãe ia dormir com quem?

Robin: Com o marido dela.

K: Quem é o marido dela?

Robin: C.

K: Ah seu pai!

Vale ressaltar que solicitamos que as crianças fossem desenhando com a pesquisadora em uma cartolina algo que fosse mais parecido com suas casas, a casa em que eles moravam. Quando pedimos que as crianças construíssem suas casas no Lego, que foi a atividade anterior, já seria uma forma de aproveitar o que eles construíram para que fosse desenhada na cartolina a planta baixa de suas casas. Porém, tanto Batman como Robin tiveram dificuldade para recordar como eram suas casas, então desenharam casas que eles poderiam morar, mas que nunca moraram de fato.

Inicialmente quando perguntamos a Robin, quem iria morar na casa representada na planta baixa (Figura 5) que estávamos preenchendo na cartolina, ele disse:

K: Primeiro a gente vai pensar o seguinte, quem é que vai morar aqui? Primeiro você já me disse, seria sua mãe, seus irmãos, até eu você queria levar pra morar nessa casa, né? Então nesse primeiro quarto. Vai ficar aqui mesmo, nesse primeiro quarto? Quem é que vai ficar dormindo nele?

Robin: Minha mãe.

K: Certo. No segundo?

Robin: Você.

K: Ah, nesse aqui é sua mãe e nesse segundo sou eu. Certo. Aí no terceiro quarto?

Nesse quarto aqui ao lado.

Robin: Aqui? Os grande, só os grande.

K: Quem são os grande?

Robin: J.

K: Grande.

Robin: FJ e aquele (inaudível)

K: E aqui, são os dois, né? FJ e

Robin: FJf.

K: E aqui nesse outro quarto?

Robin: Eu.

K: Você? E no outro quarto? Ou vai dormir alguém com você?

Robin: Vai dormir eu.

K: Só você?

Robin: Com meu irmão.

K: Seu irmão? Qual irmão?

Robin: Batman.

K: Ah, o Batman.

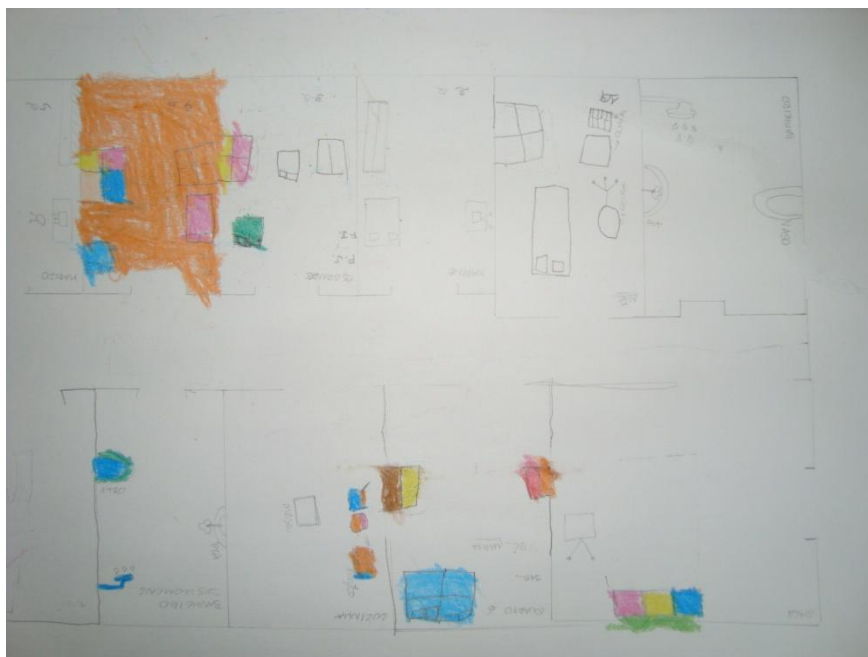


Figura 5: Representação da casa de Robin na planta baixa

Dando continuidade, a criança ainda inclui, no espaço, sua irmã e o marido da pesquisadora:

K: Aí tem outro quarto aqui ao lado, quem é que dorme nele?

Robin: Você num já sabe, seu marido!

Robin: Aqui é dois quarto, é?

K: Não, aqui é um quarto e aqui a cozinha. Nesse ficaria quem?

Robin: J, pode ser. (irmã mais velha da criança)

A criança ainda cita como pertencente ao espaço de sua casa uma criança que ele chama de bebê, refere-se a ela como sua irmã, porém sabemos, por meio da equipe técnica do abrigo, que se trata da prima das crianças.

Robin: Esse aqui pode apagar. (falando para apagar o nome de sua irmã que estava escrito na cartolina e escrever o nome do bebê)

K: Qual? Esse? Por quê?

Robin: É do bebê.

K: Hehehe. E a J vai dormir aonde? Quem é o bebê? O bebê é de quem?

Robin: Da minha mãe.

Quando estávamos finalizando a atividade, perguntamos a Robin:

K: Pronto. Só essas pessoas que vão morar aqui? Ou você levaria mais alguém pra morar aqui? Tá faltando alguém que você queria que morasse aqui também?

Robin: G.

K: G.? Quem é a G.?

Robin: Lá de cima. A mulher.

K: G. Como é o nome dela, você sabe? Ela é o quê? Educadora? Você queria que ela fosse morar lá com você?

Robin: (gesto de afirmação)

É importante salientar que a criança, nos discursos acima, quando está construindo o que pedimos que fosse o mais parecido possível com sua casa, não

sinaliza mais nesse espaço a presença do pai, nem da família extensa. Apenas inclui, além da família monoparental, a pesquisadora, seu marido e uma das educadoras da instituição que o acolhe.

Nos discursos apontados abaixo, quando pedimos que Batman desenhasse sua casa, ele não consegue se recordar como era a casa dele, a casa que ele tinha morado, então resolve desenhar a casa em que a sua mãe reside atualmente com uma amiga, a quem a criança chama de tia. A seguir, alguns segmentos do discurso da criança:

Batman: Eu to dizendo assim, por enquanto que minha mãe não arranjou a casa, ainda não tem casa nenhuma, não existe, aí eu to dizendo que onde minha mãe tá morando é a casa daquela mulher (amiga da mãe)

K: Tá ótimo, eu to entendendo

Batman: A outra casa eu nem vi ainda (não é possível saber a que casa a criança se refere)

K: Sim, como foi que você foi morar nessa casa, você morava com quem lá?

Batman: Com minha mãe, com minha tia, aquela que tava aqui.

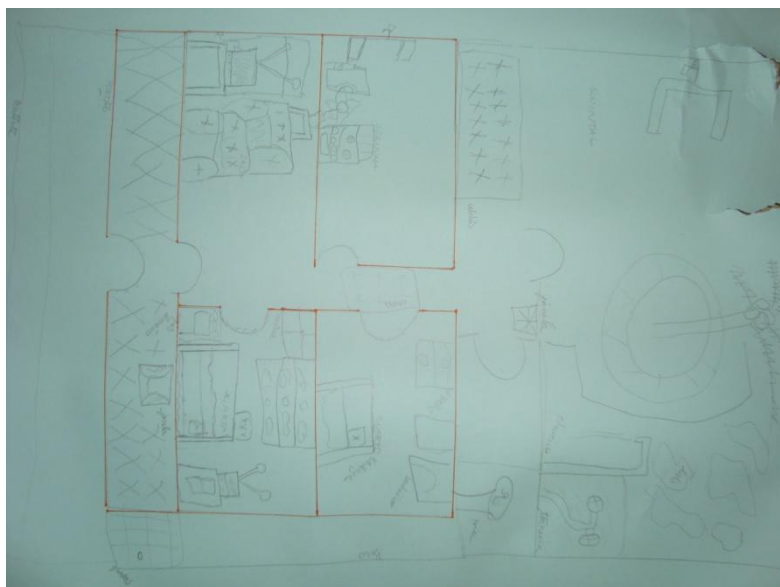


Figura 6: Representação da casa de Batman na planta baixa

Na realidade a criança não morou na casa citada acima, ele apenas passou uns dias, em um momento em que se evadiu do abrigo.

K: Certo. E seus irmãos?

Batman: Meus irmãos? Mas tinha eu não fugi? E eu fiquei dormindo aí, eles não fugiram, quem fugiu foi só eu.

Percebemos nos discursos mencionados acima que as crianças Batman e Robin realmente deixaram de incluir seu pai no mesmo espaço geográfico quando solicitamos que eles desenhassem suas casas de fato ou casas que eles poderiam morar com sua família.

Espaço geográfico: função das pessoas

Os segmentos a seguir dizem respeito ao espaço geográfico e à função das pessoas, segundo as crianças pesquisadas. O discurso seguinte ajuda a refletir sobre as crianças das famílias de baixa renda, que acabam por dividir as tarefas domésticas com as demais pessoas da casa. Conforme acentua Miranda (1995), as crianças de famílias de classes populares representam, muitas vezes, força de trabalho e ganhos econômicos, as famílias necessitam desenvolver algumas estratégias para que todo o grupo familiar seja beneficiado. Com isso, toda a família, inclusive as crianças, devem ajudar.

K: E nessa casa alguém trabalha? Na sua casa alguém trabalha?

Robin: Minha mãe, ela trabalha.

Batman: Aqui é a empregada. (apontando para a construção no Lego)

K: Mas quem fazia as coisas na sua casa?

Batman: Minha prima e minha irmã. Mas a gente também varria a casa e dobrava os lençóis e arrumava a cama.

O segmento a seguir faz referência tanto ao trabalho que pode ser realizado pelas crianças e seus irmãos, como também pela mãe que garante o sustento da família.

K: Me diga uma coisa, e as pessoas, elas não trabalham, não? Pra sustentar a casa?

Batman: Trabalha eu, meu irmão, minha irmã.

Robin: Eu não vou trabalhar não! Tem J. (fazendo referência a irmã mais velha)

K: Mas eu digo pra sustentar a casa, como é que sua mãe fazia?

Batman: Ela, ela trabalha lá no PETI.

Aparece novamente no discurso de uma criança a função da mãe enquanto provedora do lar.

K: E nessa casa quem vai ter dinheiro pra sustentar a família?

Batman: Vai ter dinheiro? Minha mãe!

Dando continuidade, quando perguntamos sobre o que a mãe fazia para ter dinheiro às crianças dizem:

K: O que ela vai fazer?

Robin: Ela já tem dinheiro.

Batman: A gente não é rico?!

K: Mas esse dinheiro vem de onde?

Batman: Vem do banco.

K: Mas foi feito o que pra ganhar esse dinheiro?

Robin: Eu trabalhei.

K: Sim, mas você ainda é criança, aí você disse que sua mãe iria trabalhar, então ela fez o que pra juntar o dinheiro, ela trabalhava em que?

Robin: Trabalhar em carro, moto, limpar banheiro.

K: Fazer faxina?

Batman: Era com faxina. Em casa que fazia as coisas era as menina, porque ela vai pro negócio e fica cansada. (falando ainda sobre o trabalho da mãe)

K: Então quem limpava a casa?

Batman: Às vezes era eu e ele.

K: E os mais velhos? (fazendo referência aos irmãos)

Robin: Tudim assistindo. (vendo televisão)

Nos segmentos acima, encontramos o que Coelho (2006) afirma sobre as famílias que se desfazem, ou seja, quando existem separações conjugais, a mulher geralmente assumirá o controle e a responsabilidade econômica e ainda criará os filhos sozinha.

No discurso abaixo, de outra criança, podemos notar, mais uma vez, a ocupação das crianças com tarefas domésticas e que, apesar do pai não estar presente no mesmo espaço geográfico da família, ele ainda exerce a função de provedor da família.

K: Na sua casa, quem arruma ela?

Mafalda: eu!

K: Sua mãe não arruma, não?

Mafalda: Arruma, mas eu ajudo ela.

K: E quem sustenta a casa?

Mafalda: Meu pai.

K: Ele manda ajuda? E sua mãe trabalha?

Mafalda: Não.

Nos segmentos abaixo, a criança Mafalda ainda reflete a função do pai de uma família qualquer, como a pessoa que mantém a casa. Como apontado por Sarti (2007), ao homem compete o sustento do lar, enquanto a mulher zela pela casa e cuida dos gastos, no caso das famílias em que os pais estão juntos.

K: (...) Ninguém faz nada fora de casa? E como é que eles tem dinheiro para comprar comida?

Mafalda: Eles saem.

K: Ah?

Mafalda: Eles saem.

K: Saem para que? Mas quem dá dinheiro pra eles?

Mafalda: Eu não sei, não.

K: Porque você me disse que eles não trabalham, se a pessoa não tem um emprego de onde é que vai tirar o dinheiro?

Mafalda: Eu disse sim, que eles trabalham.

K: Você disse que eles trabalham em casa.

Mafalda: Ele trabalha.

K: Ah e ele trabalha em que?

Mafalda: Ele é segurança.

K: Ah, o pai, né, das crianças!

Nos relatos selecionados, observamos como as crianças Mafalda, Batman e Robin manifestam-se em relação às suas casas e como reiteram, em seus discursos, a presença desde a sua família natural, até a família extensa. Fica bastante clara, no discurso de Mafalda, a ausência do pai no espaço que a criança configura como sua casa. Mafalda deixa bastante explícita a proximidade com sua mãe dentro do que

considera sua casa. Batmam e Robin oscilam entre a inclusão de muitas pessoas nos espaços que eles construíram e a presença marcante apenas de uma família monoparental, na qual o pai também é excluído quando as crianças estão se referindo propriamente às suas casas, ou mesmo às casas em que poderiam morar, pois, como aludido acima, as crianças não se recordavam mais como eram suas antigas moradias.

As falas das crianças também nos possibilitaram pensar que as histórias prolongadas de acolhimento institucional reafirmam a negação dos seus direitos de crescerem e serem educadas junto da sua família, e que tais crianças acabaram perdendo referências até mesmo dos lugares que moravam, de como eram suas casas. Assim, tendo a possibilidade de imaginarem como seriam suas casas, as crianças muitas vezes acabam incluindo várias pessoas que consideram de sua família, mesmo as que fazem parte de sua família extensa. Por fim, temos outro ponto em comum nos discursos referentes às funções exercidas nas casas pelas pessoas, que envolvem a participação de todas as crianças com as tarefas domésticas, embora exista a participação financeira do pai ou da mãe das famílias.

5.2 Composição familiar

Elencamos algumas subcategorias que compreendem a categoria maior que é a composição familiar. As subcategorias selecionadas são: a *família natural* das crianças, a *família extensa* e *pessoas sem relações de parentesco*, pois, nesse caso, serão consideradas também as relações de afinidade. Como sabemos através do Plano Nacional, a família também pode ser compreendida como um grupo de pessoas com

laços “de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas” (SEDH, 2006; p. 69).

A categoria composição familiar, portanto, abrange os discursos das crianças que contenham referências a pessoas citadas por elas, e que em seus critérios fazem parte de suas famílias, independente da configuração que essa família possa apresentar. Na tentativa de melhor apreender a realidade da composição familiar dessas crianças, selecionamos os segmentos que apontam a presença de pessoas na condição de fazer parte das famílias nos discursos das crianças, o que determina alguma importância atribuída por elas a essas pessoas. Os discursos analisados inicialmente serão os de Mafalda, e em seguida, os de Batman e Robin.

Família natural

Quando iniciamos a construção no Lego, perguntamos a Mafalda se ela já havia brincado com esse material e ela nos disse:

K: Você não disse que já brincou, você brincou aonde disso? (Lego)

Mafalda: Na casa do meu sobrinho. (O sobrinho mora com a avó paterna dele)

K: O seu sobrinho é por parte de pai, né? Filho da.

Mafalda: Não, por parte de mãe (filho da irmã de Mafalda)

No segmento anterior, Mafalda menciona o seu sobrinho, que não volta a comparecer em nenhum outro momento quando ela se refere à sua família. No decorrer da construção, Mafalda explica que moram na sua casa apenas a mãe e a irmã, e que apesar de ter vários outros irmãos por parte de mãe, eles não residem na mesma casa.

K: Aí na sua casa mora sua mãe?

Mafalda: E minha irmã.

K: Seu sobrinho e sua irmã?

Mafalda: Não, minha mãe e irmã.

K: Seu pai não tem outro filho, sem ser você?

Mafalda: (inaudível)

K: Outro filho? Você conhece todo mundo?

Mafalda: Era doze, uma que morreu, ficou onze. Onze comigo. Eu sou a mais nova.

K: E você conhece seus irmãos todinhos?

Mafalda: Conheço.

Enquanto Mafalda fazia sua construção no Lego, estava cantando uma música, quando perguntamos quem a ensinou a cantar ela cita um dos irmãos. Mais adiante no texto, esse irmão reaparece na fala da criança, sendo explicitada a condição dele.

Mafalda: Meu irmão.

K: Ah, sua irmã! A que mora com sua mãe?

Mafalda: Não, meu irmão!

K: Ah é seu irmão! É irmão por parte de pai?

Mafalda: Meu irmão mesmo, meu irmão de sangue mesmo.

K: Mas ele é filho de quem, de sua mãe ou de seu pai?

Mafalda: Da minha mãe.

Percebemos nos segmentos acima, a forte presença dos laços biológicos para a criança, em que ela enfatiza ser o seu *irmão de sangue mesmo*.

Quando iniciamos a atividade relativa à colagem de bolinhas adesivas (Figura 7), pedimos que Mafalda fosse colando bolinhas que representassem pessoas que ela

fosse lembrando ou mesmo que ela já houvesse citado nas atividades anteriores. Solicitamos, então, que a criança representasse as pessoas em um papel e fosse dizendo quem eram essas pessoas. Ela novamente cita os irmãos que tem por parte de mãe.

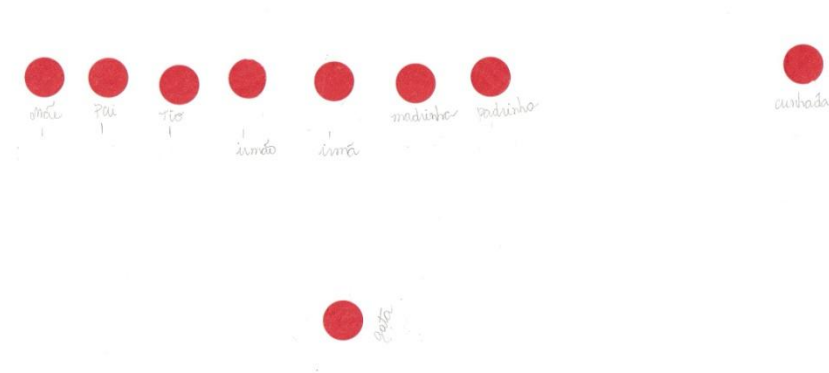


Figura 7: Bolinhas que representam pessoas da família para Mafalda

K: Olha só, o quê que acontece, você já me falou de pessoas que moravam com você não foi? Eu queria que dessas pessoas que você conversou comigo, porque primeiro você me falou que tinha 10 irmãos.

Mafalda: Que dez home, onze!

Mafalda: Onze irmãos!

K: Onze irmãos. Mas com você ou sem você?

Mafalda: 11 comigo.

Quando Mafalda está colando as bolinhas no papel perguntamos:

K: Não tem mais ninguém pra incluir?

Mafalda: Eu tenho um bocado de irmão, mas não quero botar o nome não, ta no Rio de Janeiro!

Apesar de a criança ter separado várias bolinhas para colagem, no momento em que vai colar os adesivos no papel, não faz mais referência a nenhum dos irmãos, com exceção de J. (irmã) e I. (irmão), que são pessoas citadas desde o início das atividades da criança.

K: Quem mais que a gente vai acrescentar aqui?

Mafalda: Tem minha mãe, meu pai!

K: (...) Vamos colar essa pessoa? Quem vai ser essa bolinha, essa que você está?

Mafalda: Meu irmão I, que ta na cadeia.

K: Tá assim ta ótimo! Quem é a próxima?

Mafalda: Minha irmã que eu tanto amo. (irmã que morava com a mãe na casa da criança)

Mafalda, portanto, deixa explícito que a maioria dos irmãos e seu sobrinho não fazem parte do seu contexto familiar, principalmente quando solicitamos que ela desenhasse sua família (Figura 8). Ao realizarmos a atividade do desenho da família de Mafalda, pedimos que a criança incluísse as pessoas que ela considerasse de sua família. A seguir, os trechos do discurso de Mafalda:

K: Vamos olhar o que você está desenhando, é a sua família?

Mafalda: É a minha família.

Mafalda: Vou desenhar ele bem grandão aqui, eu desenho? (O irmão que está na cadeia)

Mafalda: Tá faltando minha mãe.

Mafalda: É assim é tia? (Desenhando mãe).

K: Escute, agora você pode me dizer quem é quem?

Mafalda: Isso daqui sou eu, quando eu era pequenininha.

K: Hamham.

Mafalda: Esse daqui é meu pai, esse aqui é o dia... (Mesmo que a criança não tenha completado o discurso, o diabo estava no desenho, por isso, a pergunta abaixo foi feita pela pesquisadora)

K: O diabo?

Mafalda: Que tava perseguindo.

K: Certo!

Mafalda: Isso daqui é Jesus enfrentando! Aqui é minha mãe, aqui é meu irmão com os cabelo grandão e aqui é eu quando era grande.

K: Ah, esse seu irmão aqui é o I, que você falava? (O irmão que está na cadeia)

Mafalda: É.



Figura 8: Desenho da família de Mafalda

Retomamos a atividade do desenho da família da criança para alguns esclarecimentos acerca do desenho que ela fez de Jesus e do diabo em sua família, e assim, a criança responde que:

K: Por quê que eles estão aqui no meio da sua família? Eles são pessoas da sua família?

Mafalda: Não, esse daqui num é não (apontando pro diabo), mas esse aqui é (Jesus).

K: É! Mas esse não! Aí você botou eles por quê? Se eles não eram da família?

Mafalda: Porque ele tava perseguindo (diabo).

Embora Mafalda tenha citado em todas as atividades anteriores a presença da irmã que, segundo a própria criança ela amava muito, no desenho de sua família a irmã é excluída, não comparece. Também não compareceram no desenho os outros irmãos, com exceção do que se encontrava preso, e o sobrinho da criança. Observamos que, das pessoas citadas por Mafalda, apenas a mãe compartilhava o mesmo espaço da moradia, enquanto que o pai e o irmão com quem a criança não morava são citados, e a irmã que sempre morou com a criança, antes dela ser acolhida institucionalmente, não é mencionada.

Na perspectiva de Mafalda, a coabitação não exerceu papel determinante para uma pessoa ser considerada de sua família. Quando retomamos sua história de institucionalização, uma possível interpretação do fato da irmã ter sido excluída da configuração familiar é ela ter sido o motivo do abrigamento de Mafalda, pois, como denunciado, a irmã da criança estava fazendo uso de drogas, o que denotava que a criança se encontrava em situação de risco.

Observamos também, no discurso sobre a família que a criança considera como sua, a representação do bem (Jesus) e o mal (diabo) por meio de pessoas que não fazem parte de sua família, mas que, para ela, estiveram presentes de alguma maneira, seja perseguindo a família, seja ajudando. Outra ressalva sobre o desenho da família de Mafalda é a ideia de temporalidade que podemos ter, quando a criança se desenha em dois momentos. Em uma perspectiva ela se encontra pequena no desenho, depois se desenha grande. A possibilidade interpretativa que nos ocorreu foi de que, no momento em que a criança se desenha pequena, ela poderia estar representando a fase que se encontrava no seio da família, enquanto que o seu tamanho maior representaria a sua condição atual, de estar acolhida institucionalmente.

Abaixo o segmento do discurso, quando perguntamos por que a criança se desenhou em duas fases:

K: Você quis se desenhando pequenininha e depois grande por que foi?

Mafalda: Eu num me lembro mais, não.

Os discursos a seguir, discorrem sobre as falas em que Batman cita sua família natural durante a atividade do Lego. É interessante perceber, no segmento abaixo, a referência que a criança faz sobre os irmãos que estão na mesma situação que ele, ou seja, acolhidos institucionalmente. Isso remete ao que Cavalcante et al. (2007) acentuam sobre quase metade das crianças que são institucionalizadas possuírem irmãos internados na mesma instituição, o que confirma que a prática de internar vários filhos é algo tão presente hoje como no passado.

K: Aí ia dar todo mundo? Porque você disse que sua família é grande! Aí quem era que ia, conte aí!

Batman: Minha mãe! Meu pai!

K: São quantos irmãos?

Batman: 6!

K: Seis com você?

Batman: 4 na casa III e 2 aqui.

No caso das crianças Batman e Robin, o primeiro acolhimento institucional, como já apontado, se deu pelo motivo da mãe alegar não ter condições de sustentar o lar e seus filhos. Esse motivo, como já visto no artigo 23 do ECA, sobre a situação de pobreza das famílias, não se configura como motivo suficiente para institucionalização de crianças e adolescentes. No entanto, como nos referimos na literatura pesquisada, as famílias que vivem em situação de pobreza acabam vendo-se impossibilitadas de manter um mínimo de estabilidade em sua vida familiar. Por trás da história das crianças, é interessante que não se esqueça que existem também as histórias das famílias que foram, na maioria das vezes, penalizadas por vários tipos de violências, seguidas de sofrimentos causados pela pobreza (Guará, 2006; Rizzini et al., 2006).

Mais uma vez, quando perguntamos sobre as pessoas que poderiam morar na casa representada no Lego, a criança responde:

Batman: Minha família: meu pai, minha mãe, meus irmãos

Embora em todas as atividades que envolviam a construção no Lego ou o desenho da casa das crianças o pai fosse mencionado para morar com a família, encontramos nos segmentos abaixo a exclusão do pai da criança no desenho, quando pedimos que esta fizesse o desenho da sua família. Ao perguntarmos quem Batman gostaria que morassem na casa que ele está construindo, o levamos a uma esfera do que ele gostaria, a própria pergunta provoca na criança uma perspectiva do que seria ideal para sua vida. Já no procedimento de desenho da família, o pai realmente é

excluído porque isso condiz com a realidade da separação dos pais da criança, e nesse momento, ela representa no desenho a família que tem de fato (Figura 9).

Percebemos, portanto, que, para a criança, o que prevalece são as pessoas que sempre moraram com ela, visto que os pais se separaram quando a criança era bastante pequena. Também é percebido que, embora a mãe tenha abrigado os filhos, em nenhum momento a criança atribui significados negativos à figura materna; pelo contrário, em todos os momentos a mãe comparece nos discursos. É mais uma vez enfatizado no segmento abaixo o valor que a mãe tem para a criança.



Figura 9: Desenho da família de Batman

Batman: Aqui são os três. Esse aqui tá na casa III, aqui é (inaudível) e L, aqui sou eu e (inaudível) a minha irmã.

Batman: Aqui é minha outra irmã.

K: Essa é qual?

Batman: Essa é J.

K: Essa? E essa agora que você tá falando?

Batman: T.

K: T?

Batman: É minha irmã.

K: Falta mais alguém da sua família?

Batman: Falta uma pessoa.

K: Quem é?

Batman: Eu não vou dizer, vou desenhar bem bonita essa mulher. Sabe quem é tia?

K: Não sei. Tô imaginando. Mas, você que tem que saber quem é, você que tá desenhando.

Batman: Eu sei, a minha mãe.

Em relação a Robin, quando pedimos que o mesmo desenhasse as pessoas que ele considera de sua família, a criança também inclui apenas sua mãe e os irmãos, deixando o pai ausente. Assim como Batman, embora ambos os irmãos apresentassem a possibilidade do pai estar no mesmo espaço que eles, enquanto construíam o Lego, quando solicitamos que ele representasse sua família no desenho (Figura 10), o pai não faz parte do grupo familiar.

K: Tá bom, você desenha aí as pessoas que você considera da sua família

Robin: Seis, todo! (Mostrando o desenho)

Robin: Minha mãe, eu, FJ, FJ, FG, J, T. (irmãos)

K: Essa é sua família?

Robin: É!

Encontramos nos segmentos expostos acima, quando foi realizado o desenho da família das crianças, a forte presença da mãe, que foi citada em todos os contextos

das atividades. Essa relevância dada às mães recorda o papel que a mulher passa a assumir, principalmente nas famílias em que ela cria sozinha os filhos, pois como argumenta Sarti (2007), a autoridade que a mulher representa é de cuidar da manutenção do grupo familiar.



Figura 10: Desenho da família de Robin

Nas famílias monoparentais, que são chefiadas por mulheres, encontramos a representação social da mulher que trabalha para sustentar o lar e os filhos, e que, além de tudo, exerce o papel de mãe que consegue se dedicar aos filhos, tentando protegê-los, dedicando-lhes cuidados e atenção (Coelho, 2006).

Os segmentos apresentados nos levam a pensar sobre as diferenças encontradas em relação aos diversos modelos de famílias existentes, embora nos dias atuais ainda possamos encontrar a transmissão do modelo de família nuclear tradicional. Devemos, portanto, entender cada família de acordo com o contexto em que ela está inserida. Assim, não podemos elencar apenas um modelo de família, não é possível acreditar que exista uma forma ideal para seguir na educação dos filhos (Amazonas et al., 2003).

A seguir apresentaremos os segmentos relacionados à família extensa das crianças.

Família extensa

Observamos nos segmentos de discursos anteriores, que, de fato, quando solicitamos que as crianças desenhassem sua família, o que prevaleceu foi a constituição da sua família natural, seja nuclear ou monoparental. No entanto, em algumas situações, as famílias se configuravam em rede e não em uma unidade, pois em vários momentos as crianças elencavam pessoas de sua família extensa durante as atividades realizadas.

De acordo com o Plano Nacional, na família extensa, não pode ser levado em conta apenas os pais e filhos ou mesmo só o casal, mas um contexto mais amplo, que possa envolver a família composta também por meio-irmãos, primos, tios, avós. (SEDH, 2006). Essas relações entre as famílias e a extensão da casa trazida pelo contato com outras pessoas, faz com que se criem estratégias de sobrevivência pelas famílias pobres. Essas estratégias estão relacionadas à criação de uma rede de sustentação mútua para momentos de dificuldade. As famílias, na maioria das vezes, partilham alimentos, vestimentas, moradia e até ajudam na criação dos filhos, são formadas verdadeiras redes sociais, assistenciais e de solidariedade, que segundo Naiff et al. (2007), funcionam por vezes precariamente, nem sempre garantindo a manutenção do grupo familiar.

Quando Mafalda dá continuidade à atividade de colagem das bolinhas para representar as pessoas que ela já havia citado, inclui seu tio e sua cunhada, pessoas que fazem parte de sua família extensa. Assim também ocorreu com as crianças Batman e Robin, nos segmentos abaixo:

K: Sua mãe e seu pai! Já tem aqui então, 11 com 2 são 13. Quem mais que a gente pode acrescentar?

Mafalda: Então, minha mãe, meu pai e meu tio.

Mafalda: Tia falta minha cunhada.

Quando Batman começa a fazer a colagem das bolinhas adesivas (Figura 11), ele menciona no início da atividade:

Batman: Eu tenho muita família, é porque ainda num lembro.

Batman: R (próxima bola)

K: Quem é R?

Batman: É minha tia. Depois dela, vem C.

K: Quem é?

Batman: Meu tio, agora.

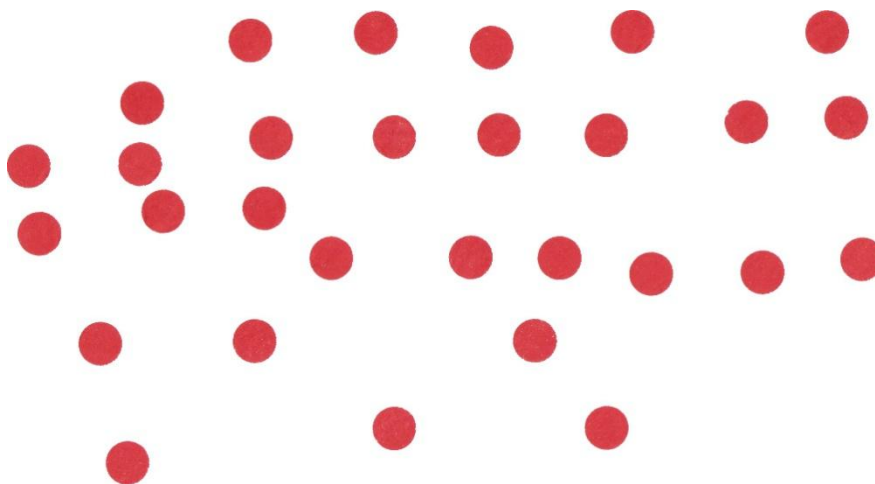


Figura 11: Bolinhas que representam pessoas da família para Batman

Depois de incluir os tios, a criança lembra-se de incluir em sua colagem os primos que também estavam abrigados, sua avó e sua sobrinha.

Batman: Sim, falta mais esse que eu conheço e tava aqui.

K: Quem?

Batman: F e G (dois irmãos que eram abrigados na Casa e primos de Batman)

K: Certo, e ainda tem mais alguém aqui que você queria colocar?

Batman: Vó D.

K: Sua avó pelo lado de quem?

Batman: Parece que é pelo lado de pai.

Batman: Eu quero botar mais gente mas eu não lembro não!

K: Você tinha mais gente mas não lembra o nome?

Batman: Ad. já tem?

K: Tem não

Batman: Bote tem não, tem não

K: Quem é Ad?

Batman: Minha sobrinha

Os segmentos abaixo, retirados da atividade de construção no Lego, também demonstram a inclusão de várias pessoas da família extensa das crianças Batman e Robin.

K: E aí cada andar tem o que? Você disse que são 3, tem o que no primeiro?

Batman: No primeiro, vai morar meu pai e minha mãe. No segundo vai morar minhas tias, meus primos.

K: Ê vai morar a família toda!

Batman: E lá no de cima, vai morar eu, meus irmãos.

K: Eita vai levar os tios e os primos, você tem muitos primos?

Batman: Tem é muito!

K: Sim, agora nessa casa, moravam seus sua mãe, sua tia, seus irmãos, quem mais?

Batman: (inaudível)

K: Quem?

Batman: Minha tia.

K: E você Robin, oh ele já me disse que outra família que poderia morar lá é a de vocês, e na sua casa se não fosse eu quem poderia morar lá?

Robin: Na minha casa, minha família ia morar aqui.

K: Mas ele disse que a família era tio, primos, você também ia levar todo mundo, ou só você seus irmãos, seu pai e sua mãe?

Robin: Todo mundo!

Embora saibamos, a partir dos discursos mencionados acima, que para as crianças os membros citados façam parte da sua rede de parentesco, a seguir encontraremos discursos que definem algumas relações entre as crianças e outras pessoas, independentes de laços consangüíneos, sendo essas relações definidas por vínculos de afetos que foram construídos.

Pessoas sem relações de parentesco

Segundo Amazonas et al. (2003), as famílias de classes populares são marcadas pela falta de diferenciação entre o público e o privado. Isso abrangeria, portanto, a participação de um maior número de pessoas na família, pois iria além das relações consanguíneas, o que envolve até mesmo a rede de vizinhança, pois a rua acaba se tornando uma extensão do lar. Sendo assim, nos trechos a seguir, encontraremos

seguimentos que remetem às falas em que as crianças incluem pessoas que não são da sua família natural, nem da sua família extensa, mas que elas trazem para o contexto de família, pessoas com as quais, de alguma forma, possuem vínculos, independente de relações de parentesco.

Conforme consta no Plano Nacional (SEDH, 2006), os laços consanguíneos muitas vezes são priorizados entre as crianças abrigadas e suas famílias, porém não podem ser deixadas de lado as verdadeiras relações de afetividade que a criança possa ter construído com outras pessoas, que não sejam necessariamente da sua família natural.

Na atividade de colagem das bolinhas, as crianças depois que elencaram pessoas de sua família natural e extensa, passam a citar pessoas sem relações de parentesco.

K: Pode! Quem é agora? Quem é essa bolinha, essa pessoa?

Mafalda: Meu padrinho. (Mas esse já estava colado antes dessa bolinha que ficou em último lugar)

K: (...) E agora a próxima? (...) Quem seria essa próxima bolinha?

Mafalda: (Bocejando) Minha madrinha, madrinha S!

Percebemos que tanto Batman como Robin, assim como Mafalda, citam pessoas como padrinhos e amigos.

Batman: E bote aqui C. (Esposo da prima da criança)

Batman: Porque C. é o marido de B. e B. e ele é o filho dela, e ele é o marido dela.

Depois a criança se recorda de outra pessoa e fala:

Batman: Deixa eu me lembrar aqui, aquela que vem mais minha mãe (amiga da mãe que a traz ao abrigo para visitar as crianças)

K: E.

Batman: E!

No discurso de Robin, a criança traz para morar junto com pessoas de sua família, a pesquisadora.

K: Vocês tem que pensar agora em quantas pessoas vão morar aí!

Batman: Umas 10.

Robin: Umas 20.

K: Umas 10 ou 20, quem seria, vamos dar nome pra essas pessoas!

Batman: Minha família todinha.

K: Sua família toda? Mas vai incluir quem? Seus irmãos, sua mãe? Quem mais?

Robin: A senhora!

Mas dentro dela, o que tem na casa, ela é de que tamanho. Pensou quantas pessoas vão morar nela? Você pensou?

Robin: A senhora, minha mãe, seus irmãos e sua irmã, minha irmã!

K: (...) Quem mais quer botar nesse papel?

Robin: Seu marido!

Os segmentos dos discursos abaixo retratam a inclusão de pessoas que trabalham na instituição de acolhimento que a criança se encontra no momento do trabalho de campo. Inicialmente, é referenciada pela criança, no mesmo contexto em que ela citou sua família natural e extensa, a presença da coordenadora da instituição e da secretária.

Sobre as relações que se estabelecem entre crianças e adolescentes com as pessoas das instituições em que estão acolhidos, Guará (2006) enfatiza a importância de se estabelecerem várias relações de amizade e compreensão dentro do ambiente institucional, pois essas relações de respeito e de compromisso podem propiciar novas estratégias de sobrevivência e inserção social para os abrigados. O primordial é que a criança ou o jovem saibam que existe alguém com quem eles possam contar dentro da instituição.

K: (...) Aqui é o Batman (irmão da criança)! Tem mais alguém que você queria botar aqui nesse papel?

Robin: S.

K: Daqui, a coordenadora? É?

Robin: (Acena positivamente com a cabeça)

Robin: Aquela que fica ali no computador!

K: A L.? A. S.?

Robin: Não.

K: Aquela ali da secretaria?

Robin (afirma com a cabeça)

K: J.

No discurso de Robin, encontramos o comparecimento dos educadores repetidas vezes. Quanto a essa questão, referente à relação entre crianças e os educadores, Siqueira e Dell'Aglio (2006) apontam que os educadores desempenham um papel central na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, pois quando

Robin: Educadora.

K: Tem mais gente que você está lembrando?

Robin: G.

K: G. bote a G! Tem horas que não arranca! (a bolinha). Onde é que a G. vai ficar? E quem é a G?

Robin: É, aquela mulher que é a pedagoga!

K: Quem?

Robin: Tio E.

K: Educador também?

Robin: É

K: Quem é essa bolinha, você botou uma bolinha aqui não foi? E de quem é o nome?

Robin: M.

K: M, e quem é M?

Robin: Educador também.

Ao realizarmos a atividade do desenho de uma família qualquer (Figura 13), é interessante ressaltar que mesmo quando pedimos que Robin desenhasse uma família, que ele poderia conhecer ou mesmo ter ouvido falar, a criança acaba desenhando as crianças que convivem com ele no abrigo, se incluindo nessa família.

Robin: T., eu, S., B. e (inaudível). (Crianças do abrigo)

K: Quem?

Robin: J. M.

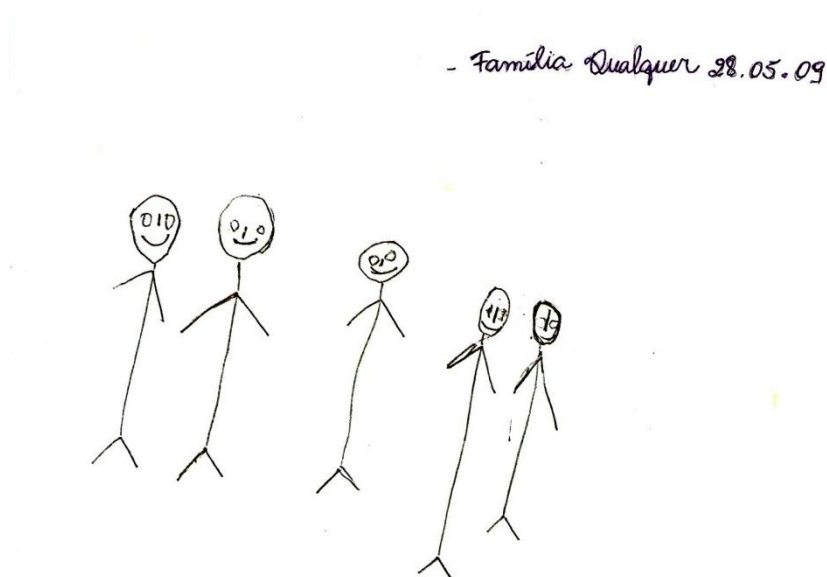


Figura 13: Desenho de uma família qualquer para Robin

Considerando os segmentos dos discursos expostos acima, compreendemos, como bem argumenta o Plano Nacional, que os vínculos não precisam ser apenas de ordem biológica ou oficializados pela lei, mas também existem vínculos que pressupõem relações e obrigações de caráter afetivo e simbólico, relações espontâneas que muitas vezes podem ser mais importantes para as pessoas, que suas próprias relações de parentesco (SEDH, 2006).

5.3 Dinâmica interna da família

A dinâmica interna da família abordará os segmentos dos discursos em que são identificados aspectos das relações entre as pessoas consideradas da família das crianças pesquisadas. Com relação à criança Mafalda, compreendemos que existia toda uma configuração de laços afetivos entre ela e sua mãe. O pai da criança era citado, na maioria das vezes, quando a pesquisadora se referia ao mesmo e não espontaneamente, pela criança. Vejamos nos discursos abaixo:

K: Como é o nome do seu pai?

Mafalda: A.

Mafalda É diferente.

K: Ele veio no dia da visita?

Mafalda: Veio. Ele vai vir terça feira de novo

K: Ah que bom. E ele tá bem?

Mafalda: Tá.

K: Sempre ele vem te visitar não é, Mafalda?

Mafalda: Sim.

K: Seus irmãos trabalham?

Mafalda: Não gostam de trabalhar, não.

K: E quem sustenta a casa?

Mafalda: Meu pai.

K: Ele manda ajuda? E sua mãe trabalha?

Mafalda: Não.

Embora os pais de Mafalda sejam separados, segundo a criança, a família recebe ajuda financeira do pai. Essa situação remete ao fato de que o pai continua sendo o provedor da família. Corsini (2008) aponta, em sua pesquisa, que os papéis sociais dentro das famílias contemporâneas vão se modificando, principalmente devido à entrada de novos membros, como companheiros e filhos de outras relações do homem ou da mulher. Porém, a autoridade que cada um assume depende de sua condição parental e, pelo que constatamos, embora os pais de Mafalda estejam separados, o pai continua assumindo o papel social de mantenedor financeiro da família.

Na atividade do Lego, quando pedimos que a criança construísse uma casa para uma família morar, Mafalda continua dando a atribuição de provedor a um pai fictício que ela cria para a família que iria morar na construção que ela havia realizado. Abaixo o segmento do discurso que retrata tal afirmação:

K: (...) mas eles trabalham fora de casa, ou só lavando louça, fazendo comida?

Mafalda: Só em casa.

K: Só dentro de casa. Ninguém faz nada fora de casa? E como é que eles têm dinheiro para comprar comida?

Mafalda: Eles saem.

K: Ah?

Mafalda: Eles saem.

K: Saem para que? Mas quem dá dinheiro pra eles?

Mafalda: Eu não sei, não.

K: Porque você me disse que eles não trabalham, se a pessoa não tem um emprego de onde é que vai tirar o dinheiro?

Mafalda: Eu disse, sim, que eles trabalham.

K: Você disse que eles trabalham em casa.

Mafalda: Ele trabalha. (apontando para o boneco que ela tinha dito ser o pai das crianças)

K: Ah! E ele trabalha em que?

Mafalda: Ele é segurança.

K: Ah, o pai, não é, das crianças!

Os trechos selecionados a seguir, discorrem acerca da relação afetiva entre Mafalda e sua mãe, a qual falamos ser bastante forte, no início desta discussão.

K: Menina você sabe de muita música! Quem começou a lhe ensinar a gostar de música?

Mafalda: Minha mãe.

K: Certo, aí quem dorme aqui? (quarto desenhado na cartolina)

Mafalda: Eu e minha mãe.

Ainda durante a atividade de desenho na planta baixa da cartolina, a criança escuta a campainha do abrigo tocando e fala:

Mafalda: Oh! Chegou minha mãe, tá vindo!

K: Chegou quem?

Mafalda: Minha mãe!

K: Mas hoje não é dia de visita!

Mafalda: É sim!

K: À tarde! Agora é de manhã, se ela vier, ela vem à tarde!

Mafalda: É!

K: O horário permitido só é pela tarde!

Mafalda: É!

Na mesma atividade, Mafalda ainda realiza o desenho de sua mãe. Segundo Coelho (2006), a maternidade nas famílias contemporâneas continua sendo relacionada com questões que envolvem a procriação e educação dos filhos e, apesar de algumas mulheres serem ativas no mercado de trabalho, o que não se enquadra nesse caso, especificamente, ainda assim, a mulher continua exercendo seu papel de mãe que consegue se dedicar aos filhos, tentando protegê-los, dedicando-lhes cuidados e atenção. De acordo com o autor supracitado, nas famílias de classes baixas e médias

as mães são as principais responsáveis pelas atividades relativas aos cuidados dos filhos e também pela execução de tarefas domésticas.

Mafalda: Sabe o que mais vou desenhar?

K: Não, pois desenhe!

Mafalda: Desenhando uma mulher.

K: Cabelão! Quem é essa mulher?

Mafalda: Os olhão chorando.

K: É? Ela ta chorando por que, o que houve com ela? Quem é ela, essa meninazinha?

K: Pronto, quem é essa pessoa? Quem é, Mafalda, essa meninazinha?

Mafalda: É minha mãe!

K: É? Ficou ótimo hein, agora você disse que sua mãe tava chorando! Você disse quando começou a desenhar e você sabe por que ela ta chorando?

Mafalda: Porque no dia que ela veio pra minha visita aí ela começou a chorar!

K: Ah! Ela chorou no dia da visita.

K: (...) E você disse que sua mãe tava chorando porque você tava chorando, e porque que você tava chorando?

Mafalda: Queria ir embora.

Em outro momento, quando Mafalda realiza a atividade de colagens de bolinhas, a primeira pessoa que a criança menciona é sua mãe, enfatizando o papel que ela representa em sua vida.

K: Pronto! Pois agora você vai me dizendo. A primeira bolinha, quem vai ser?

Mafalda: Minha mãe, que é a coisa mais importante que tem na minha vida!

Os discursos analisados a seguir, retratam a relação de Mafalda com seus irmãos.

K: Ah, agora eu entendi! É linda essa música, menina e você canta bem, não é? É bem afinadinha! Que bom, e você gosta é muito de música não é? Já cantou duas! E essa você aprendeu onde? Foi na escola?

Mafalda: Muito tempo já! Antes de vir pra cá!

K: Quem era que cantava?

Mafalda: Meu irmão. (O mesmo irmão referido nas análises anteriores, o que estava preso)

Quando a pesquisadora pergunta se existia algum irmão que ela mais goste, a criança responde:

K: Como é mesmo o nome da sua irmã, que mora com sua mãe? Tem algum irmão ou irmã que você goste mais?

Mafalda: (inaudível)

K: I?

Mafalda: Irmão? I!

K: É seu irmão? É o rapaz, aquele que você disse que tava em Brasília?

Mafalda: (Afirmou com a cabeça)

O irmão citado acima por Mafalda é o mesmo irmão que, segundo a criança, estava preso. Mafalda também se refere à irmã que morava com a mãe com bastante carinho, embora a irmã tenha sido excluída do desenho de sua família, como analisamos anteriormente.

Mafalda: Minha irmã que eu tanto amo.

K: É? Qual é o nome dela?

Mafalda: J.

K: Ah! J!

Mafalda: Eu já lhe falei dela!

Sobre os irmãos que foram excluídos da atividade de colagem de bolinhas adesivas, Mafalda diz que:

K: Não tem mais ninguém pra incluir?

Mafalda: Eu tenho um bocado de irmão, mas não quero botar o nome não, ta no Rio de Janeiro!

Encontramos, ainda, no discurso a seguir, a inserção de uma pessoa da família, por ser considerada a partir de inclusões que são definidas por relações de proximidade, de afinidade ou mesmo de solidariedade. Como Acosta e Vitale (2007) afirmam, as famílias são também constituídas por grupos culturalmente construídos. Nesse sentido, Sarti (2007) argumenta que a família é pensada como uma realidade que se constrói pelos discursos que a perpassam, e que isso só pode ocorrer no contexto cultural em que essa família vive. Abaixo, os segmentos que correspondem ao discurso da criança sobre a sua cunhada na atividade de colagem das bolinhas:

Mafalda: Tia! Falta minha cunhada.

K: Onde é que sua cunhada vai ficar aqui?

Mafalda: Aqui no último, porque ela é ruim.

K: Ela é o que?

Mafalda: Rui.

K: Rui? O que é isso, ruim?

Mafalda: Ruim.

Mafalda: Ser cunhada é uma pessoa da família.

K: (...) você colocou essa pessoa aqui, disse que ela é sua cunhada, mas, também não sabe por que a chama de cunhada, mas alguém lhe disse que ela era?

Mafalda: Não. É por parte de (inaudível).

K: De quem?

Mafalda: De Deus.

K: De Deus, ta certo.

Mafalda: Mas ela é da minha família!

Em relação à dinâmica familiar das crianças Batman e Robin podemos perceber que os discursos que a perpassam enfatizam a relação bastante significativa existente entre eles e sua mãe. Já o pai, embora citado na maioria das atividades, como apontamos, apenas comparecia na dinâmica familiar quando demos a possibilidade das crianças construírem suas casas, podendo incluir assim, seu pai. Assim como Mafalda, os irmãos Batman e Robin tinham uma relação distante com o pai. A seguir, alguns segmentos dos discursos das crianças que enfatizam tais observações:

Batman: Meu pai é drogado!

K: É? E onde é que ele ta agora?

Batman: Ele mora em um barraco!

Batman: De primeiro ele era rico!

Robin: Tinha moto, tinha.

Batman: A minha tia deu, como é? Aquelas pedras pra ele fumar. Ele achou bom, ficou fumando, vendeu as coisas dele tudim.

Ainda quando perguntamos se o pai morou anteriormente na casa deles, as crianças respondem:

K: Mas o seu pai, ele morava com sua mãe antes?

Batman: Não.

K: Mas ele morava com vocês na casa?

Batman: Não!

K: Toda vida foi só nesse barraco? Mas era perto de vocês?

Robin: Era bem pertinho.

Batman: Meu pai não mora lá, não (Referindo-se à casa da mãe). Mais antes, antes ele morava, quando não era drogado, mas ele não ta morando mais, não.

Robin: Fumou droga.

Batman: Aí minha mãe não quis mais ele.

A família das crianças sempre foi mantida financeiramente pela mãe, desde que os pais se separaram, como já observamos na configuração do espaço geográfico. Assim, as crianças também ajudavam nas tarefas domésticas. Buscavam ganhar algum dinheiro em situação de trabalho nas ruas.

K: E nessa casa alguém trabalha? Na sua casa alguém trabalha?

Robin: Minha mãe, ela trabalha.

K: Mas quem fazia as coisas na sua casa?

Batman: Minha prima e minha irmã. Mas a gente também varria a casa e dobrava os lençóis e arrumava a cama.

Robin: Nós ficava na rua trabalhando.

Batman: Brincando.

K: Na rua trabalhando? Trabalhando em que?

Batman e Robin : (inaudível)

K: E quem mandava vocês trabalharem?

Batman: Ninguém.

K: E vocês ganhavam alguma coisa?

Robin: Ganhava dinheiro. (inaudível)

A família das crianças Batman e Robin é monoparental, formada apenas pela mãe e os irmãos, morava em uma casa pequena, em que todos compartilhavam o mesmo espaço na hora de dormir.

Batman: Meus irmãos dormiam tudinho. Dormia tudo junto.

K: Era em um quarto, em uma sala, onde vocês dormiam?

Batman: Era num quarto.

K: Aí cabem os seis no mesmo quarto? E sua mãe?

Batman: Também.

Quando solicitamos que as crianças construíssem suas casas, mesmo que não se recordassem, eles puderam ter a possibilidade de imaginar como seria, como gostariam que fosse e, com isso, Batman e Robin escolhem os irmãos que poderiam estar dividindo o mesmo quarto com eles.

K: E quem vai dormir com você?

Batman: Vai dormir só eu e meu irmão, o FJ

K: O FJ.

K: E você? Se fosse pra escolher só um irmão pra dormir no seu quarto, quem seria? (Perguntando ao Batman)

Robin: A N.

K: N.? Como é o nome dela?

Robin: J (Irmã mais velha)

K: Ah o apelido dela é N.

Robin: É.

Em relação ao tipo de dinâmica que existia entre as crianças Batman e Robin e sua mãe, selecionamos os seguintes discursos:

Robin: Esse daqui é de você e de mãe, da minha mãe. (Fazendo referência aos quartos que eram próximos ao dele no desenho)

Robin: Porque fica com medo minha mãe, aí ela tem que dormir perto de mim, porque eu não tenho, não.

Percebemos na fala de Robin, a forma carinhosa com que o filho escolhe o quarto da mãe, no desenho de sua casa, na cartolina. Robin faz o seu quarto no desenho ao lado do quarto da mãe, para que ele possa protegê-la. A criança nessa situação assume uma responsabilidade, ocorre uma inversão de papéis em que o filho se sente apto a proteger, a cuidar de sua mãe, mesmo não explicando qual seria o medo existente.

Já Batman, ao fazer a colagem das bolinhas adesivas, escolhe sua mãe como a primeira bolinha a ser colada.

Batman: Bote o primeiro nome A.

Batman: É, A (mãe)

Nos discursos abaixo, Batman se refere ao dia de visita no abrigo, cogitando a possibilidade da mãe vir visitá-lo, já que ela não havia comparecido no dia específico da visita. Nos casos das crianças Batman e Robin, quem sempre os visitava durante o período em que estivemos realizando a pesquisa de campo era a mãe deles. Já em relação à Mafalda, era o pai que sempre comparecia nos dias de visitas, com exceção do dia que a criança relata que sua mãe foi visitá-la e chorou, porque a havia visto chorando pelo fato de querer ir embora do abrigo.

Batman: Tia, ontem, ontem foi dia de visita, não foi?

K: Foi. Por quê?

Batman: Não, porque eu acho que minha mãe vem hoje.

K: Hoje? Mas, aí o outro dia de visita é só amanhã.

Batman: (inaudível)

K: Que é quinta. Não é dia de terça e quinta? Aí ontem foi terça, amanhã que é quinta.

Batman: Ela vem amanhã, é?

K: Vem? Não sei.

Sobre a relação de Batman e sua mãe, quando estamos finalizando a atividade do desenho de sua família, a criança responde quando a pesquisadora pergunta:

K: Falta mais alguém da sua família?

Batman: Falta uma pessoa.

K: Quem é?

Batman: Eu não vou dizer, vou desenhar bem bonita essa mulher. Sabe quem é, tia?

K: Não sei. Tô imaginando. Mas, você que tem que saber quem é você que tá desenhando.

Batman: Eu sei, a minha mãe.

Percebemos nos discursos das três crianças que o pai foi, na maioria das vezes, uma figura ausente. Isso reflete o fato das famílias das crianças serem monoparentais, chefiadas pela mãe. Para Mafalda, o pai foi identificado como aquele que dá a sustentação econômica, enquanto que, para Batman e Robin, o pai comparece na

família quando a atividade desenvolvida permitiu a inclusão dele como alguém que poderia fazer parte do grupo familiar.

Sobre a figura materna, observamos que a mãe sempre ocupou um lugar privilegiado nos discursos das crianças, representando um sentido às suas vidas. Como podemos observar, compareceram nesses discursos sentimentos ligados à afetividade e à preocupação das crianças em relação a alguns aspectos da condição da mãe. A importância da figura materna na vida das crianças também está presente.

Outro aspecto que merece ser destacado é a presença constante de irmãos, sugerindo proximidade, companhia, pessoas com que as crianças poderiam dividir espaços, aprender coisas. Nesta direção, Rabinovich e Moreira (2008) apontam que nos contextos menos favorecidos os irmãos são considerados muito importantes, sendo aqueles com quem as crianças podem dividir tarefas domésticas, de quem recebem e dão ajuda, com quem brincam, além de representarem companhias.

Oliveira (2006) conclui que o relacionamento fraterno é uma relação complexa, em que várias experiências comuns são compartilhadas, tendo sempre um grande impacto na vida um do outro. Esse impacto se define, segundo a autora, em socialização, comportamentos de ajuda, tarefas e atividades cooperativas, companheirismo. Mas também acarreta comportamentos negativos, agressivos e conflitos, como observado no caso da criança Mafalda, quando interpretamos que sua irmã foi excluída do desenho da família, por questões que podem estar diretamente ligadas à institucionalização da criança. Interpretamos esse fato, com o motivo da irmã da criança ser usuária de drogas, o que colocou Mafalda em situação de risco. Por outro aspecto, o irmão que sempre esteve ausente, por estar preso ou mesmo em outra cidade, foi trazido pela criança no desenho da família que ela considera como sua.

Uma vez discutido o *corpus* desta pesquisa, tomando como referência os discursos dos sujeitos, podemos tecer alguns aspectos gerais sobre o que compareceu nas categorias analisadas.

No que se refere à categoria *Configuração do espaço geográfico*, apesar das crianças Batman e Robin terem oscilado bastante entre a inclusão de pessoas da família extensa nos espaços de suas casas, o que prevaleceu quando estavam construindo suas casas foi apenas a presença da mãe e dos irmãos, assim como para Mafalda.

Com relação à categoria *Composição familiar*, compreendemos que as pessoas consideradas pelas crianças como pertencentes às suas famílias não são definidas necessariamente por laços de sangue; na percepção das crianças, os vínculos afetivos existentes também caracterizavam as relações familiares. Nesse caso, a inclusão dos educadores e da pesquisadora nessa categoria são exemplos pertinentes. Além disso, observamos nesse eixo temático que os grupos familiares não se configuravam como núcleos individualizados, mas como redes de relações, em que as crianças elencavam como pessoas incluídas nessa rede, padrinhos, cunhada, tios, primos. Recordemos especificamente o caso de Mafalda, que citou sua cunhada, em detrimento de outras pessoas, como seus irmãos que moravam no Rio de Janeiro.

Com isso, percebemos que o modelo patriarcal de família, em que os arranjos eram compostos por pai, mãe e filhos, não se sobressai nas situações das crianças aqui apresentadas. A figura do pai compareceu apenas na fala de Mafalda com o papel social de provedor do sustento da família, e já não ocupava na vida de nenhuma das crianças o lugar socialmente legitimado de autoridade sobre a mulher e os filhos.

Considerando a categoria *Composição familiar*, podemos afirmar que os vínculos afetivos são de grande relevância para as crianças, independente de relações consanguíneas.

No tocante à categoria *Dinâmica interna da família*, em que procuramos compreender a influência e a interdependência entre os membros das famílias, em seus diferentes papéis, fica bastante acentuado o lugar marcante que a mãe ocupa na vida das crianças. Notamos que em nenhum momento é atribuído algum sentimento de culpabilização, por parte das crianças, às suas mães, pelo fato de estarem abrigadas. O pai realmente se fez pouco presente nos discursos das crianças, no entanto, os irmãos são pessoas a quem as crianças estavam sempre fazendo referências em todos os contextos.

Vale ressaltar que apesar da família monoparental ter sido enfatizada pelas crianças em outras atividades, no desenho que elas realizaram de suas famílias, Mafalda passa a incluir o pai, considerando-o como membro desse grupo familiar. Já as crianças Batman e Robin compõem a sua família apenas pela mãe e os seus irmãos, embora tenham oscilado, em vários contextos das atividades desenvolvidas, sobre a inclusão de pessoas da sua família, tanto da família extensa, como pessoas sem nenhuma relação de parentesco.

Percebemos, portanto, que as novas configurações familiares procuram adaptar-se às transformações ocorridas em seus contextos, e que as famílias vão criando espaços para que diferentes formas de relações sejam estabelecidas entre seus membros. A abordagem sistêmica direciona seu olhar, como acentuamos através do trabalho de Romagnoli (2003), sobre cada membro do grupo ser considerado como elemento do sistema familiar e, a partir desse sistema, é que serão determinadas as

formas de relacionamento e da família organizar-se enquanto grupo em relação. A família vista sob essa ótica, enquanto um sistema permeado de relações poderá propiciar à criança a construção de realidades, valores, formas de se organizar no mundo, se constituindo enquanto sujeito. Nesse contexto da família, no qual existem trocas, afetos, também existirão situações que deixarão as pessoas sujeitas a traumas, muitas vezes levando ao rompimento dos laços familiares.

6. Considerações finais

Ao iniciarmos este trabalho, sinalizamos a longa trajetória de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, principalmente procurando enfatizar como o Estado culpabilizava a família pobre, denominando-a incapaz de criar e educar seus filhos, o que acarretava várias consequências para a vida dos institucionalizados, bem como para a fragilização dos vínculos familiares. Mesmo a partir da promulgação do ECA e com as mudanças preconizadas por esse, relativas à internação de crianças e adolescentes, muita coisa ainda permanece como no passado. As instituições de acolhimento, que deveriam servir como um espaço provisório e escolhido como uma última medida, no caso da violação e/ou ameaça dos direitos de crianças e adolescentes, acabam se tornando um lugar em que esses sujeitos permanecem por um longo período, violando seu direito fundamental, de crescer e se desenvolver no seio de uma família.

Assim, nosso objetivo foi investigar como as crianças que se encontram abrigadas significam sua família, mesmo estando afastadas desse contexto familiar. Para tal percurso, inicialmente, verificamos a literatura e observamos que, embora a produção sobre família, principalmente, seja abundante, nos deparamos com poucas publicações referentes ao tema em sua conjunção criança/abrigo/família. Optamos por dar voz às crianças e deixamos que elas fossem protagonistas de suas histórias. Essa escolha de ouvir e dar espaço para que as crianças se posicionem frente às suas questões é apontada por Rocha (2008) como o “reconhecimento das crianças como agentes sociais, de sua competência para a ação, para a comunicação e a troca cultural” (p. 46). A autora supracitada ainda aponta que através da escuta de crianças

busca-se confrontar, conhecer um ponto de vista diferente do que os adultos seriam capazes de ver e analisar a partir de seu mundo social.

O caminho trilhado por nós foi, primeiramente, de imersão na literatura para um maior aprofundamento sobre a temática da institucionalização, bem como sobre a família. Sobre essas temáticas, procuramos não nos deter apenas no percurso histórico, visto que existe uma enorme quantidade de publicações que abordam essas discussões. Procuramos, portanto, enfatizar a família a partir dos conceitos mais atuais, trazidos principalmente pelo Plano Nacional, observando sempre essa instituição social como um direito que todas as crianças e adolescentes precisam ter respeitado e garantido.

Diante da complexidade e delicadeza com que o objeto deste estudo precisava ser abordado junto às crianças, a preocupação com os procedimentos de investigação para nós foi fundamental. Optamos, como já assinalado, pela pesquisa qualitativa, que nos permitiu “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 1998; p. 79). Com isso, o objeto da pesquisa nunca será considerado neutro e sim repleto de significados e relações que os sujeitos concretos criarão em suas ações (Chizzotti, 1998).

Para desenvolvermos as atividades da pesquisa com as crianças adotamos instrumentos que possibilitassem uma maior espontaneidade e descontração, permitindo que nossos sujeitos estivessem à vontade para falar de aspectos tão delicados de suas vivências com ou sobre sua família. Recorremos a entrevistas semi-estruturadas, juntamente com os outros procedimentos expressos anteriormente no capítulo de métodos: uso do brinquedo Lego, colagens, desenhos.

A análise dos dados baseou-se na Análise de Conteúdo Temática. Considerando os objetivos da pesquisa, identificamos, em princípio, três categorias centrais que foram: *Configuração do Espaço Geográfico*, *Composição familiar* e a *Dinâmica interna da família*. Tentamos selecionar para análise apenas os segmentos dos discursos mais pertinentes ao objetivo de nosso estudo.

Mediante os discursos das crianças, pudemos participar um pouco de suas realidades, mesmo elas estando afastadas de sua família temporariamente e, assim, tivemos a oportunidade de conhecer alguns aspectos que refletem os significados atribuídos pelas crianças às suas famílias.

Os dados possibilitaram-nos compreender que, embora as crianças estejam institucionalizadas, os sentimentos ligados ao amor materno, afetividade, solidariedade estão presentes. Não encontramos apenas um único modelo de família, como já apontado na literatura, pois como sabemos, hoje existem diversas configurações familiares. Nos discursos emergiram exemplos relacionados às famílias extensas, às famílias monoparentais e às famílias nucleares, que é formada pelo pai, mãe e filhos. Como já assinalado, mesmo os pais das crianças estando separados de suas famílias, foram citados, ora podendo residir no mesmo domicílio que as crianças, ora fazendo parte do desenho da família. Quanto aos irmãos, esses sempre estiveram presentes em todos os contextos, levando-nos a compreender que existia amizade e/ou relação de companheirismo entre as crianças e seus irmãos.

Os educadores e algumas outras crianças também acolhidas na mesma instituição compareceram nos discursos, corroborando mais uma vez com os estudos que relatam a importância das relações e os resultados favoráveis que podem surgir

dessas afinidades entre as crianças abrigadas e as pessoas com que elas convivem no ambiente institucional (Barros & Fiamenghi Jr., 2007; Guará, 2006).

Os significados que emergiram dos discursos das crianças sobre sua família remetem-nos ao afeto pelas mães e pelos irmãos; ao pai, como aquele que fornece sustento financeiro. Vale ressaltar a forte presença de pessoas que não possuíam relações de parentesco com Mafalda, Batman e Robin, o que retrata a existência de vínculos de confiança, solidariedade ou mesmo de afinidade com as pessoas referidas em suas falas.

Podemos finalizar expressando a ideia de que os resultados do presente estudo representam mais uma contribuição sobre a importância que a família tem na vida de crianças, mesmo estando elas ausentes dos seus ambientes familiares. Observamos que não é colocada em questão a configuração familiar vivida pela criança; essa instituição continua servindo como uma referência em suas vidas.

Desse modo, mais uma vez enfatizamos que o direito  convivência familiar realmente precisa ser garantido e respeitado. Mas como podemos pensar em garantir o espaço afetivo, social, que deve existir no ambiente familiar das crianças ou mesmo na própria instituição de acolhimento? Como dar suporte às famílias que desejam ter seus filhos de volta? Questões como essas, que surgem no decorrer de nosso trabalho, são de difícil resolução. Tampouco, podemos visualizar soluções imediatas. No entanto, o que se observa é que esse desamparo existencial ao qual as famílias, muitas vezes, se encontram, tem pouca resposta por parte do poder público. A permanência das crianças no abrigo, para além, inclusive, do que prevê o ECA, é resultado desse desamparo.

Existe, porém, a necessidade de propostas políticas que possam efetivamente ampliar e procurar maneiras de garantir esse direito, para que a institucionalização seja realmente a última medida a ser adotada, não contrariando a excepcionalidade e provisoriedade que o ECA propõe.

7. Referências

- Acosta, A. R., & Vitale, M. A. F. (Orgs.). (2007) *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 3ªed. São Paulo: IEE/ PUC-SP.
- Alencastro, L. F. (1997). Vida privada e ordem privada no Império. In L. F. Alencastro (Org.), *História da vida privada no Brasil, vol. 02: Império: a corte e a modernidade nacional* (pp. 11-93). São Paulo: Companhia das Letras.
- Amazonas, M. C. L. A., & Lima, A. O. (Orgs.). (2004). *Família: Diversos Dizeres*. Recife: Bagaço.
- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 8, num. esp., 11-20
- Araújo, E. R. P. (2007). *Significado de família para adolescentes em liberdade assistida*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A.
- Aun, J. G., Vasconcellos, M. J. E. , Coelho, S. V. (2006). *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.
- Aymard, M. (1991). Amizade e convivialidade. In P. Ariès & R. Chartier (Orgs.), *História da vida privada, vol. 3: Da Renascença ao Século das Luzes* (pp. 455-499). São Paulo: Companhia das Letras.
- Azôr, A. M. G. C. C. V., & Vectore, C. (2008). Abrigar/ desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia: Campinas*, 25(1), 77-89.
- Barros, R. C., & Fiamenghi Jr, G. A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência e saúde coletiva*, 12(5), 1267-1276.

- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisas com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paideia*, 18(40), 251-266.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N, L, P. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151- 161.
- Bucher, J. S. N. F. (2003). Família, *lócus* de vivências: do amor à violência. In Féres-Carneiro. *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 169- 183). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Calil, V. L. L. (1987). *Terapia Familiar e de Casal*. São Paulo: Summus.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
- Chizzotti, A. (1998). *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez.
- Coelho, H. M. M. & Amazonas, M. C. L. A. (2004). Família e dificuldades de aprendizagem: uma visão sistêmica. In M. C. L. A. Amazonas & A. O. Lima (Org.), *Família: Diversos Dizeres* (pp. 153-185). Recife: Bagaço.
- Coelho, S. V. (2006). Abordagens Psicossociais da Família. In J. G. Aun, M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho (2006). *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos* (pp. 143-234). Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa.
- Corsini, L. F. (2008). Autoridade, família e terapia: discutindo a autoridade no contexto das relações sociais e familiares. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 6(1), 140-151.
- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Costa, N. R. A., Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 22(1), 111-118.

- Cupolillo, M. V., Costa, A. O. B., & Paula, J. T. S. (2001). Os avós como suporte na criação dos netos. In Sousa & I. Rizzini (Orgs.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianense e os elos parentais* (pp. 117- 136). Goiânia: Cênone.
- Del Priore, M. (2007). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In M. Del Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp. 84-106). São Paulo: Contexto.
- Donzelot, C. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Dornelles, L. V. (2005). *Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Duby, G. & La Roncière, C. (1990). A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In P. Ariès & G. Duby (Orgs.), *História da vida privada, vol. 2: Da Europa feudal à Renascença* (pp. 60- 113). São Paulo: Companhia das Letras.
- Fonseca, C. M. S. M. S. (2004). O adolescente e a violência: um olhar crítico sobre a família contemporânea. In M. C. L. A. Amazonas & A. O. Lima (Org.), *Família: Diversos Dizeres* (pp. 79- 101). Recife: Bagaço.
- Galvão, G. C. P., & Souza, T. P. A. (2008). *Casa de Passagem II*. Seminário de Estágio I, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
- Gélis, J. (1991). A individualização da criança. In P. Ariès e R. Chartier (Orgs.), *História da vida privada, vol. 3: Da Renascença ao Século das Luzes* (pp. 311- 329). São Paulo: Companhia das Letras.
- Goldenberg, M. (2005). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Guará, I. M. F. R. (2006). Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Coord.). *Coletânea Abrigar*, 1 (pp. 63-72). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Kaloustian, S.M. (Org.). (2005). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez. Brasília: UNICEF.

- Lei Federal nº. 12.010, de 29 de julho de 2009. (2009, 29 de julho de). Dispõe sobre adoção e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho de). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Losasco, S. (2007). O jovem e o contexto familiar. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas* (pp. 63-76). São Paulo: IEE/PUC-SP.
- Lyra, J. et al. (2007). Homens e cuidado: uma outra família? In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas* (pp. 79-91). São Paulo: IEE/PUC-SP.
- Macedo, R. M. S. (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer. *Cadernos de Pesquisa: Fundação Carlos Chagas*, 91, 62-68.
- Marcílio, M. L. (2006). *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC.
- Marin, I. S. K. (1999). *FEBEM, família e identidade: (o lugar do outro)*. São Paulo: Escuta.
- Martins, E., & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 177-187.
- Minayo, M. C. S. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco.
- Minayo, M. C. S. (Org.), Deslandes, S. F., Gomes, R. (2007). 26ª Ed. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Miranda, M. G. (1995). O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social. O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

- Naiff, L. A. M., Caldeira, P., Pena, A., & Diniz, C. (2007). Criar, cuidar, proteger, manter, amar: a família atual e seus desafios no contexto de pobreza. *Em Debate*, 5, 1-20.
- Nascimento, P. D. (2003). *Desvelando as Teias de Pinóquio: Concepções de Família em jovens moradores de bairros periféricos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Neder, G. (2005). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 26-46). São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNICEF.
- Oliveira, A. L. (2006). Família e Irmãos. In C. M. O. Cerveny (Org.), *Família e narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social* (pp. 63-81). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Petrini, J. C. (2003). *Pós- Modernidade e Família: um itinerário de compreensão*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R., Lopes, R. S., & Tudge, J. (2004). O envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 303-314.
- Pinheiro, A. (2006). *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: UFC.
- Rabinovich, E. P., & Moreira, L. V. C. (2008). Significados de família para crianças paulistas. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 13, 447-455.
- Reis, J. R. T. (1995). Família, emoção e ideologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social. O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Rizzini, I. (1997). *Olhares sobre a criança no Brasil - Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: CIESPI/USU/AMAIS.

- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Rizzini, I., Barker, G. E., & Cassaniga, N. (2000). *Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU, Editora Universitária, Instituto Promundo.
- Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (Coord.). (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes. Experiências de Promoção de Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Rocha, E. A. C. (2008). Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In S. H. V. Cruz (Org.), *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas* (pp. 43- 51). São Paulo: Cortez.
- Romagnoli, R. C. (2003). Os encontros e a relação familiar: uma leitura deleuziana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55(1), 21-30.
- Rosseti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Silva, A. P. S., & Carvalho, A. M. A. (Orgs.). (2004). *Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Olhando a pessoa e os outros, de perto, de longe, no antes, aqui e depois. Em D. Colinvaux, L. Banks & D. D. Dell’Aglío (Eds.), *Psicologia e desenvolvimento: Reflexões e práticas atuais* (pp. 19-59). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sarti, C. A., (2006). Família e Individualidade: um problema moderno. In M. C. B. Carvalho (Org.), *A Família Contemporânea em Debate* (pp. 39-49). São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Sarti, C. A. (2007). Famílias enredadas. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Org.), *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: IEE/ PUC-SP.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília/DF: Autor.

- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade, 18*(1), 71-80.
- Sousa, S. M. G., & Peres, V. L. A. (2002). Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O Social em Questão, 7*(7), 63-74.
- Sousa, S. M. G., & Rizzini, I. (Coord.). (2001). *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone.
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Estudos de Psicologia (Campinas), 21*(2), 5-16.
- Szymanski, H. (2007). Ser criança: um momento do ser humano. In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: IEE/PUC-SP.
- Tedrus, D. M. A. S. (1998). *A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e escolinhas de Campinas*. Campinas: Área de publicações CMU/ Unicamp.
- Valente, M. L. L. C., & Waideman, M. C. (Org.). (2005). *E a família como vai?* Assis: UNESP- Publicações.
- Vasconcellos, V. M. R., & Sarmiento, M. J. (Org.). (2007). *Infância (in)visível*. São Paulo: Junqueira & Marin.
- Veronese, J. R. P. (1999). *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTr.

8. Anexos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)